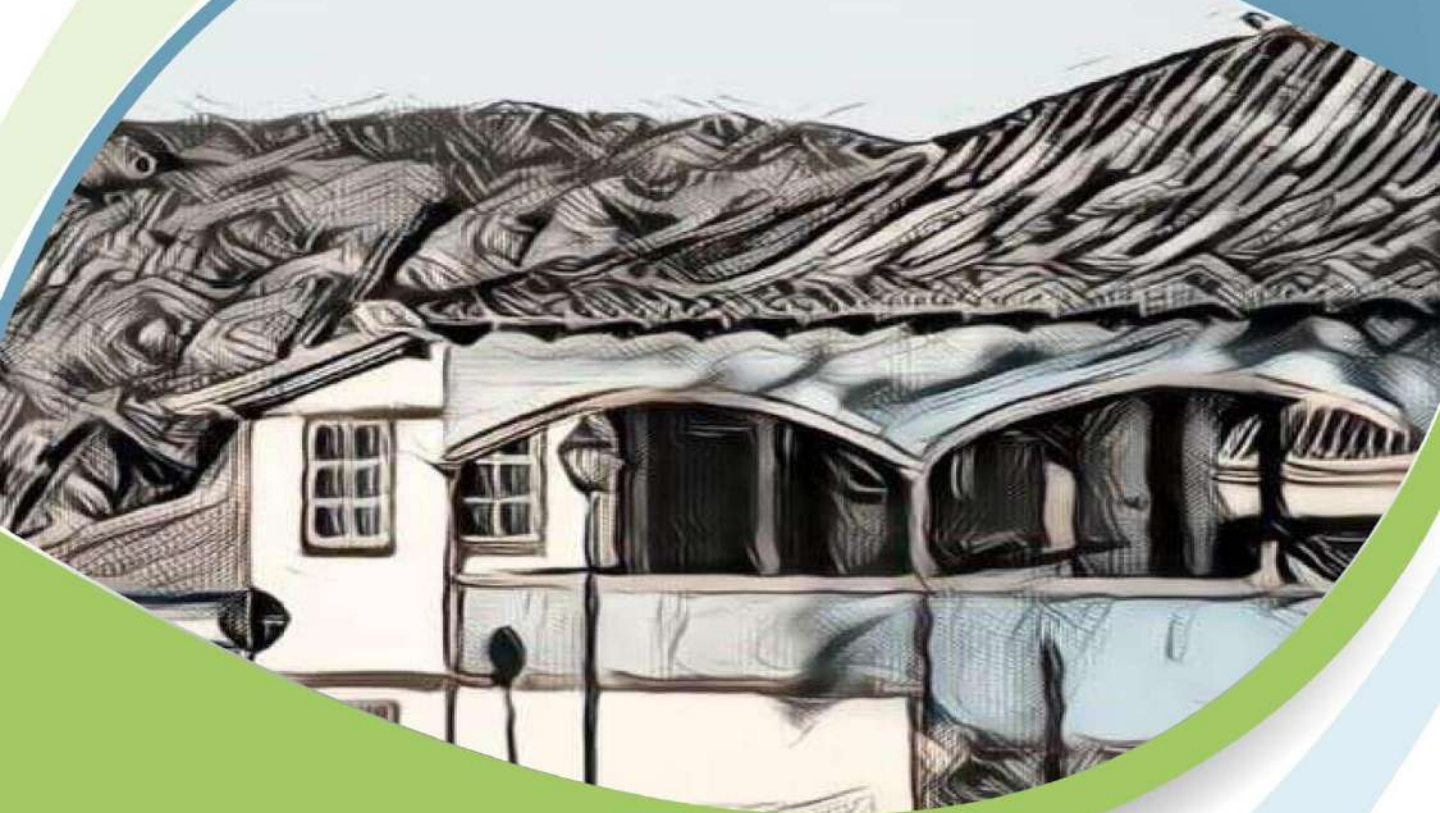




REVIS PATTUR



Volume 4 – Número 1 - 2026



REVISPATTTUR - Revista de Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho
V. 4. N. 1 (2026).

Editoras:

Profa. Dra. Raquel Faria Scalco;

Profa. Dra. Camila Heleno;

Profa. Dra. Virginia Martins Fonseca.

Contato: revistapatttur.turismo@ufvjm.edu.br

Instituição responsável:

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Faculdade Interdisciplinar em Humanidades

Curso de Turismo

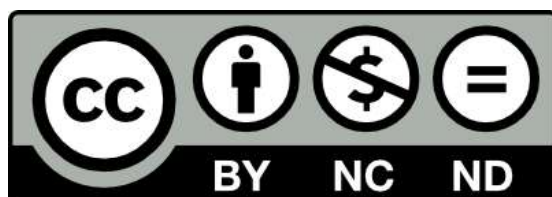
Núcleo de Pesquisa em Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho (PATTTUR)

Endereço:

UFVJM - Campus JK - MGT 367 - Km 583, nº 5000. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. Gabinete 58. Alto da Jacuba, Diamantina - MG, 39100-000

Telefone: (38) 35321200 – (38) 35321224

ISSN: 2966-3512



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional.



Editorial REVISPATTUR – Volume 4

Turismo na Contracorrente: Decolonialidade, Inclusão, Engajamento social e Vozes Silenciadas

Raquel Faria Scalco¹
Camila Teixeira Heleno²
Virginia Martins Fonseca³

O campo de estudos do turismo tem passado por uma mudança de paradigma epistemológico e prático. Longe de ser compreendido apenas como um vetor de desenvolvimento econômico voltado para atividades de lazer em massa, o turismo tem se consolidado, na contemporaneidade, como um fenômeno social em que crescem cada vez mais as práticas e pensamentos contra-hegemônicos. Nesse contexto, ganham destaque o turismo inclusivo, o turismo regenerativo, o turismo de experiências autênticas e as propostas descoloniais relacionadas à temática. Esta edição da REVISPATTUR reúne um conjunto de pesquisas, relatos e reflexões oriundos de diferentes contextos e abordagens metodológicas, mas que compartilham o mesmo compromisso ético: a necessidade de romper com as estruturas hegemônicas, dar voz às subjetividades marginalizadas e reconfigurar os espaços de lazer, preservação e ensino sob o prisma da justiça social e da inclusão. Assim, os trabalhos apresentados convergem para a ideia de que a atividade turística, a gestão territorial e a formação acadêmica devem atuar como ferramentas de emancipação, inclusão de minorias e resgate de narrativas silenciadas.

No artigo **Decolonialidade, Turismo e Patrimônio na Amazônia: diálogos necessários**, fruto de uma pesquisa de pós-doutorado desenvolvida na UNIVALI, Wanessa Lott e Leandro Gomes utilizam o Forte do Presépio como estudo de caso para demonstrar como os espaços museológicos e o turismo podem perpetuar ou desafiar discursos hegemônicos de poder e narrativas coloniais, especialmente em contextos historicamente marginalizados. Os autores provocam o leitor a repensar as práticas de patrimonialização, propondo uma institucionalização cultural mais inclusiva, que

¹ Editora da REVISPATTUR. Professora Associada do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: raquel.scalco@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2042-783X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1858387591943845>.

² Editora da REVISPATTUR. Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: camila.heleno@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3203-0648>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4396875037220514>.

³ Editora da REVISPATTUR. Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: virginia.martins@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1629-8812>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0844500125867329>.

dialogue com as epistemologias do Sul Global e que enfrente as ambiguidades históricas na promoção do turismo e da gestão patrimonial decoloniais.

O segundo artigo científico da Revista foca seu olhar para o planejamento ambiental baseado na governança, participação social e igualdade de gênero. O artigo **Plano de Uso Público do Parque Estadual do Biribiri (MG): gestão, conservação e engajamento social** é fruto de uma pesquisa de doutorado em Geografia, em andamento na UFMG. Raoni Ferreira e Bernardo Gontijo discutem como o ordenamento do território pode e deve ser feito sob uma perspectiva democrática. Ao debater o processo de elaboração do Plano de Uso Público da unidade de conservação, sob a égide da governança e da equidade de gênero, o trabalho propõe um equilíbrio entre a conservação ambiental, a necessidade de infraestrutura turística e o engajamento social comunitário no planejamento do turismo, sem perder de vista os desafios burocráticos e fundiários da gestão pública.

Na sequência, o resgate de saberes populares ganha corpo por meio de práticas extensionistas desenvolvidas no âmbito do Curso de Bacharelado em Turismo da UFVJM. No artigo científico **A Memória Oral e os Atrativos Turísticos de Diamantina/MG como Prática Extensionista**, Raquel Scalco, Alberto Reis Neto, Virginia Martins Fonseca e Edmar Costa demonstram como a produção audiovisual e os minidocumentários protagonizados por membros da comunidade podem potencializar o diálogo de saberes e são capazes de registrar, conservar e perpetuar conhecimentos populares sobre os atrativos turísticos da região. O artigo deixa claro como um projeto de extensão universitária pode atuar como uma ponte para contribuir com a formação acadêmica dos discentes e enriquecer a experiência do visitante por meio da imersão nas memórias, histórias e lendas da região.

Todas essas transformações estruturais e epistemológicas do turismo exigem uma nova postura na formação de futuros profissionais da área, articulando dimensões acadêmicas, mercadológicas e políticas na trajetória universitária. Fundamentado na participação direta dos autores no processo, o relato de experiência **Entre Limites Burocráticos e Ação Coletiva: a Reorganização Estudantil no Curso de Turismo como Prática Formativa**, de Rian Figueiró, Cinde Souza, Maria Laís Pereira e Hugo Araújo narra a transição organizacional discente na UFVJM, com a dissolução da Empresa Júnior e a criação do Centro Acadêmico de Turismo. O texto expõe os entraves burocráticos, financeiros e institucionais que afetam o associativismo estudantil, mas ressalta o imenso potencial que possui como espaço de aprendizagem, promoção da autonomia e consolidação do protagonismo político jovem dentro da universidade.

A busca por visibilizar o que historicamente foi silenciado aparece também na resenha do livro-peça “Solo da Cana”, de Izabel de Barros Stewar, utilizado por Júnia Borges em atividades realizadas com discentes do Curso de Turismo da UFMA. A resenha intitulada **Quando a Paisagem Ganha Voz** se apresenta como um manifesto político, ecológico e social que subverte visões tradicionais sobre o território brasileiro. A personificação da cana-de-açúcar atua como uma metáfora potente e discute a exploração da natureza transformada em mercadoria. Nesse sentido, a autora da

resenha questiona a transformação de paisagens e culturas em produtos destinados ao consumo, critica a produção de simulacros em destinos turísticos e estabelece um paralelo direto com a desterritorialização das culturas tradicionais. Ao final, faz um convite “ético para reconstruir as formas de habitar, visitar, interpretar e compartilhar a Terra”.

A reinvenção das cidades e a ressignificação de territórios marginalizados encontram expressão na entrevista de Fernando Moraes. O entrevistado é uma liderança comunitária, presidente da Associação de Moradores, coordenador do VIELAS – Espaço Cultural, idealizador do projeto "Mosaico na Quebrada" e do percurso educativo “Graffitour”, em um bairro periférico de Caxias do Sul/RS. Em **Grafite, Turismo e Ressignificação dos Territórios Urbanos Periféricos**, Ernani Viana dá voz ao entrevistado para expor as barreiras raciais e sociais em uma cidade de colonização europeia, revelando como a arte urbana e o turismo comunitário de periferia atuam como poderosos vetores de desenvolvimento humano, orgulho territorial e transformação social. Para o futuro, os planos incluem a profissionalização de jovens guias locais, a instalação de QR Codes com a história dos grafites e a abertura do primeiro hostel em periferia na cidade, para consolidar o turismo de base comunitária.

Portanto, os textos que compõem este volume da REVISPAITTUR nos convidam a enxergar o turismo não sob a ótica da passividade ou do mero consumo de paisagens. Eles nos convocam a perceber a atividade como práxis coletiva, capaz de descentralizar narrativas, regenerar identidades, proteger ecossistemas e incluir corpos e mentes em toda a sua diversidade.

Desejamos a todos uma excelente e provocativa leitura!!!



Decolonialidade, Turismo e Patrimônio na Amazônia: Diálogos Necessários

Wanessa Pires Lott¹
Leandro Eustáquio Gomes²

Submissão em: 26 jan. 2026

Aceite em: 11 jun. 2026

Resumo: Este artigo propõe um exercício de reflexão crítica e decolonial sobre as interseções entre turismo, cultura e patrimônio, com foco particular na região amazônica, utilizando o Forte do Presépio ou Forte do Castelo, em Belém do Pará, como estudo emblemático. Busca-se analisar como os espaços museológicos e a atividade turística podem perpetuar ou desafiar padrões hegemônicos de poder e narrativas coloniais, especialmente em contextos historicamente marginalizados. A partir de uma abordagem multidisciplinar que transita pela teoria decolonial, antropologia do turismo e estudos de patrimônio. Desta maneira, o trabalho discute a importância de reavaliar e reformular práticas de musealização e patrimonialização, a fim de promover uma institucionalização cultural mais inclusiva, que valorize as epistemologias e experiências dos povos do Sul Global. O estudo do Forte do Presépio/Sala Guaimiaba ilustra as tensões entre a colonialidade e a decolonialidade na construção da história, memória e patrimônio cultural, evidenciando os desafios e ambiguidades na promoção de um turismo e gestão patrimonial verdadeiramente decoloniais.

Palavras-chave: Belém do Pará; giro decolonial; patrimônio cultural; turismo cultural; museologia.

Decoloniality, Tourism, and Heritage in the Amazon: Necessary Dialogues

Abstract: This article proposes an exercise in critical and decolonial reflection on the intersections between tourism, culture, and heritage, with a particular focus on the Amazon region, using the Forte do Presépio or Castle Fort in Belém do Pará as an emblematic case study. It seeks to analyze how museum spaces and tourism activities can perpetuate or challenge hegemonic power patterns and colonial narratives, especially in historically marginalized contexts. Drawing from a multidisciplinary approach that spans decolonial theory, anthropology of tourism, and heritage studies, the paper discusses the importance of re-evaluating and reformulating musealization and heritage practices to promote a more inclusive cultural institutionalization that values the epistemologies and experiences of the Global South peoples. The study of Forte do Presépio/Sala Guaimiaba illustrates the tensions between coloniality and decoloniality in the construction of history, memory, and cultural heritage, highlighting the challenges and ambiguities in promoting truly decolonial tourism and heritage management.

Keywords: Belém do Pará; decolonial turn; cultural heritage; cultural tourism; museology.

Descolonialidad, Turismo y Patrimonio en la Amazonía: Diálogos Necesarios

Resumen: Este artículo propone un ejercicio de reflexión crítica y decolonial sobre las intersecciones entre turismo, cultura y patrimonio, con un enfoque particular en la región amazónica, utilizando el Fuerte del Presépio o Fuerte del Castillo, en Belém do Pará, como estudio emblemático. Se busca analizar cómo los espacios museológicos y la actividad turística pueden perpetuar o desafiar patrones hegemónicos de poder y narrativas coloniales, especialmente en contextos históricamente marginados. A partir de un enfoque multidisciplinario que transita por la teoría decolonial, la antropología del turismo y los estudios de patrimonio,

¹ Professora Adjunta do Curso de Bacharelado em Museologia e professora permanente do Programa de Pós Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural (PPGPATRI) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Endereço eletrônico: wanessalott@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7026-9852> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0535515713343661>

² Pesquisador/bolsista pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território (PPGGIT) da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Endereço eletrônico: leandroegomes@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1209-7527> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1282659153268769>

el trabajo discute la importancia de reevaluar y reformular prácticas de musealización y patrimonialización, con el fin de promover una institucionalización cultural más inclusiva, que valore las epistemologías y experiencias de los pueblos del Sur Global. El estudio del Forte del Presépio/Sala Guaimiaba ilustra las tensiones entre la colonialidad y la descolonialidad en la construcción de la historia, la memoria y el patrimonio cultural, evidenciando los desafíos y ambigüedades en la promoción de un turismo y una gestión patrimonial verdaderamente descoloniales.

Palabras clave: Belém do Pará; giro descolonial; patrimonio cultural; turismo cultural; museología.

Introdução

A atividade turística, embora globalmente reconhecida como um potente motor econômico e um vetor para o fortalecimento de identidades, a geração de renda e o intercâmbio cultural (Cabugueira, 2005), carrega consigo uma dualidade complexa. Sua implementação desprovida de uma análise crítica profunda pode resultar em impactos nefastos, como a degradação ambiental, a erosão da identidade cultural local e, crucialmente, a perpetuação de narrativas eurocêntricas que relegam a segundo plano as experiências e os saberes ancestrais dos povos originários e subalternizados (Dall'Agnol, 2012). É neste cenário de tensões e potencialidades que a teoria decolonial emerge como uma ferramenta analítica indispensável, desafiando as lógicas de dominação simbólica e subjetiva herdadas do colonialismo e criticando a reprodução de valores eurocêntricos em instituições culturais e de ensino, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e de diversos museus que historicamente privilegiaram bens culturais de uma elite branca e ibérica (Chuva, 2020; Quijano, 2005).

Partindo dessa premissa, este artigo propõe um exercício de reflexão crítica e decolonial, entrelaçando as discussões sobre decolonialidade, turismo, cultura e patrimônio. Nosso objetivo central é identificar ações e propor reflexões pertinentes que abordem a patrimonialização e a musealização – frequentemente calcadas em preceitos eurocentrados – sob a luz da perspectiva decolonial. Para tanto, revisitaremos o Forte do Presépio, em Belém do Pará, um sítio histórico que, em seu complexo, abriga o antigo Museu do Encontro, recentemente renomeado como Sala Guaimiaba. Este local singular servirá como um estudo capaz de revelar as tensões entre a colonialidade e a decolonialidade na construção da história, memória e patrimônio cultural na Amazônia.

Para alcançar este objetivo, a estrutura do artigo será organizada da seguinte forma. Inicialmente, a Metodologia detalhará a abordagem da pesquisa, que combina uma revisão bibliográfica crítica com o trabalho de campo empírico no Forte do Presépio, fundamentando-se nas contribuições de autores da teoria decolonial, da antropologia do turismo e dos estudos

de patrimônio. Em seguida, a seção intitulada ‘O Grito Decolonial na Amazônia: O Caso do Forte do Presépio em Belém do Pará’ aprofundará na teoria decolonial, distinguindo o colonialismo da colonialidade do poder, do saber e do ser, para então analisar a trajetória histórica do Forte do Presépio. Iniciará com a breve descrição de sua fundação colonial, passando pela sua patrimonialização pelo IPHAN, até as problemáticas narrativas do antigo Museu do Encontro e as complexidades da sua recente renomeação para Sala Guaimiaba. Posteriormente, a seção ‘Turismo, Cultura e Patrimônio: Noções Historiográficas e Conceituais’ dedicará-se a estabelecer as bases conceituais para a compreensão dos fenômenos do turismo, da cultura e do patrimônio cultural. Abordaremos a evolução do conceito de turismo, as transformações do entendimento de cultura e a expansão do conceito de patrimônio, do material ao imaterial, e as políticas de salvaguarda, incluindo as contribuições da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Finalmente, a seção ‘Interseções e Desafios: O Turismo Decolonial e a Gestão do Patrimônio’ articulará as discussões anteriores, aplicando a lente decolonial ao estudo do Forte do Presépio e propondo questões cruciais sobre as narrativas priorizadas, o protagonismo das comunidades locais e a valorização do patrimônio imaterial e das epistemologias. Esta análise nos permitirá tecer um diálogo necessário sobre como o turismo cultural pode ser praticado de forma mais ética, inclusiva e verdadeiramente decolonial, culminando em ‘Considerações Finais’ que reforcem a urgência da decolonização dos saberes e das práticas de gestão cultural na Amazônia.

Metodologia

A presente investigação adota uma abordagem metodológica que integra a revisão bibliográfica crítica com o trabalho de campo empírico, visando uma compreensão aprofundada das interseções entre decolonialidade, turismo e patrimônio na Amazônia. O estudo fundamentou-se em uma revisão bibliográfica, perpassando diferentes campos do conhecimento. Esta revisão buscou embasamento na teoria decolonial, explorando as contribuições de autores como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel e Nelson Maldonado-Torres, que problematizam as estruturas persistentes da colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005). Adicionalmente, foram consultados referenciais do turismo e de patrimônio cultural, permitindo a contextualização da atividade turística e dos processos

de patrimonialização em sua complexidade social. Esta etapa foi crucial para a construção do arcabouço teórico que guiou a análise das tensões e desafios da decolonialidade em contextos museológicos e turísticos. Paralelamente à revisão teórica, realizou-se um trabalho de campo com foco no Forte do Presépio, em Belém do Pará. As visitas ao local foram conduzidas de forma contínua entre os anos de 2024 e 2026. As primeiras incursões no campo se deram em março de 2024, com uma visita exploratória e livre, ou seja, sem a condução dos guias do local. No mês seguinte, foi agendada uma visita guiada, com intuito de identificar a construção narrativa do museu. No segundo semestre do ano de 2024, a mesma rotina foi realizada: primeiramente com uma visita livre e na sequência com uma visita guiada. O método se mostrou pertinente, para a identificação de percepções diferenciadas sobre o local. Nos anos seguintes (2025 e 2026) repetiu-se a estrutura o que levou a construção das bases empíricas do artigo em questão.

O Grito Decolonial na Amazônia: O Caso do Forte do Presépio em Belém do Pará

A Amazônia, território de vasta riqueza biocultural e palco histórico de intensos processos coloniais, oferece um campo fértil para a aplicação da teoria decolonial. Assim sendo, o artigo inicia com um breve caminhar pela teoria decolonial, construída no âmbito do Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade. Esse coletivo marca um ponto de inflexão fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina. O ano de 1992 é frequentemente apontado como um marco significativo, coincidindo com a publicação do texto de Aníbal Quijano, *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, que viria a ser uma das bases teóricas do grupo. Poucos anos depois, em 1998, intelectuais latino-americanos radicados nos Estados Unidos, muitos deles oriundos do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, organizaram-se coletivamente para articular uma reflexão situada a partir das experiências históricas e epistêmicas da América Latina. Consolida-se assim a efetiva contribuição de pensadores latino-americanos no debate sobre a colonialidade (Ballestrin, 2013).

A originalidade desse movimento reside justamente na ênfase conferida às especificidades históricas, sociais e epistêmicas latino-americanas, distinguindo-se de outras vertentes críticas pós-coloniais. A proposta decolonial se propõe a criar uma ruptura epistemológica profunda com as bases teóricas eurocêntricas, fundamentando-se nas

experiências históricas e nos saberes produzidos no Sul Global. A formação do referido grupo é um processo gradual, envolvendo seminários, diálogos e publicações, e reunindo nomes como Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil. Um dos pontos altos do grupo foi a coletânea *Teorias sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*, organizada por Santiago Castro-Gómez e Eduardo Mendieta em 1998 (Mignolo, 2007). Somando às publicações como essa e às críticas pertinentes, destaca-se os estudos de Walter Mignolo contra o ‘imperialismo’ dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos

Na ocasião Mignolo denuncia o “imperialismo” dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que não realizaram uma ruptura adequada com autores eurocêntricos (Mignolo, 1998). Para ele, o grupo dos latinos subalternos não deveria se espelhar na resposta indiana ao colonialismo, já que a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ela própria oculta no debate. A história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno. Além disso, os latino-americanos migrantes possuem outras relações de colonialidade por parte do novo império estadunidense – ele mesmo tendo sido uma colônia nas Américas (Ballestrin, 2013, p. 95-96).

Nesse contexto, emerge o ‘giro decolonial’, um termo cunhado por Nelson Maldonado-Torres em 2005. Trata-se de um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade, buscando o surgimento de outros paradigmas e epistemes (Mignolo, 2007). Entre as principais contribuições movimento, destaca-se a distinção fundamental entre colonialismo e colonialidade. O colonialismo refere-se à dominação formal e explícita por potências coloniais, caracterizada pelo controle político, econômico e territorial direto. A colonialidade, por sua vez, constitui uma lógica persistente de dominação, operando por meio de mecanismos sutis de subjetivação e naturalização de hierarquias que transcendem o fim das administrações coloniais formais. Aníbal Quijano trabalha o conceito de ‘colonialidade do poder’ como

um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais (Grosfoguel, 2008, p. 126).

Atualmente, os estados-nação periféricos e os povos não-europeus estão sujeitos a um regime de ‘colonialidade global’, que é imposto pelos Estados Unidos. Essa imposição se manifesta através de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Pentágono e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Dessa forma, as regiões

periféricas permanecem em uma condição colonial, ainda que não estejam mais sob uma administração colonial direta (Ballestrin, 2013). Isso significa que a colonialidade do poder não representa apenas um vestígio histórico, mas uma estrutura ativa que continua a moldar as práticas socioculturais, econômicas e institucionais contemporâneas.

Essa lógica está intrinsecamente ligada à racionalidade moderna e ao eurocentrismo, que moldaram não apenas a economia-mundo capitalista, mas também os sistemas educativos, científicos, artísticos e culturais. A epistemologia ocidental, com sua *húbris* do ponto zero – termo de Santiago Castro-Gómez – conseguiu ocultar suas próprias localizações geográficas e históricas e biográficas. Cria-se assim uma ilusão de um conhecimento universal, como se os sujeitos conhecedores também fossem universais (Mignolo & Veiga, 2009). Esse ponto de vista supostamente neutro e absoluto tornou-se a base de uma violência epistêmica que desqualifica outras formas de conhecimento (Castro-Gómez, 2005).

Houve uma época em que os estudiosos supunham que o sujeito conhecedor de um assunto é etéreo, separado do assunto que conhece e intocado pela configuração geopolítica de um mundo em que as pessoas são racialmente classificadas e as regiões são racialmente configuradas (Mignolo & Veiga, 2009, p. 24).

Essa suposição, embora insustentável hoje, ainda é largamente apoiada, evidenciando que a questão do racismo e da epistemologia está profundamente em jogo. As instituições como museus, universidades e arquivos, frequentemente operam como dispositivos de reprodução da colonialidade, validando certos saberes e narrativas enquanto marginalizam ou exotizam outros. Isso se manifesta no privilégio epistêmico do dito primeiro mundo, que detém a prerrogativa de classificar e definir o conhecimento legítimo, transformando outras regiões e povos em meros ‘objetos de estudo’ (Mignolo & Veiga, 2009). Dessa maneira, a colonialidade, manifesta-se em três dimensões inter-relacionadas – colonialidade do poder, do saber e do ser –, como uma estrutura complexa de níveis entrelaçados (Mignolo, 2007).

O conceito de colonialidade do poder inova ao interpretar a raça e o racismo como o "princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo" (Grosfoguel, 2008, p. 123). Considerando a raça uma categoria mental da modernidade, sendo que seu significado contemporâneo não possui precedentes históricos antes da América (Quijano, 2005). Alinhado a essa perspectiva, Dussel argumenta que a modernidade, edificada sobre esses fundamentos, legitima uma "práxis irracional da violência" (Dussel, 2000, p. 49).

Já a colonialidade do saber se encontra no âmago do eurocentrismo. Trata-se de uma lógica fundamental para a reprodução da colonialidade, pois regula quais conhecimentos são

considerados legítimos, científicos ou válidos, enquanto desqualifica e subalterniza saberes não-ocidentais, tradicionais ou populares (Mignolo, 2007). Por fim, destaca-se a colonialidade do ser, que impõe hierarquias ontológicas e desumaniza sujeitos racializados e subalternizados, negando sua plena humanidade. Nelson Maldonado-Torres (2008) aprofunda essa dimensão, inspirando-se em Fanon, ao recuperar a ideia de que o ego *conquiro* – o ‘eu conquistador’ –, precede ao ego cogito cartesiano (Ballestrin, 2013). Frantz Fanon abordou este ponto na obra publicada em 1952, ‘Pele negra, máscaras brancas’ (2020), por meio da socio gênese da alienação do negro. Essa construção não se trata de uma questão individual, mas um produto da formação do mundo moderno/colonial, que colocou o negro na escala mais baixa da humanidade (Mignolo & Veiga, 2009).

Após as independências formais do século XIX, as elites brancas latino-americanas, muitas vezes imersas na civilização da morte ocidental, assumiram o controle dos Estados-nação, mas, em grande medida, preservaram as estruturas coloniais de exclusão. Isso resultou na marginalização contínua de povos indígenas, afrodescendentes e demais grupos subalternizados. Assentada em pilares coloniais, a modernidade justifica uma dita práxis irracional da violência, ocultando a colonialidade sob o ‘mito’ de um projeto civilizatório que define sua própria superioridade e impõe seu caminho de desenvolvimento, sacrificando as ‘vítimas’ desse processo (Dussel, 2000). Dessa forma, as nações latino-americanas foram, em larga medida, edificadas sobre a negação de suas próprias diversidades culturais e epistêmicas.

Ao longo do século XX, em especial durante os regimes autoritários, a colonialidade foi intensificada por meio de políticas culturais e educacionais que priorizaram as narrativas oficiais das elites, silenciando saberes populares, ancestrais e comunitários. Essa lógica se refletiu no âmbito do patrimônio cultural, da museologia e campos correlatos que trabalham com as memórias e identidades locais. Cria-se uma ‘monocultura da mente’, termo que descreve o conhecimento imperial ocidental e sua implementação totalitária e epistemicamente não democrática. Diante disso, o pensamento decolonial propõe não apenas uma crítica teórica, mas uma prática efetiva de ‘decolonização dos saberes’, pautada na construção de diálogos interculturais e no reconhecimento das epistemologias historicamente marginalizadas pelas estruturas modernas-coloniais (Mignolo & Veiga, 2009).

Neste escopo, Mignolo (2010) propõem a ‘desobediência epistêmica’ como um ato necessário para levar a ‘desobediência civil’ a um ponto de não retorno, pois a epistemologia ocidental moderna só permitia reformas, não transformações. Assim a opção decolonial busca

a produção de conhecimento que priorize a vida, desvinculando-se da teia do conhecimento imperial e moderno e da matriz colonial do poder. Portanto, a decolonialidade aparece como um programa de investigação que busca descolonizar a teoria e consequentemente o próprio poder (Ballestrin, 2013).

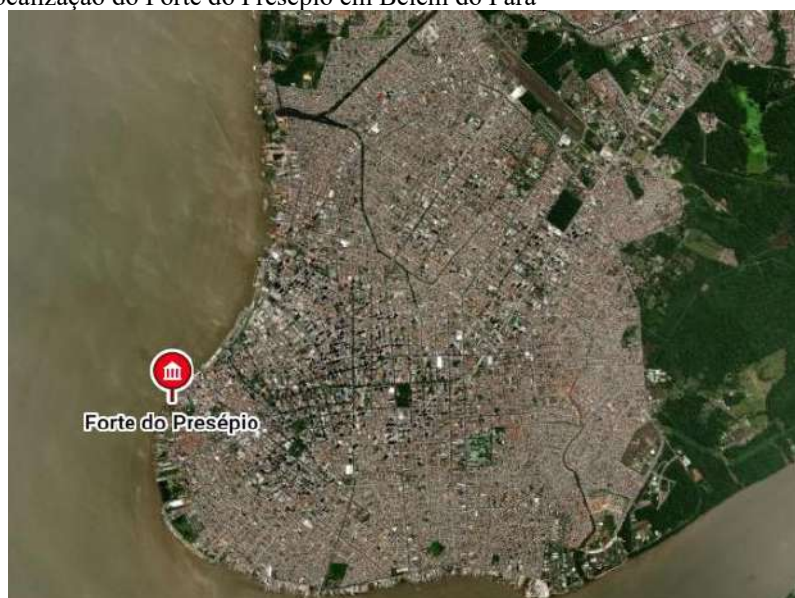
O Forte do Presépio: de símbolo colonial a espaço em reconstrução

O Forte do Presépio, em Belém do Pará, é um exemplo contundente da dinâmica da colonialidade. Fundado em 1616 como um forte de paliçada, o local foi o marco inicial da ocupação portuguesa na região, dando origem ao povoado colonial, denominado ‘Feliz Lusitânia’. Posteriormente o local foi renomeado como Nossa Senhora de Belém do Grão Pará (ver figura 1).

Ao dominarem o espaço localizado entre o Rio Guamá e a Baía do Guajará, bem estratégico por sinal, a intenção dos colonizadores não foi só de ocupar a terra, mas também de reivindicar a posse do Rio Amazonas e controlar toda região banhada por ele. Constrói-se então um forte (Pimentel, 2017, p. 03).

Figura 1

Localização do Forte do Presépio em Belém do Pará



Fonte: Bing Maps, 2026

O forte passou por diversas modificações arquitetônicas e de uso, sendo até mesmo utilizado como hospital em meados do século XVIII.

Agora em caráter regular, era o Forte novamente aproveitado para fins hospitalares, pois nele passou a funcionar o Hospital Militar que por isso chamou-se então “Hospital do Castelo”. Durou pouco a sua função como tal, porquanto já em 1768 o governador Fernando da Costa Ataíde Teive anunciava ter adquirido novas acomodações para o hospital, segundo informa Manuel Barata. Mas, ainda que haja funcionado nesta qualidade pouco tempo, nem por isso o Forte deixou de representar um marco na história hospitalar da capital paraense (Moreira, 2000 p. 310 *apud* Costa, 2007, p. 50).

Já no século XX, o forte saiu da responsabilidade da esfera pública para a privada, em um processo que se concretizou em 1907. Naquele ano, o Forte foi entregue à Port of Pará, que havia recebido autorização do Governo Federal por meio do Decreto nº 5018, de 18 de abril de 1906, para realizar obras de melhoria no porto de Belém. A transferência ocorreu oficialmente em 3 de abril de 1907, quando o Ministério da Guerra o colocou à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas que, por sua vez, o repassou à empresa. O termo de entrega, datado de 4 de abril do mesmo mês, estabeleceu que a concessionária poderia demolir o forte, mas com a condição de reconstruir suas muralhas e restaurar o nível do terrapleno, conforme decisão do Governo Federal. Assim, entre 4 de abril de 1907 e 20 de novembro de 1920, o Forte de Belém funcionou como uma dependência de uma empresa estrangeira, marcando o que é considerado um dos usos mais peculiares de sua história (Barroso, 1958). Em 1962, ocorreu o tombamento do forte pelo IPHAN, mantendo a fachada da estrutura quase que inalterada até os dias de hoje (ver figura 2).

Figura 2
Forte do Presépio em Belém do Pará



Fonte: Agência Pará, 2023

Se faz relevante ressaltar que a patrimonialização ocorreu na intitulada fase ‘heroica’ ou ‘de pedra e cal’ do IPHAN. Entre os anos de 1937 e 1979, o órgão priorizou o tombamento de bens relacionados à cultura branca, lusa e católica, alinhando-se à construção de uma identidade nacional após o golpe da República, em 15 de novembro de 1889, que marginalizava outras raízes culturais brasileiras (Chuva, 2020). Aliado ao processo de tombamento, a década seguinte testemunhou a criação de Secretarias de Cultura estaduais e municipais, bem como a legislação para a preservação dessas instituições. Nesse cenário, surgiram diversos museus na cidade, incluindo o Museu do Encontro, constituído em 1998. Ele foi destinado a abrigar a exposição de longa duração de cerâmicas das culturas Tapajônica e Marajoara, além de artefatos descobertos em escavações no próprio forte e em outros sítios arqueológicos da região, e uma coleção de muiraquitãs (Governo do Estado do Pará, 2026).

Em uma breve análise espacial, identifica-se que o museu prima por uma estrutura mais conservadora, optando em alocar as cerâmicas Marajoaras e Tapajônicas no centro e apresentar as informações em painéis com longos textos. Ao lado dos painéis há algumas vitrines com outros artefatos retirados das escavações (ver figura 3). Ademais, a narrativa expositiva revela uma inversão simbólica carregada de significado. Observa-se que, no setor destinada ao rio, que representaria a via de chegada dos invasores, são expostas as cerâmicas Marajoaras e Tapajônicas. Em contraste, no lado que simboliza a terra, historicamente habitada pelos indígenas, encontram-se objetos dos colonizadores, a exemplo de fragmentos de porcelana e botões militares. Tal disposição é interpretada como uma representação subjacente de que a posse da terra permanece nas mãos dos portugueses, relegando os indígenas ao papel de meros visitantes (Pimentel, 2017).

Figura 3
Interior do Museu do Encontro



Fonte: Renne, 2026

Outro ponto de relevância a ser analisado é a exibição da lenda do Muiraquitã³. A imagem apresentada é de uma indígena com traços miscigenados e com o corpo idealizado segundo padrões estéticos europeus. A cópia da obra ‘A Conquista do Amazonas’, de Antônio Parreiras⁴, também é um exemplo contundente da explicitação do poder branco, onde a figura do português é retratada em uma pose dominante, enquanto os indígenas são exibidos em posição de submissão e desalento, notadamente com Guaimiaba ou Cabelo de Velha de costas e cabeça baixa (ver figura 4). Este indígena “Guaimiaba ou Cabelo de Velha, chefou umas das maiores batalhas em 7 de janeiro de 1619 contra a força lusitana” (Pimentel, 2017, p. 05).

³ O Muiraquitã “é um amuleto que tem a lenda. Ele é feito pelos indígenas que moravam na beira do rio. Elas pegavam uma argila tipo de pedra que elas mergulhavam do fundo do rio para tirar essa pedra e elas moldavam com formata de animais, jacaré essas coisas, mas o principal deles é um sapo verde que eles faziam de uma argila e elas davam de presente para os seus maridos e, para eles colocaram no pescoço ou usarem como algum artigo de sorte. Enfim, (...) é um pequeno sapinho feito de pedra, ainda existe alguns aqui no Amazonas” (Patchett, 2018, s. p.).

⁴ A obra original se encontra exposta no Museu Histórico do Estado do Pará, em Belém do Pará.

Figura 4
A Conquista do Amazonas



Fonte: Rede Pará, 2015

Diante do exposto, é pertinente considerar que a exposição do Museu do Encontro, ao mesmo tempo em que exhibe exemplares artísticos indígenas de inegável valor, não se furta a legitimar a narrativa dos colonizadores, omitindo a perspectiva dos povos dominados. Desta maneira há um reforço da colonialidades na narrativa museal, que, por sua vez é reforçada pela denominação do museu como Museu do Encontro. Sob uma ótica crítica, o conceito de ‘encontro’, empregado para caracterizar as interações iniciais entre portugueses e indígenas, configura-se como um eufemismo de notável inadequação. O museu criou uma narrativa historicamente pacificada e destituída de criticidade em relação ao violento período colonial que se pretende representar.

No entanto, o nome e a concepção desse espaço museológico têm gerado reflexões críticas, especialmente a partir de 2024. Em um trabalho de campo contínuo, realizado entre os anos de 2024 e 2026, nota-se que nas primeiras visitas ao local revelaram uma ênfase institucional na narrativa de um ‘encontro’ entre portugueses e indígenas, tanto na fala dos guias quanto na sinalização do espaço. A visita guiada, embora prevista para ser mediada, frequentemente se configurava como um monólogo que silenciava outras polifonias. Além de reproduzir um discurso que suavizava os conflitos e as atrocidades coloniais, transformando cenários de barbárie em um mero intercâmbio cultural.

Contudo, as visitas realizadas entre maio de 2025 e janeiro de 2026 registraram breves mudanças na fala dos guias, pontuando críticas sobre o processo de colonização. No entanto,

a alteração mais significativa foi a mudança do nome de Museu do Encontro para Sala Guaimiaba, uma homenagem ao líder Tupinambá. Embora a intenção seja decolonial, a substituição de ‘museu’ por ‘sala’ pode ser interpretada como um esvaziamento simbólico da importância do espaço e local de memória. Ademais, há uma inércia entre discurso e prática museológica, visto que o acervo físico permaneceu inalterado e os sites oficiais ainda se referem ao antigo nome. Este caso ilustra a complexidade e a morosidade das transformações decoloniais em instituições culturais.

Turismo, Cultura e Patrimônio: Noções Historiográficas e Conceituais

Para compreender plenamente as implicações do caso do Forte do Presépio aqui exposto, é fundamental revisitar as noções de turismo, cultura e patrimônio. Se faz relevante começar pela atividade turística, pois o espaço é colocado pelo governo local como uma das grandes atrações da cidade (Museus Pará, 2026).

A atividade turística desde suas origens envolveu o deslocamento de pessoas de seu local de origem para um destino, provocando profundas alterações econômicas, políticas, culturais e sociais. O turismo de massa, impulsionado pelos avanços tecnológicos e a busca por lazer pós-Segunda Grande Guerra, expandiu esse fenômeno, tornando-o uma das maiores atividades econômicas do planeta.

A partir de 1950, com o crescimento econômico na Europa e nos Estados Unidos, se criaram condições para a retoma das viagens turísticas. Para tal, muito contribuíram os sindicatos, que conquistaram o direito à redução do horário laboral e às férias pagas, o que aumentou o poder de compra das famílias e permitiu que o turismo entrasse definitivamente nas práticas de lazer (Milheiro & Melo, 2005, p. 117).

Assim sendo, se viu a necessidade de criar segmentações do turismo, sendo o turismo cultural o que assume um papel central na presente discussão. Esse segmento

tem nos recursos provenientes de heranças patrimoniais de referencial cultural-histórico - tais como monumentos, obras de arte, documentos e manifestações tradicionais - os seus atrativos principais (ABBTUR, 2003, p.159).

O turista que tem como prioridade esse seguimento busca conhecer a localidade através de suas manifestações culturais, edificações e costumes, bem como a forma como esses elementos moldam o presente dos indivíduos. Há um crescente interesse em compreender novas culturas, por meio da observação da vida cotidiana, a história, suas

manifestações culturais, da arquitetura e do modo como estas se interagem com o meio que os rodeia (Perez, 2009).

No entanto, essa experiência de contato com outras culturas não é isenta de riscos. O turismo, ao envolver pessoas com bagagens culturais e socioeconômicas muito diferentes, pode gerar impactos negativos, como degradação e destruição dos recursos naturais, transformações bruscas da identidade local e/ou apresentação estereotipada do local (Zanirato, 2010). A turistificação de bens culturais, quando estes são vistos meramente como ferramentas para alcançar recursos financeiros, pode levar à descaracterização do local, bem como a desconexão da comunidade local com seu próprio espaço (Fratucci, 2007).

Assim sendo, é relevante retomar as percepções sobre o termo/conceito cultura, que se modificou a partir da ideia de cultivo, para abranger de forma mais ampla os modos de vida material, intelectual e espiritual (Azevedo, 2017). No contexto acadêmico, a antropologia é a área com maior responsabilidade para estudar a cultura em suas diversidades históricas e geográficas. Tendo como base os estudos etnográficos e antropológicos que versam sobre o campo das identidades e memórias, os intelectuais reconhecem que as transformações culturais, sejam elas graduais ou bruscas, podem ser resultantes de complexos jogos de forças. No entanto, as diversidades não podem ser tomadas no viés de predeterminações e de hierarquizações das culturas, uma visão que se tornou ultrapassada, após críticas de autores como Franz Boas⁵ ainda no início do século XX.

Boas critica teorias deterministas aplicadas ao estudo da cultura humana, como, por exemplo, o determinismo geográfico e econômico (...) Nas teorias de Boas, destaque para a insistência do autor no estudo dos diferentes tipos culturais que compõem a humanidade em oposição à ideia de raça que classifica os seres humanos como se estes fossem inferiores ou superiores uns dos outros, de acordo com fatores externos, como, por exemplo, cor da pele, localização geográfica, costumes etc. Dessa maneira, ele combate o preconceito que desqualifica pessoas e as colocam numa condição de inferioridade umas das outras (Pereira, 2011, p. 105).

Conceitos como esses de cultura, apoia a teoria decolonial aqui já discutida, como também a pretendida ação das políticas de gestão do patrimônio cultural. Ao retomarmos a gênese, o termo patrimônio deriva do latim *pater*, significando herança, legado, aquilo que o pai deixa para os filhos (Alves, 2025). Contudo, a concepção atual ultrapassa os bens materiais, abrangendo as expressões culturais que se manifestam no modo de agir, pensar, construir e interagir com o outro e com o meio ambiente, abrangendo a imaterialidade das

⁵ Franz Uri Boas (1858 - 1942) foi um dos pioneiros da antropologia moderna. Desenvolveu seus estudos nos Estados Unidos da América.

manifestações culturais. Essa perspectiva emerge de maneira contundente no final do século XX e início do século XXI.

No Brasil a absorção da questão imaterial se fez principalmente pela inclusão da cultura popular no debate sobre a salvaguarda, que, por sua vez, foram significativamente impulsionadas pela criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em junho de 1975. Baseado no conceito de referências culturais, o CNRC reconheceu que as manifestações brasileiras abrangiam não apenas produções materiais, mas também valores intangíveis. Um exemplo notável de seu trabalho foi o projeto ‘Tecelagem Manual no Triângulo Mineiro’, que investigou tanto os bens materiais quanto, e principalmente, os saberes associados a essa produção artesanal (Fonseca, 1997).

Em 1979, por questões financeiras, o CNRC foi integrado ao ‘Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas’ (PCH) e à ‘Fundação Nacional Pró-Memória’ (FNPM). Essa fusão fortaleceu a visão ampliada sobre o patrimônio, especialmente durante a gestão de Aloísio Magalhães (1979-1982). A crescente necessidade de integrar as matrizes culturais dos povos originários e afrodiáspóricos ganhou destaque, coincidindo com a abertura política do Brasil na década de 1970, após um longo período de regime civil-militar (Gallo & Rubert, 2014). Após duas décadas de debates, surgiu um novo instrumento jurídico de proteção, o ‘Registro’, que se somou ao “Tombamento”. O reconhecimento e a proteção do Patrimônio Imaterial no Brasil foram formalizados com o Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o ‘Registro de bens culturais de natureza imaterial’ e o ‘Inventário de referências culturais (INRC)’. Essa iniciativa federal impulsionou Estados e Municípios a desenvolverem suas próprias políticas de salvaguarda. O Registro foi crucial para validar a contribuição cultural de diversos grupos sociais brasileiros, muitos dos quais haviam sido historicamente marginalizados na construção da memória e identidade oficial pelo IPHAN (Lott et al., 2024).

Embora esse novo instrumento tenha dado visibilidade a culturas antes ignoradas, a ampliação do escopo patrimonial gerou desafios. Uma dificuldade reside na definição de critérios claros para a eleição do Patrimônio Cultural Imaterial, o que pode levar à banalização do conceito. Há o risco de transformar bens culturais imateriais em meros objetos de consumo ou de torná-los um ‘fetiche’, ou seja, uma mercadoria (Veloso, 2006). Tal ação é recorrentemente vinculada à turistificação.

Para combater essa fetichização e/ou turistificação do patrimônio cultural, a UNESCO agiu preventivamente. Em 1989, na 31ª Conferência Geral, foi promulgada a ‘Recomendação

aos Estados-membros sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional’, que buscou definir os contornos do patrimônio imaterial. Essa recomendação enfatizou a importância da cultura tradicional e popular como ‘cultura vivente’, reconhecendo a fragilidade, especialmente das tradições orais, e a necessidade de proteção para evitar sua perda (Abreu, 2014). Dessa forma, a UNESCO incentivou os Estados-membros a protegerem os testemunhos vivos e passados de suas culturas, desenvolvendo dispositivos jurídicos/administrativos e bancos de dados. O documento também destacou a importância de proteger não apenas os produtos culturais, mas também os produtores e detentores dessas tradições.

É importante notar que essa Recomendação foi resultado da atuação de ONGs, representantes de países emergentes e ativistas que defendiam a valorização das culturas populares. Esse movimento culminou em outros documentos da UNESCO, como a ‘Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural’ de 2002, que promove o diálogo e o respeito à diversidade cultural como dever das políticas nacionais e internacionais. Finalmente, para formalizar a proteção do patrimônio imaterial, a UNESCO promulgou em 2003 a ‘Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial’. Esta convenção prioriza os conhecimentos tradicionais, estabelecendo que devem ser "identificados, documentados, inventariados com o fim último da preservação deste legado para as gerações futuras" (Abreu, 2014, p.18). A Convenção também ofereceu uma definição abrangente:

[O Patrimônio Cultural Imaterial são] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, art. 2º).

A partir dessa definição, a Convenção propõe que os Estados-membros implementem medidas de salvaguarda do Patrimônio Imaterial em seus territórios, com a participação ativa das comunidades detentoras desses bens. Essa efetiva inclusão das manifestações imateriais no *hall* seletivo do patrimônio abre caminhos para a decolonização de espaços tombados como o Forte do Presépio. Por se tratar de um local que abarca um museu com peças indígenas, por que não apresentar os saberes e modos de vida dessas comunidades?

Interseções e Desafios: O Turismo Decolonial e a Gestão do Patrimônio

Diante do que até então foi debatido nesse artigo, revela-se a urgência de uma abordagem decolonial para o turismo e a gestão do patrimônio, especialmente em regiões como a Amazônia. A experiência do Forte do Presépio ilustra vividamente como as instituições culturais, ao invés de meros repositórios de objetos, são arenas onde se confrontam e se (re)constroem narrativas históricas. A transição de Museu do Encontro para Sala Guaimiaba, apesar das ambiguidades e lentidão na implementação, reflete uma busca de (re)construção de espaços. Dessa maneira, há a possibilidade de o local servir como ferramenta de institucionalização cultural, superando os critérios técnicos excludentes e coloniais que os guiavam predominantemente no passado. Ou seja, há um caminho de pensar o museu no viés da decolonialidades, pois

uma sala de museu é palco para a encenação de identidades forjadas por relações de poder sedimentadas pelo tempo desde a colonização. Paredes e vitrines, em suas divisões retilíneas, decompõem o mundo em seus fragmentos para a compreensão visando a dominação de seu conjunto. Os museus, ao encenar o Outro construindo distâncias invisíveis entre quem vê e quem é visto, quem produz e quem consome, ou quem pensa e quem é objeto de pensamento, materializam, nos regimes de colonialidade herdados de um passado pouco contestado, os patrimônios valorados no presente (Brulon, 2020, p. 03)

Aliando ao discurso museológico decolonial, a ação do turismo cultural pode contribuir para a superação de uma narrativa pacificada e acrítica do passado colonial. Significa reconhecer as violências impostas aos povos originários e as formas de invasão do território. Nesse sentido, um turismo cultural efetivamente decolonial precisa questionar:

1. Quais narrativas são priorizadas? A musealização e a promoção turística de bens como o Forte do Presépio devem ir além da história oficial de Belém, que o coloca como ponto de formação da cidade e como lugar de onde se expandiu o território, bem como representatividade do poder, inicialmente o militar e o religioso e, no segundo momento, o da Província ou do estado. É imperativo integrar as vozes e as memórias dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos que foram subalternizados por essa narrativa hegemônica.

2. Quem são os protagonistas da experiência turística e patrimonial? A mudança do nome para Sala Guaimiaba é um passo, ainda que incipiente, em direção ao reconhecimento de Guaimiaba como protagonista de uma das primeiras grandes revoltas indígenas documentadas na Amazônia. No entanto, a decolonialidade exige que a participação e o protagonismo das comunidades locais sejam centrais em todo o processo, desde a concepção até a gestão das atividades turísticas e patrimoniais.

3. Como o patrimônio imaterial e as epistemologias locais são valorizados? Há de se construir uma destacada importância dos bens de natureza imaterial, que são as manifestações culturais, literatura popular, gastronomia, música e medicina ancestral. Um olhar decolonial expande essa compreensão, valorizando não apenas as manifestações culturais, mas também os modos de vida, os saberes ancestrais e as cosmologias que coexistem e resistem à colonialidade do saber. O Forte do Presépio revela uma morosa mudança de paradigma, que ainda apresenta grandes fragilidades ao velar discursos hegemônicos, como exposto ao transformar o que outrora tinha status de museu em uma sala, o que reflete um movimento incipiente de descentralização das narrativas coloniais.

A necessidade de revisitar e reestruturar as práticas e os locais de musealização e patrimonialização no Brasil é premente, em especial nos espaços e territórios cruciais à memória nacional. Trata-se de um chamado explícito para romper com o discurso enviesado, autoritário, colonial e monológico que historicamente deturpou conflitos e genocídios, forjando enganos com o intuito de criar uma identidade nacional, muitas vezes direcionada ao consumo do turista.

Considerações finais

Ao finalizarmos esta reflexão sobre a decolonialidade, o turismo e o patrimônio na Amazônia, reitera-se a urgência e a complexidade dos diálogos propostos. Percorrendo as intrincadas relações entre a atividade turística, a cultura e a patrimonialização, e tendo como fio condutor o Forte do Presépio em Belém do Pará, este artigo buscou desvelar as camadas de colonialidade que ainda permeiam a construção da história, da memória e da identidade em espaços museológicos e destinos turísticos.

A análise demonstrou que, a atividade turística tem o potencial de fortalecer identidades e promover intercâmbios. No entanto, sua execução desprovida de um olhar crítico pode, paradoxalmente, solidificar narrativas eurocêntricas e marginalizar os saberes e as experiências dos povos subalternizados (Dall'Agnol, 2012). O Giro Decolonial, aqui compreendido como um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, tornou-se a lente indispensável para questionar a colonialidade do poder, do saber e do ser que, como Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Nelson Maldonado-Torres tão perspicazmente delinearam, continuam a moldar as estruturas contemporâneas, mesmo após as independências formais.

O caso do Forte do Presépio ilustra com clareza as tensões dessa dinâmica. Observamos que a própria patrimonialização, realizada na fase ‘heroica’ do IPHAN, historicamente privilegiou bens de uma elite branca, lusa e católica, resultando em uma ‘monocultura da mente’ que silenciava outras raízes culturais brasileiras (Chuva, 2020). A narrativa expositiva do antigo Museu do Encontro, com sua inversão simbólica carregada de significado, relegando os indígenas ao papel de meros visitantes e legitimando a posse portuguesa da terra (Pimentel, 2017), é um exemplo contundente da perpetuação de uma práxis irracional da violência (Dussel, 2000) e da violência epistêmica do eurocentrismo (Mignolo, 2010). A discussão sobre a cultura, amparada nas críticas de Franz Boas ao determinismo, serviu para desmistificar hierarquias e preconceitos, reforçando a base teórica decolonial e a necessidade de valorização das diversas manifestações humanas, em contraste com a ‘monocultura da mente’ imposta pelo conhecimento imperial ocidental.

Contudo, as recentes, ainda que lentas e ambíguas, transformações observadas no Forte, especialmente a mudança para Sala Guaimiaba e as pontuais inflexões no discurso dos guias, representam um movimento incipiente de ‘desobediência epistêmica’ (Mignolo, 2010). Esse esforço, embora ainda marcado por fragilidades – como a desvalorização simbólica de ‘museu’ para ‘sala’ e a inércia do acervo físico –, sinaliza uma busca por reconstrução de espaços que se proponham a serem ferramentas de institucionalização cultural mais inclusivas. Esse ponto nos remete à discussão sobre a evolução do conceito de patrimônio, do material ao imaterial, e a importância do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial para dar visibilidade a culturas antes marginalizadas.

A superação de uma narrativa pacificada e acrítica do passado colonial, portanto, não é um mero exercício intelectual, mas uma exigência ética para um turismo cultural verdadeiramente decolonial. Isso implica questionar as narrativas priorizadas, resgatar o protagonismo das comunidades locais e, crucialmente, valorizar o patrimônio imaterial e as epistemologias que coexistem e resistem à colonialidade do saber. A UNESCO, com sua Recomendação de 1989 e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de 2003, já nos oferece um arcabouço para essa inclusão, que deve ser ativamente empregado para combater a fetichização e a turistificação do patrimônio cultural (Veloso, 2006). A seção ‘Interseções e Desafios: O Turismo Decolonial e a Gestão do Patrimônio’ aprofundou exatamente nessas questões, chamando atenção para a forma como os espaços culturais atuam na (re)construção das identidades e na encenação das relações de poder (Brulon, 2020).

Em suma, a trajetória do Forte do Presépio/Sala Guaimiaba em Belém do Pará é mais do que um estudo de caso; é um convite e um desafio. É um lembrete vívido de que a decolonização da mente e dos espaços é um processo contínuo e multifacetado, que exige uma ruptura consciente com o discurso enviesado, autoritário, colonial e monológico que historicamente forjou enganos e silenciou vozes. É urgente que revisitamos e reestruturamos nossas práticas e locais de musealização e patrimonialização, especialmente na Amazônia, para que possam verdadeiramente refletir e celebrar os saberes e as vivências locais, promovendo um turismo e uma gestão patrimonial que sejam, em essência, decoloniais e justa. Somente assim poderemos edificar uma memória nacional que se liberte das amarras do passado colonial e abrace plenamente a pluriversalidade de nossas raízes.

Referências

- ABBTUR. Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (2003) *Turismo: Enfoques teóricos e práticos*. Editora Roca
- Abreu, R. (2014). Dez anos da Convenção do Patrimônio Imaterial: Ressonâncias, apropriações, vigilâncias. *E-Cadernos CES Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal*, 21, 14-32. <http://www.reginaabreu.com/site/index.php/artigos/item/115-2014-dez-anos-da-convencao-do-patrimonio-imaterial-ressonancias-apropriacoes-vigilancias>
- Alves, A. T. (2025) Herança ou patrimônio? O que realmente definimos como nosso legado cultural? *Memória e Informação*, 8(2), 1-17. <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/281>
- Agência Pará (2023) *Forte do Presépio*, <https://agenciapara.com.br/galeria/15605/av-nazare-e-forte-do-castelo#lg=1&slide=4>
- Azevedo, F. P. (2017) O conceito de cultura em Raymond Williams. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, 3, 205-224 <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/7755>
- Ballestrin, L. (2013) América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117. <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>
- Barroso, V. (1958) *Forte do Castelo: Sua breve história*. Imprensa Oficial.
- Bing Maps (2026) *Forte do Presépio*, <https://www.bing.com/maps/search?mepi=60%7E%7EEmbedded%7ELargeMapLink&ty=18&vdpid=6388624786607570945&v=2&sV=1&FORM=MIRE&style=a&q=forte+do+presepio&cp=-1.454420%7E-48.505405&lvl=16&sd=0>
- Brulon, B. (2020) Descolonizar o pensamento museológico: Reintegrando a matéria para repensar os museus. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 28, 1-30. <https://www.scielo.br/j/anaism/a/KXPYHFZfFNqtGd9by39qRcr/?lang=pt>
- Cabugueira, A. (2005) A importância econômica do turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(2), 97-104 <https://scholar.archive.org/work/ccbomx4tgzfzlt2niaf4nxmpu/access/wayback/https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/download/13885/9373/>
- Chuva, M. (2020) Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: Historiando concepções e práticas. In: A. Duarte (Ed.), *Seminários DEP/FLUP. Universidade do Porto*. (pp. 16-35. https://www.academia.edu/download/65564949/Marcia_Chuva_FLUP.pdf
- Costa, D. F. (2007) *Além da pedra e cal: A (re) construção do Forte do Presépio*. Mestrado em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará. <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/4211>
- Dall'Agnol, S. (2012) Impactos do turismo x comunidade local. *SEMINTUR-Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Turismo e Paisagem: relação complexa*, 16, 1-5. https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/02/06_Dall_Agnol.pdf
- Dussel, E. (2000). Europa, modernidad y eurocentrismo. In: E. Landier (coord.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Clacso
- Fanon, F. (2020) *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu Editora

- Fratucci, A. C. (2007). Os processos de turistificação do espaço e a atuação dos seus agentes produtores. *Anais do X Encontro Nacional de Turismo em Base Local*. João Pessoa, PB: UFPB, 1099-1109. https://www.academia.edu/download/5371756/Os_processos_de_turistificacao_do_espaco..._ENTBL_2007.pdf
- Fonseca, M. C. L. (1997) *O Patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. UFRJ; IPHAN
- Gallo, C. A., & Rubert, S. (Orgs.) (2014) *Entre a memória e o esquecimento: Estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Editora Deriva.
- Grosfoguel, R. (2008) *La opción decolonial: Desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso*. Tabula Rasa, (8), 243-281 http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000100013
- Governo do Estado do Pará (2026) *Museu Forte do Presépio*. <https://museus.pa.gov.br/museus/169/museu-do-encontro>
- Lott, W. P., Cardoso, W. M., & Teixeira, M. F. (2024) *Carimbó: Um patrimônio cultural brasileiro na Amazônia paraense*. *Novos Debates*, 10(1), 1-17 <https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/411>
- Maldonado-Torres, N. (2008). Sobre la colonialidad del ser: Contribuciones al desarrollo de un concepto. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (80), 127-167. <https://www.ram-wan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>
- Mignolo, W. (2007) Del giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. *Revista de Ciencias Sociales*, 119 https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0482-52762007000200002
- Mignolo, W. (2010) *Desobediência epistêmica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Del Signo
- Mignolo, W., & Veiga, I. (2009) Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial., *Theory, Culture and Society*, 26, 1-23. <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78142/43060>
- Milheiro, E., & Melo, C. (2005) O Grand Tour e o advento do turismo moderno. *Revista Aprender*, 30, 114-118 https://www.researchgate.net/profile/Eva-Milheiro/publication/261632848_O_Grand_Tour_e_o_advento_do_turismo_moderno/links/00463534d6f44c8676000000/O-Grand-Tour-e-o-advento-do-turismo-moderno.pdf
- Museus Pará (2026) *Forte do Presépio*. <https://museus.pa.gov.br/>
- Pereira, J. C. (2011) Educação e cultura no pensamento de Franz Boas. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, (10), 101-118. <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/download/13903/10227>
- Pérez, X. P. (2009) *Turismo Cultural, uma visão antropológica* El Sauzal/Tenerife. Espanha: Aca y Pasos, RTPC. <https://www.academia.edu/download/33006203/50475878-eBook-Xerardo-Pereira.pdf>
- Pimentel, V. M. S. (2017). O discurso de poder do Branco sobre o Índio materializado no espaço museal do Forte do Presépio em Belém do Pará. *Contra os preconceitos: História e Democracia*, (29). http://rj.anpuh.org/resources/anais/54/1489072642_ARQUIVO_OdiscursodepoderdoBrancoobreoIndio materializadonoespacomusealdoFortedoPresepioemBelemdoPara..pdf
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander (Org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Clacso.
- Renne, M. (2026). *Forte do Presépio*. <https://guia.melhoresdestinos.com.br/forte-do-presepio-236-6602-l.html>
- Patchett, G. (2018) *Muirakuitã Digital Commons* Utah State University. https://digitalcommons.usu.edu/student_folklore_all/411/
- Rede Pará (2015) *Museus paraenses guardam a riqueza da história amazônica*. <https://redepara.com.br/Noticia/114107/>
- Veloso, M. (2006) O fetiche do patrimônio. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano Pré-História e Antropologia*, 4(1), 437-454. <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/363/301>
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (2003) *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. UNESCO <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>
- Zanirato, S. H. (2010). Experiências de prevenção de riscos ao patrimônio cultural da humanidade. *Ambiente & Sociedade*, 13, 151-164. <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ny49SDxXghgPNPSq9myPBWQ/?lang=pt&format=html>





Plano de Uso Público do Parque Estadual do Biribiri (MG): Gestão, Conservação e Engajamento Social

Raoni Araujo Ferreira¹
Bernardo Machado Gontijo²

Submissão em: 30 jun. 2026

Aceite em: 05 ago. 2026

Resumo: A visitação em unidades de conservação consolidou-se como estratégia de conservação e de aproximação entre sociedade e natureza, e seu ordenamento depende de instrumentos de planejamento construídos na articulação entre análise técnica e participação social. Este artigo tem por objetivo analisar o processo de elaboração do Plano de Uso Público (PUP) do Parque Estadual do Biribiri, em Diamantina (MG), conduzido entre 2024 e 2025 no âmbito do Programa COPAÍBAS — e não os resultados do plano em si. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, apoiado em pesquisa documental, levantamento de campo, oficina participativa de planejamento e escuta dirigida a mulheres e atores locais, tendo o Índice de Atratividade Turística e o Rol de Oportunidades de Visitação como instrumentos analíticos. A análise distingue, ao longo do processo, o que resultou de análise técnica e o que emergiu da participação social, examinando-os à luz das noções de gestão, governança e engajamento social. Conclui-se que a articulação entre esses dois registros conferiu legitimidade ao plano, evidenciando ganhos de governança e desafios de implementação ligados à capacidade operacional, à regularização fundiária e à apropriação comunitária.

Palavras-chave: unidades de conservação, ecoturismo, visitação, governança, equidade de gênero.

Public Use Plan of the Biribiri State Park: Management, Conservation, and Social Engagement

Abstract: Visitation in protected areas has consolidated as a strategy for conservation and for bringing society closer to nature, and its regulation depends on planning instruments built at the interface between technical analysis and social participation. This article aims to analyze the process of preparing the Public Use Plan of Biribiri State Park, in Diamantina (MG), Brazil, carried out between 2024 and 2025 under the COPAÍBAS Program — rather than the plan's outputs themselves. It is a qualitative case study based on documentary research, a field survey, a participatory workshop, and targeted listening to women and local stakeholders, using the Tourist Attractiveness Index and the Range of Visitation Opportunities as analytical instruments. Throughout the process, the analysis distinguishes what resulted from technical analysis and what emerged from social participation, examining them in light of the notions of management, governance, and social engagement. It concludes that the articulation between these two registers lent legitimacy to the plan, revealing governance gains and implementation challenges related to operational capacity, land tenure regularization, and community ownership.

Keywords: protected areas, ecotourism, visitation, governance, gender equity.

¹ Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço eletrônico: raoni@plantuc.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-1899-5339>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7293428170613481>.

² Professor Associado do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço eletrônico: gontijob9@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5012-9652>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0882015654292509>.

Introdução

A visitação em áreas naturais, designada nas políticas brasileiras de conservação como uso público, vem se consolidando mundialmente como uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade e para a sensibilização da sociedade quanto à causa ambiental. Previsto pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (Brasil, 2000), o uso público abrange o conjunto de usos permitidos no interior das unidades de conservação – turismo, recreação, educação ambiental e pesquisa científica –, sendo compreendido como uma das atividades-fim dessas áreas. É por meio da aproximação entre as pessoas e a natureza que se torna possível a compreensão da importância da conservação, tanto para a biodiversidade quanto para o conjunto da sociedade.

Cabe aqui indicar os conceitos que organizam este trabalho. Embora o termo “área protegida” seja de uso corrente na literatura internacional, adota-se aqui, preferencialmente, a categoria “unidade de conservação” (UC), tal como definida pelo SNUC (Brasil, 2000), por ser a expressão juridicamente precisa no contexto brasileiro. Nesse marco, o uso público corresponde ao aproveitamento recreativo, turístico, educativo e científico dos espaços e serviços das UCs, orientado pelos objetivos de cada unidade e regulado por normativos institucionais específicos, entre os quais a Portaria nº 289/2021 (ICMBio, 2021). Compreendido dessa forma, o uso público não é um fim em si, mas um instrumento de conservação e de conexão entre sociedade e natureza (ICMBio, 2018b, 2021).

O planejamento do uso público inscreve-se, por sua vez, no campo mais amplo da gestão e da governança de áreas protegidas. Enquanto a gestão remete às decisões e ações cotidianas do órgão responsável pela unidade, a governança diz respeito a quem detém autoridade, responsabilidade e poder de decisão – e a como esses atores se articulam. A literatura especializada distingue diferentes tipos e qualidades de governança, dos modelos centrados no Estado aos arranjos compartilhados e em rede, que envolvem múltiplos atores em diferentes escalas (Borrini-Feyerabend et al., 2013). Essa distinção é central para o presente estudo, pois permite ler a elaboração do Plano de Uso Público (PUP) não apenas como um exercício técnico, mas como um processo de construção de governança.

A esse quadro somam-se as noções de participação e controle social e de engajamento social, centrais para o título e para o argumento deste artigo. No campo da conservação brasileira, a participação social institucionaliza-se, sobretudo, por meio dos conselhos gestores das UCs, espaços de controle social previstos no SNUC (Brasil, 2000; Palmieri & Veríssimo, 2009). O engajamento social, por sua vez, extrapola a consulta formal e remete ao envolvimento ativo de comunidades, empreendedores e instituições tanto na construção quanto na execução das decisões, em diálogo com o debate sobre gestão participativa de unidades de conservação (Loureiro & Cunha, 2008). É na articulação — nem sempre isenta de tensões — entre esses registros, o técnico e o participativo, que este trabalho situa a análise do PUP do Biribiri.

Nas últimas décadas, contudo, a visitação em UCs deixou de se restringir ao mero contato com atrativos e à realização de atividades para se orientar pela oferta de experiências de qualidade e

transformadoras. Tendências contemporâneas indicam que a motivação de quem visita uma área protegida relaciona-se à oportunidade de vivenciar experiências singulares, em ambientes adequados, capazes de gerar benefícios pessoais, ambientais, econômicos, sociais e culturais (ICMBio, 2018b). Quanto maior a qualidade da experiência, maior a probabilidade de alcançar a sensibilização para a conservação, o que reforça a necessidade de instrumentos de planejamento que ordenem a visitação.

No Brasil, as UCs consolidaram-se como destinos turísticos relevantes, e o ordenamento de sua visitação tornou-se objeto crescente de interesse acadêmico e de gestão. Na Serra do Espinhaço – reconhecida como Reserva da Biosfera pela UNESCO –, a articulação entre patrimônio natural, patrimônio cultural e turismo confere particular complexidade ao planejamento da visitação, sobretudo quando as áreas protegidas se inserem em destinos turísticos consolidados, como Diamantina. Compreender como se constroem, na prática, os instrumentos de planejamento do uso público é, portanto, relevante tanto para a reflexão sobre o turismo em áreas protegidas quanto para o aprimoramento da gestão pública dessas áreas.

O principal instrumento de ordenamento da visitação no nível da unidade é o PUP, planejamento específico previsto no Plano de Manejo. O PUP é um documento técnico, de natureza programática e não normativa, que reúne estratégias, diretrizes e prioridades de gestão destinadas a incentivar o uso público devidamente orientado pelo manejo, aprimorar as experiências dos visitantes e diversificar as oportunidades de visitação. Sua elaboração tem sido pautada por orientações metodológicas que valorizam tanto a base técnica quanto a participação social (ICMBio, 2019).

O Parque Estadual do Biribiri (PEBI), unidade de proteção integral criada em 1998 e localizada no município de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha mineiro, exemplifica os desafios desse ordenamento. Inserido na Cadeia do Espinhaço e integrante da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, o parque guarda expressivo patrimônio natural e cultural e recebeu, em 2023, cerca de 69 mil visitantes (IEF, 2023b). Apesar do fluxo significativo, a visitação ocorre de forma majoritariamente espontânea e desordenada, dada a multiplicidade de acessos e a limitada capacidade operacional da gestão, o que evidencia a urgência de um instrumento de planejamento.

O objetivo deste artigo é analisar o processo de elaboração do Plano de Uso Público do Parque Estadual do Biribiri, conduzido entre 2024 e 2025 no âmbito do Programa COPAÍBAS, desde o diagnóstico até a consolidação do documento final, examinando os instrumentos técnicos empregados, a dinâmica participativa adotada e a incorporação da perspectiva de equidade de gênero. Busca-se compreender de que modo a articulação entre análise técnica e construção coletiva contribuiu para os resultados alcançados e quais ganhos e desafios essa experiência revela para a gestão da visitação em áreas protegidas.

Este é um artigo científico estruturado a partir de um estudo de caso, de abordagem qualitativa e de caráter descritivo e analítico. Mais do que relatar a vivência da elaboração do plano, busca-se problematizar e analisar criticamente o processo à luz de instrumentos técnicos e de referenciais sobre

gestão, conservação e engajamento social em unidades de conservação. A coleta de dados combinou pesquisa documental, levantamento de campo, oficina participativa de planejamento e momentos de escuta dirigida a mulheres e atores locais. Como instrumentos analíticos específicos, foram aplicados o Índice de Atratividade Turística (IAT) e o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC), articulados a uma leitura sensível às relações de gênero e à acessibilidade.

A relevância da análise reside em três eixos complementares. O primeiro diz respeito ao processo participativo, que mobilizou gestores, comunidade, instituições de ensino, poder público e empreendedores do turismo na construção coletiva do plano. O segundo refere-se à aplicação de instrumentos técnicos – o IAT e o ROVUC – como ferramentas de diagnóstico e de organização das oportunidades de visitação. O terceiro relaciona-se à incorporação explícita da equidade de gênero, alinhada às boas práticas internacionais de governança de UCs (GIZ, 2022). Esses eixos não operam de forma isolada, mas se entrelaçam ao longo de todo o processo.

Para dar conta desse propósito, o artigo organiza-se em cinco seções, além desta introdução. A seção de metodologia detalha o tipo de pesquisa, os procedimentos de coleta e análise de dados e o recorte territorial. A seção de discussão reconstitui o processo de elaboração do PUP, do diagnóstico à oficina de planejamento. A seção de resultados apresenta os produtos finais do plano, os ganhos para o parque e os desafios de implementação. Por fim, as considerações finais recuperam os objetivos da pesquisa e pontuam o alcance e os limites do estudo.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza aplicada e finalidade descritiva e analítica, organizada metodologicamente como um estudo de caso sobre o processo de elaboração do PUP do PEBI. A escolha do estudo de caso justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade e em seu contexto real, um fenômeno contemporâneo – o planejamento participativo da visitação – sobre o qual a fronteira entre o objeto e o contexto não é nitidamente delimitada. O recorte espacial corresponde ao território do PEBI e à sua zona de amortecimento, no município de Diamantina, Minas Gerais, abrangendo ainda o entorno imediato relevante para a dinâmica turística, sobretudo a sede municipal e o distrito de Mendanha.

O processo seguiu as Orientações Metodológicas para Elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação - PLANTUC (ICMBio, 2019), que estruturam o trabalho em etapas sucessivas de diagnóstico, planejamento participativo e consolidação. A condução técnica coube à PLANTUC Projetos Socioambientais, com supervisão do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG) e apoio do Programa COPAÍBAS – iniciativa executada pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) com recursos da Iniciativa Internacional da Noruega para Clima e Florestas (NICFI). O recorte temporal do estudo estende-se de maio de 2024, quando se realizou o

levantamento de campo, a março de 2025, data de conclusão do documento final. A cronologia das etapas, com os respectivos períodos, atividades e produtos, é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1
Cronologia do processo de elaboração do PUP do PEBI

Etapas	Período	Atividades principais	Produto
1. Diagnóstico	1º sem. a ago./2024	Pesquisa documental; visita técnica de campo (20–24/05/2024); aplicação do IAT e do ROVUC; escuta de mulheres e de atores locais.	Diagnóstico do Uso Público (Produto 2)
2. Oficina participativa	29/08/2024 (8h–18h)	Validação do diagnóstico; construção da visão de futuro; priorização por setor; definição de diretrizes.	Relatoria da oficina (Produto 3)
3. Consolidação	Set./2024 a mar./2025	Sistematização das contribuições; redação; validação pela gestão e pelo IEF; apresentação ao Conselho Consultivo.	Plano de Uso Público (Produto 4)

Fonte: elaboração própria a partir de PLANTUC (2024a, 2024b, 2025).

A coleta de dados combinou fontes secundárias e primárias. A pesquisa documental contemplou o Plano de Manejo da unidade, relatórios de gestão, normativos institucionais e dados oficiais de visitação, demografia e oferta turística (IEF, 2023a). O levantamento primário consistiu em visita técnica realizada entre 20 e 24 de maio de 2024, durante a qual a equipe percorreu os principais atrativos do parque – cachoeiras, mirantes, trilhas, sítios arqueológicos e setores de escalada –, acompanhada por funcionários conhecedores do território, registrando condições de acesso, infraestrutura e estado de conservação.

Os instrumentos analíticos centrais foram o Índice de Atratividade Turística (IAT) e o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC). O IAT, proposto por Viveiros de Castro e colaboradores (2017), classifica o estágio da oferta turística da unidade a partir do cruzamento de atributos físicos, sociais e de manejo dos ambientes interno e externo. Seus indicadores são pontuados em escala de cinco pontos, cujas médias compõem escores que posicionam a unidade em uma das classes de atratividade – primitiva, semiprimitiva, extensiva, intensiva e altamente intensiva. O ROVUC (ICMBio, 2018a), por sua vez, classifica os atrativos segundo a experiência de visitação ofertada, com base em atributos biofísicos, socioculturais e de manejo, orientando a diversificação das oportunidades e a definição da infraestrutura e do manejo necessários a cada classe de experiência.

A coleta em campo apoiou-se em fichas de caracterização de atrativos, mapas mentais, observação técnica direta e rodas de conversa com a equipe gestora, possibilitando classificar cada atrativo em sua condição atual e em uma condição potencial ou ideal de visitação. Posteriormente, em 29 de agosto de 2024, realizou-se a Oficina de Planejamento do Uso Público, em jornada única das 8h às 18h, em Diamantina, reunindo 47 participantes entre gestores, comunidade, universidades, poder público municipal e estadual, empreendedores do turismo e representantes de outras instituições. A oficina valeu-se de dinâmicas participativas – nuvem de palavras, chuva de ideias, trabalho em grupos

por setor e matrizes de priorização – para validar o diagnóstico, construir coletivamente a visão de futuro, hierarquizar atrativos e infraestruturas e definir diretrizes. Reconhece-se que a concentração das atividades em um único dia e o número expressivo de participantes impõem limites à profundidade da deliberação – aspecto retomado na discussão –, o que foi mitigado pelo trabalho em pequenos grupos e pela devolutiva posterior dos resultados.

Os instrumentos mobilizados na oficina merecem detalhamento. Para a priorização de atrativos e infraestruturas, os grupos trabalharam com fichas de análise por setor, mapas de setorização e uma matriz que cruza o impacto e a viabilidade das ações e investimentos. Para a construção da visão de futuro, combinaram-se a técnica da nuvem de palavras – alimentada pela dinâmica “Um Sonho por um Sonho” – e a análise dos objetivos, do propósito, das declarações de significância e dos valores fundamentais registrados no Plano de Manejo, articulando elementos internos (desejos locais) e externos (tendências do turismo). A diversidade de gênero foi assegurada na composição dos grupos, alternando-se composições femininas, masculinas e mistas, de modo a permitir a comparação entre as perspectivas.

A incorporação da perspectiva de equidade de gênero constituiu premissa metodológica transversal, em alinhamento aos princípios de equidade na governança de unidades de conservação (GIZ, 2022) e à compreensão da equidade como busca de igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres (EIGE, 2016). Para tanto, realizou-se a oficina “Promovendo a Participação Feminina na Unidade de Conservação”, organizada em cinco dinâmicas – Teia de Confiança, Roda de Conversa, Mapa da Empatia, Proposição de Ações e “Um Sonho por um Sonho” –, destinada a uma escuta ativa das vivências das mulheres na gestão e na visitação. A definição de gênero como categoria relacional, atravessada por relações de poder (Zanella & Costa e Silva, 2012), orientou a leitura das desigualdades materiais e simbólicas observadas em campo. De modo complementar, avaliou-se a acessibilidade universal da unidade por observação direta e entrevistas informais com a equipe técnica.

A análise dos dados adotou procedimentos de análise de conteúdo de base qualitativa (Bardin, 2011), organizando o material coletado em categorias relativas ao perfil da visitação, à infraestrutura, às oportunidades de experiência, às expectativas dos atores e às diretrizes de gestão. A triangulação entre dados documentais, observações de campo e contribuições da oficina não cumpriu apenas uma função de validação metodológica: ao submeter as leituras técnicas ao escrutínio dos atores locais e ao incorporar suas contribuições ao produto final, conferiu caráter efetivamente participativo à construção do conhecimento, em sintonia com o debate sobre gestão participativa de UCs (Loureiro & Cunha, 2008). Quanto aos cuidados éticos, ressalta-se que as atividades foram conduzidas mediante mobilização prévia e consentida dos participantes, com garantia de anonimato nas dinâmicas que assim o exigiram e devolutiva dos resultados à comunidade e ao Conselho Consultivo da unidade.

Discussão: o processo de elaboração do Plano de Uso Público

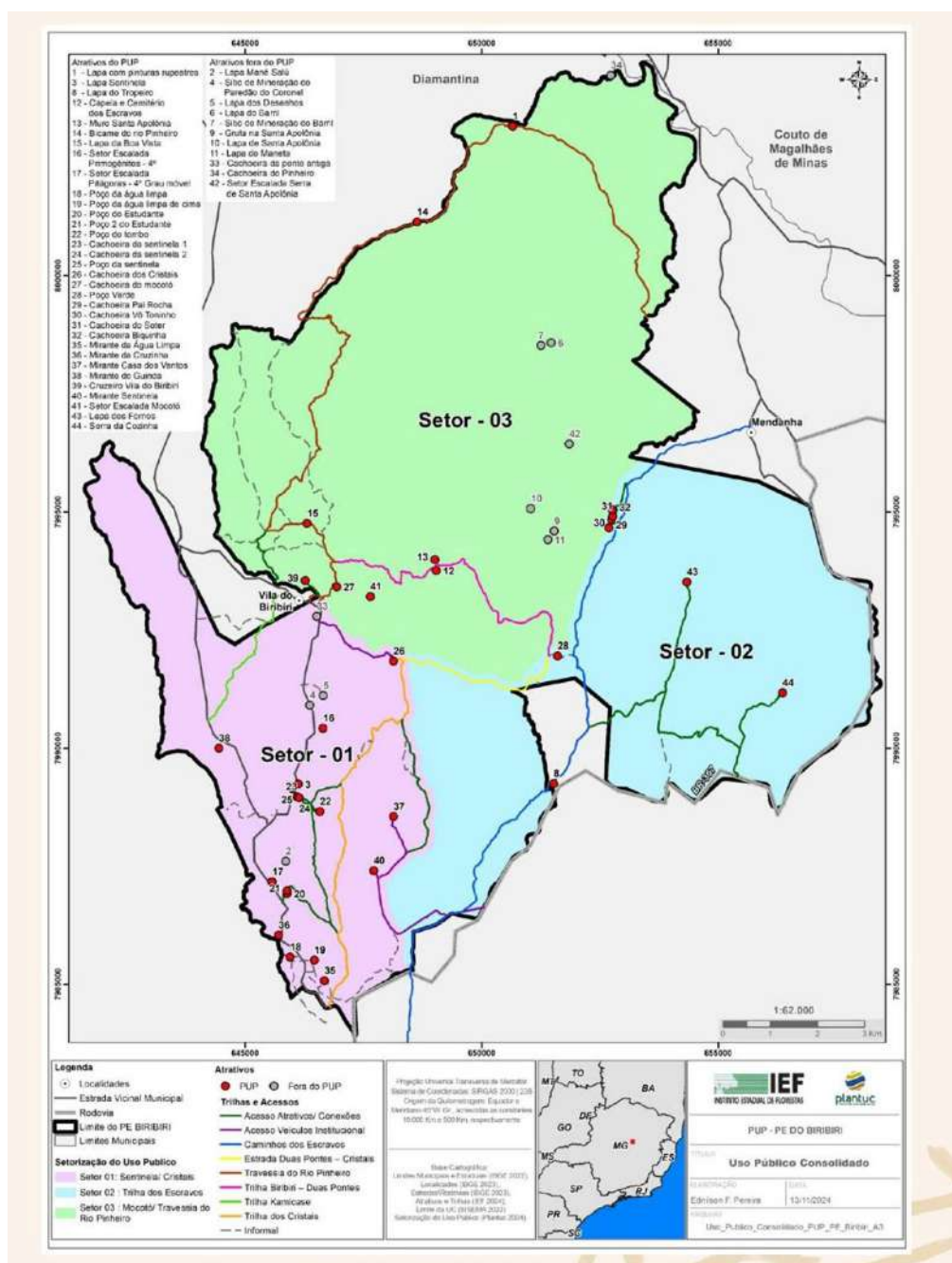
O processo de elaboração do PUP do PEBI estruturou-se em três grandes momentos encadeados – diagnóstico, oficina participativa de planejamento e consolidação do documento final –, todos atravessados pela articulação entre análise técnica e escuta social. Essa arquitetura metodológica buscou assegurar que o plano traduzisse simultaneamente o conhecimento especializado da equipe e o conhecimento territorial dos atores locais, evitando que o documento se reduzisse a um exercício técnico desconectado da realidade da unidade.

O diagnóstico do uso público

O diagnóstico do uso público, consolidado em agosto de 2024, partiu do reconhecimento de campo e da coleta sistemática de dados secundários e primários. A visita técnica permitiu percorrer grande parte dos atrativos em uso e com potencial de uso, identificando potencialidades e fragilidades, sobretudo no que tange à infraestrutura. Já no diagnóstico evidenciou-se que a visitação no PEBI é predominantemente regional e espontânea: moradores de Diamantina e da região utilizam o parque como área de lazer gratuita, com destaque para o banho em cachoeiras, ao lado de praticantes de *mountain bike* e escalada e de grupos escolares em atividades de educação ambiental. A localização do parque, sua inserção no município de Diamantina e a distribuição espacial de seus atrativos pelos três setores estratégicos podem ser visualizadas na Figura 1.

Figura 1

Mapa de localização e setorização do Parque Estadual do Biribiri, com os três setores e respectivos atrativos



Fonte: PLANTUC, 2025.

A aplicação do Índice de Atratividade Turística posicionou o PEBI na classe de Atratividade Extensiva, com média geral de 3,3, resultado da combinação entre uma atratividade interna extensiva e uma atratividade externa primitiva (Tabela 2). O escore reflete uma paisagem que combina atributos naturais e culturais de relevância regional, com potencial para ampliar os fluxos de visitação caso a unidade concilie seus elementos naturais e socioculturais. O ambiente externo mostrou-se favorável, dada a proximidade da área urbana de Diamantina – destino turístico consolidado e Patrimônio

Mundial – e sua oferta de hospedagem e alimentação, que supre, em parte, a ausência desses serviços no interior do parque (IEF, 2023a; Viveiros de Castro et al., 2017).

Tabela 2
Resultado do Índice de Atratividade Turística (IAT) do PEBI

Dimensão de análise	Classificação
IAT interno (atributos físicos, sociais e de manejo)	Atratividade Extensiva
IAT externo (entorno e contexto socioeconômico)	Atratividade Primitiva
IAT final (média geral 3,3)	Atratividade Extensiva

Fonte: PLANTUC, 2024a.

Complementarmente, o ROVUC subsidiou a leitura dos atrativos segundo as experiências de visitação ofertadas. A análise conjunta entre equipe técnica e gestores conduziu à definição de três setores estratégicos, organizados a partir da localização geográfica, dos tipos de uso e da rede de acessos e trilhas, aos quais se associaram diferentes classes de experiência (Tabela 3): o Setor 1 – Sentinela/Cristais, ao sul, onde a visitação está consolidada e se concentra o maior fluxo; o Setor 2 – Caminho dos Escravos, a oeste, parcialmente consolidado e articulado a um percurso histórico da Estrada Real; e o Setor 3 – Mocotó/Travessia do Rio Pinheiro, ao norte, de uso incipiente, porém com elevado potencial para trilhas de longo curso e escalada. A espacialização das classes de experiência atribuídas a cada atrativo é apresentada na Figura 2.

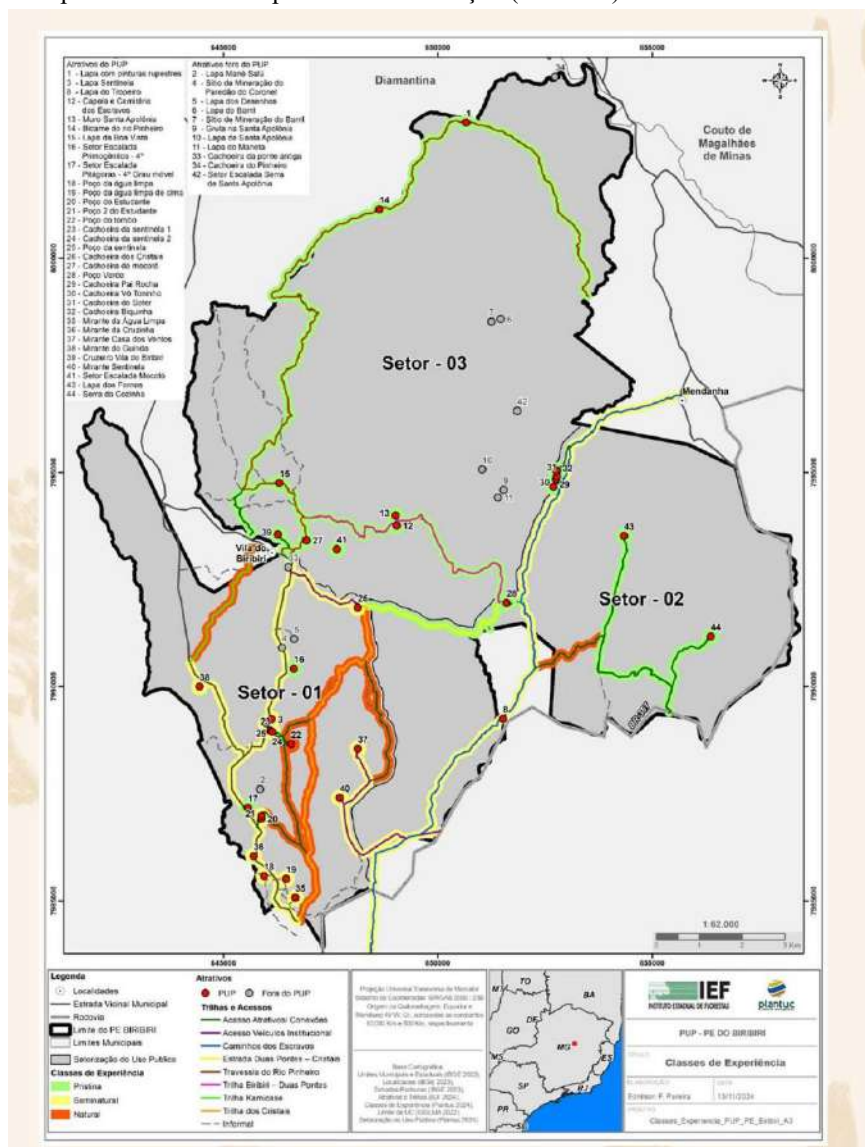
Um esclarecimento conceitual é necessário para a leitura dessas classes. O ROVUC não classifica os atrativos apenas por seu uso atual, mas pela experiência de visitação que se deseja ofertar em cada um – do prístino, de baixo contato e mínima intervenção, ao ruralizado, de forte presença humana. Por isso, um atrativo intensamente visitado, como a Cachoeira Sentinela, pode receber classificação distinta de um setor de escalada isolado, e um mesmo setor pode abrigar classes diferentes conforme a vocação de cada ponto. A classificação, portanto, é menos um retrato do presente e mais uma diretriz de manejo: indica o caráter da experiência a ser preservado ou construído, orientando o nível de infraestrutura e de intervenção admissível (ICMBio, 2018a).

Tabela 3
Setores estratégicos, número de atrativos e classes de experiência (ROVUC)

Setor	Localização	Atrativos	Classes ROVUC
Setor 1 – Sentinela/Cristais	Porção sul	15	Prístina, Natural, Seminatural
Setor 2 – Caminho dos Escravos	Porção oeste	10	Prístina, Natural, Seminatural, Ruralizado
Setor 3 – Mocotó/Travessia do Rio Pinheiro	Porção norte	11	Prístina, Natural

Fonte: PLANTUC, 2024a.

Figura 2



Fonte: PLANTUC, 2025.

O diagnóstico de infraestrutura percorreu, setor a setor, os atrativos abertos e potenciais, registrando desde a portaria e os estacionamentos do Setor 1 até as cachoeiras e os sítios arqueológicos dos demais setores. O levantamento revelou um quadro recorrente de insuficiência: ausência de instalações sanitárias, sinalização limitada, carência de manejo e manutenção das trilhas (ICMBio, 2011), inexistência de áreas de apoio e de controle efetivo de acesso. A multiplicidade de entradas – formais e informais – apareceu como o principal entrave à gestão, à fiscalização e ao monitoramento do fluxo de visitantes, sugerindo que o número real de visitantes supera o registro oficial.

Detalhada por setores, essa leitura tornou-se a base territorial de todo o planejamento subsequente: o Setor 1, consolidado, concentra a portaria e os principais balneários – Sentinela e Cristais –, ainda carentes de apoio compatível com o grande público; o Setor 2 articula o histórico

Caminho dos Escravos, com intervenções realizadas em parceria com a Prefeitura de Diamantina; e o Setor 3, mais primitivo, reúne o maior potencial para trilhas de longo curso, pernoite e escalada.

Duas dimensões – equidade de gênero e acessibilidade – foram deliberadamente destacadas no processo, e cabe explicitar por quê. Não se trata de temas escolhidos ao acaso: a equidade de gênero é premissa do Programa COPAÍBAS e responde ao reduzido protagonismo feminino historicamente observado na gestão e na visitação dessas áreas, enquanto a acessibilidade traduz o compromisso com a democratização do acesso à natureza. A perspectiva de equidade de gênero foi, assim, tratada como premissa, e não como tema acessório. A oficina “Promovendo a Participação Feminina na Unidade de Conservação” revelou que as mulheres associam a visitação a questões de segurança – nem sempre verbalizadas –, à precariedade das condições sanitárias e à ausência de locais adequados para troca de roupa e para o cuidado com os filhos. O reconhecimento de que essas áreas constituem campo de trabalho predominantemente masculino, com reduzida presença feminina e funções frequentemente restritas a atividades administrativas, reforçou a necessidade de incorporar a equidade tanto na governança quanto na experiência de visitação (GIZ, 2022; Zanello & Costa e Silva, 2012).

O diagnóstico de acessibilidade, por sua vez, constatou a inexistência de infraestrutura e de ações voltadas à acessibilidade universal: trilhas com superfícies irregulares e declives acentuados, ausência de sinalização tátil, instalações sanitárias não adaptadas e ausência de capacitação da equipe. Verificou-se, inclusive, que a única cadeira Juliatti disponível na unidade jamais havia sido utilizada, por falta de treinamento. Esse achado dialoga com a realidade das unidades estaduais mineiras, ainda carentes de um programa abrangente de acessibilidade, em contraste com iniciativas já existentes em parques federais (ICMBio, 2018b) e com os compromissos assumidos internacionalmente quanto aos direitos das pessoas com deficiência (ONU, 2006). Convém, ainda assim, uma ressalva: a ampliação do uso público e da inclusão social não deve ser mobilizada como argumento para fragilizar os objetivos de conservação da unidade, mas compreendida como compatível com eles, desde que subordinada às capacidades de suporte dos ambientes e ao zoneamento definido no Plano de Manejo.

Os resultados do diagnóstico foram sintetizados em uma Matriz FOFA (Tabela 4), que organiza forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do uso público e serviu de base para a definição dos objetivos estratégicos do plano, discutidos adiante.

Tabela 4
Síntese da Matriz FOFA do uso público do PEBI

Categoria	Principais elementos
Forças	Potencial hídrico e abundância de áreas de banho; diversidade de trilhas; beleza cênica; riqueza de temas interpretativos (arqueologia, cultura, sempre-vivas, Serra do Espinhaço).
Fraquezas	Multiplicidade de acessos; ausência de portaria e de controle/monitoramento da visitação; carência de infraestrutura de apoio; falta de pesquisas de perfil e de satisfação.
Oportunidades	Integração ao Mosaico do Espinhaço e à Estrada Real; proximidade da Vila Biribiri; parcerias com a UFVJM e o IFMG; potencial do distrito de Mendanha.
Ameaças	Poluição dos cursos d’água do entorno (Ribeirão das Pedras e Rio Pinheiro); expansão urbana de Diamantina; presença de animais domésticos; incêndios e garimpo ilegal no entorno.

Fonte: PLANTUC, 2024a.

A oficina de planejamento participativo

O segundo momento – a Oficina de Planejamento, realizada em 29 de agosto de 2024 – converteu o diagnóstico em deliberação coletiva. A mobilização, conduzida em conjunto pela equipe técnica e pela gestão, priorizou os atores mais envolvidos com a unidade e assegurou diversidade de gênero entre os 47 participantes. A programação articulou a apresentação do diagnóstico, o levantamento de expectativas sobre o envolvimento comunitário, a construção da visão de futuro, a priorização de atrativos e infraestruturas por setor e a definição de diretrizes, organizadas em dinâmicas de grupo que alternaram composições femininas, masculinas e mistas (Figura 3).

Figura 3
Participantes da Oficina de Planejamento do Uso Público do PEBI em trabalho de grupo



Fonte: PLANTUC, 2024b.

A programação articulou momentos de nivelamento técnico e de deliberação coletiva, sintetizados na Tabela 5, e mobilizou uma composição diversa de atores, apresentada na Tabela 6. A organização em pequenos grupos – ora femininos, masculinos ou mistos – buscou equilibrar a assimetria entre um público numeroso e o tempo disponível, favorecendo a manifestação de perspectivas distintas.

Tabela 5
Programação da Oficina de Planejamento do Uso Público: atividades e objetivos

Período	Atividade	Objetivo / dinâmica
Manhã	Contextualização e apresentação do diagnóstico (IAT e ROVUC)	Nivelar informações e validar o diagnóstico técnico
Manhã	Expectativas sobre o envolvimento comunitário	Levantar percepções em grupos (mulheres, homens e mistos)
Manhã	Construção da visão de futuro	Combinar sonhos, valores do Plano de Manejo e tendências do turismo
Tarde	Análise e priorização por setor	Hierarquizar atrativos e infraestruturas (6 grupos por setor)
Tarde	Definição de diretrizes	Priorizar diretrizes em três eixos (gestão, serviços e monitoramento)

Fonte: elaboração própria a partir de PLANTUC (2024b).

Tabela 6
Composição dos participantes da Oficina de Planejamento do Uso Público

Segmento	Representações
Gestão pública ambiental	IEF/MG (gestão do PEBI, supervisão regional e setor de concessão); Parque Nacional das Sempre-Vivas; INEA (RJ)
Ensino e pesquisa	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Poder público municipal	Prefeitura de Diamantina (Secretaria de Desenvolvimento)
Turismo e condução	Receptivos, condutores e operadores locais (ecoturismo, voo livre e corrida em trilhas)
Controle externo e fomento	Ministério Público de Minas Gerais e BNDES (estudo de concessão)

Fonte: elaboração própria a partir de PLANTUC (2024b).

Nota: a formação dos grupos assegurou diversidade de gênero (grupos femininos, masculinos e mistos).

As dinâmicas evidenciaram clivagens significativas nas expectativas: a totalidade dos grupos compostos apenas por mulheres priorizou a geração de renda para a comunidade local, ao passo que a totalidade dos grupos mistos enfatizou o pertencimento e a sensibilização sobre a importância do parque. Esse contraste, longe de ser secundário, qualificou a visão de futuro e reforçou a pertinência da escuta dirigida. A discussão sobre o processo de concessão, então em fase de estudo de viabilidade com o BNDES, foi um dos pontos mais sensíveis, suscitando demandas por transparência, formação prévia dos atores e participação efetiva nas decisões.

A construção da visão de futuro combinou elementos internos – sonhos e expectativas dos participantes, objetivos, propósito e valores fundamentais do Plano de Manejo – e elementos externos, como as macrotendências do turismo, entre elas o envelhecimento populacional e a busca por experiências autênticas. A partir de uma frase-base submetida à plenária, foram propostos ajustes que

destacaram a integração com Diamantina, a substituição de “preservado” por “conservado”, a ênfase na conexão com os elementos históricos e culturais e o compromisso explícito com a comunidade, resultando em uma visão validada coletivamente.

Ainda na oficina, os participantes debateram as diretrizes para a gestão do uso público, organizadas em três grandes eixos – diretrizes gerais (incluindo gênero e acessibilidade), diretrizes para atividades e serviços e diretrizes para o monitoramento. Inspiradas em documentos como as Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação (MMA, 2006) e em planos de uso público de unidades semelhantes, as propostas foram lidas, priorizadas e complementadas pelos grupos. Esse procedimento garantiu que o documento final refletisse não apenas a análise técnica, mas também os valores e as prioridades acordados coletivamente entre os atores.

Gestão e governança no processo de elaboração

Para além de seus produtos técnicos, o processo de elaboração do PUP pode ser lido como um exercício de governança. A condução do trabalho mobilizou uma rede de atores situados em diferentes escalas – o Programa COPAÍBAS, articulado internacionalmente entre o FUNBIO e o governo norueguês; o IEF/MG, órgão gestor estadual; a Prefeitura de Diamantina e a Secretaria de Cultura, no nível municipal; as universidades UFVJM e IFMG; e o conjunto de empreendedores do turismo e moradores do entorno. Essa configuração aproxima a experiência do PEBI dos arranjos de governança compartilhada e em rede descritos na literatura sobre áreas protegidas, nos quais a autoridade e a responsabilidade não se confinam ao órgão ambiental, mas se distribuem por múltiplos níveis e setores (Borrini-Feyerabend et al., 2013).

Essa perspectiva foi explicitada já na concepção metodológica do plano, ancorada na premissa, cara ao ROVUC, de que não cabe exclusivamente ao gestor ofertar a experiência de visitação. Ao contrário, a responsabilidade pela qualidade e pela diversidade do uso público é compreendida como compartilhada entre a gestão da unidade, os empreendedores do entorno, o poder público municipal e a comunidade. Essa redistribuição de responsabilidades, debatida abertamente na oficina, reposiciona a governança da visitação de um eixo estadocêntrico para um arranjo cooperativo, no qual a apropriação local é condição de efetividade – sobretudo diante de uma equipe gestora reduzida frente à dimensão do território.

A dimensão participativa do processo dialoga com os instrumentos de controle social previstos no SNUC (Brasil, 2000). A previsão de apresentação do plano ao Conselho Consultivo da unidade e a mobilização ampla de atores na oficina inscrevem-se em uma lógica de governança participativa, na qual as decisões sobre o uso público são submetidas ao escrutínio coletivo. A própria escolha de uma oficina de caráter deliberativo, e não meramente consultivo, sinaliza um deslocamento em direção a formas mais densas de participação na gestão da área protegida.

Um dos pontos de maior tensão na governança emergiu na discussão sobre a concessão de serviços, então em fase de estudo de viabilidade conduzido com o BNDES no âmbito do Programa de Concessão em Parques Estaduais. As manifestações dos participantes revelaram ansiedades quanto ao futuro do parque e demandas por transparência, formação prévia e participação efetiva nas decisões. O episódio evidencia uma questão central da governança contemporânea de áreas protegidas: como conciliar a delegação de serviços à iniciativa privada com a garantia de benefícios às comunidades locais e com a legitimidade social do processo.

A concessão, contudo, não foi a única fonte de tensão. O processo, longe de um consenso linear, comportou interesses e visões divergentes que é preciso registrar. Entre eles, a disputa em torno de linguagens e memórias – como a proposta de renomear o “Caminho dos Escravos” para “Trilha dos Escravizados”, remetida a debate posterior –; a preocupação de proprietários rurais com o acesso a atrativos situados em áreas ainda não regularizadas; a tensão entre a lógica da conservação e as expectativas de geração de renda; e as diferenças, já mencionadas, entre as prioridades de mulheres e de grupos mistos. Reconhecer essas tensões, em vez de dissolvê-las em um relato harmônico, é condição para uma leitura crítica da governança: elas não invalidam o processo participativo, mas revelam que a construção de consensos é sempre provisória e atravessada por relações de poder.

A perspectiva de gênero, por sua vez, mostrou-se indissociável da governança, e não apenas da experiência de visitação. O diagnóstico evidenciou a sub-representação feminina no quadro operacional da unidade e a concentração das mulheres em funções administrativas, o que restringe sua participação nos espaços de decisão. Incorporar a equidade de gênero à governança implica, portanto, atuar sobre a composição das equipes, sobre os processos decisórios e sobre a cultura institucional, em alinhamento aos princípios de equidade na governança de unidades de conservação (GIZ, 2022).

Por fim, a regularização fundiária revelou-se um condicionante estrutural da governança territorial do parque. A existência de propriedades não regularizadas no interior da unidade, cujos titulares por vezes restringem o acesso a atrativos, fragiliza a capacidade de a gestão ordenar a visitação e ilustra os limites do controle estatal sobre o território protegido. Esse entrave, recorrente nas UCs brasileiras, condiciona diretamente as possibilidades de implementação das propostas do plano e demanda articulação que extrapola o escopo do uso público.

O terceiro momento consistiu na consolidação do documento. As contribuições da oficina foram organizadas e incorporadas ao PUP em articulação contínua entre a consultoria e a equipe da unidade, seguida de validação pela gestão e pela coordenação do IEF. O documento final, concluído em março de 2025, foi estruturado para posterior diagramação, difusão por canais institucionais e apresentação ao Conselho Consultivo, encerrando um ciclo que partiu da observação técnica em campo e culminou em um instrumento legitimado socialmente.

Resultados: o Plano de Uso Público, ganhos e desafios

O principal resultado do processo foi a entrega do Plano de Uso Público do Parque Estadual do Biribiri, concluído em março de 2025 como produto final do projeto apoiado pelo Programa COPAÍBAS. O documento consolidou, em um instrumento programático e não normativo, a análise do cenário atual e potencial da visitação, articulando aspectos ambientais, sociais, turísticos e territoriais, e estabeleceu um conjunto de diretrizes e procedimentos para orientar a gestão do uso público em conformidade com o Plano de Manejo e com os normativos institucionais de referência (ICMBio, 2019).

Antes de descrever os produtos do plano, importa distinguir explicitamente o que neles resultou da análise técnica e o que emergiu da participação social – distinção que atravessa todo o PUP e que a Tabela 7 sistematiza. Essa separação analítica não implica hierarquia entre os dois registros; ao contrário, o argumento central deste artigo é que sua articulação é o que confere consistência e legitimidade ao documento. O diagnóstico, o IAT, a classificação ROVUC e as estimativas de custo constituem o núcleo técnico; a validação, a priorização, a visão de futuro e o acolhimento de demandas específicas constituem o núcleo participativo; e cada produto do plano combina, em proporções variáveis, esses dois núcleos.

Tabela 7
Origem dos elementos do PUP: análise técnica e participação social

Elemento do PUP	Análise técnica	Participação social
Diagnóstico e IAT	Levantamento de campo e dados secundários; cálculo do índice	Validação na oficina
Setorização e ROVUC	Definição com a gestão; classificação dos atrativos	Priorização de atrativos por setor
Visão de futuro	Base no Plano de Manejo (objetivos e valores)	Construída e validada coletivamente
Infraestrutura (PII)	Estimativa de custos, impacto e viabilidade	Hierarquização pelos grupos
Diretrizes	Referenciais normativos (MMA, 2006; Plano de Manejo)	Priorizadas e complementadas pelos grupos
Equidade de gênero	Premissa do COPAÍBAS; escuta técnica	Oficina com mulheres; diretrizes debatidas

O PUP definiu cinco objetivos estratégicos para a unidade, sintetizados na Tabela 8: diversificar as oportunidades de visitação, ampliando a geração de negócios e renda, preferencialmente para o entorno; aprimorar as experiências dos visitantes; reduzir as pressões sobre os recursos naturais e a biodiversidade; promover o ordenamento das atividades de visitação; e estimular o engajamento dos atores locais. Esses objetivos traduzem, no plano da gestão, a tensão produtiva entre conservação e uso que orienta a função social das unidades de proteção integral (Brasil, 2000).

Tabela 8. Objetivos estratégicos do Plano de Uso Público do PEBI

Objetivos estratégicos
1. Diversificar as oportunidades de visitação, ampliando a geração de negócios e renda, preferencialmente para o entorno.
2. Aprimorar as experiências dos visitantes.
3. Reduzir as pressões sobre os recursos naturais e a biodiversidade.
4. Promover o ordenamento das atividades de visitação.
5. Estimular um maior engajamento dos atores locais.

Fonte: PLANTUC, 2025.

A visão de futuro consolidada – que projeta o PEBI como um parque integrado ao contexto turístico de Diamantina, voltado ao ecoturismo, às expedições científicas e aos esportes de aventura e comprometido com a geração de renda para a comunidade – constitui, em si, um resultado: por ter sido construída e validada em plenária, expressa um pacto coletivo sobre o futuro desejado para a unidade, e não uma diretriz imposta de fora.

No plano territorial, a setorização em três setores e a classificação dos atrativos pelo ROVUC (Tabela 3) ofereceram a base organizada para o planejamento da visitação, orientando o nível de intervenção e de manejo adequado a cada porção do parque, conforme sua vocação e estado de conservação.

A oficina permitiu hierarquizar coletivamente os atrativos prioritários, selecionando-se 11 deles como destaques da unidade, com suas respectivas necessidades de intervenção. A priorização apoiou-se em uma matriz que pondera impacto e viabilidade das ações e investimentos, evitando a pretensão inviável de estruturar simultaneamente os trinta e seis atrativos mapeados. Atividades como escalada, observação de vida silvestre e corrida em trilhas foram explicitamente incorporadas ao rol de experiências a serem trabalhadas, ampliando o cardápio de visitação.

O plano incorporou um Programa de Implantação de Infraestrutura (PII), estruturado como conjunto de propostas referenciais e orientativas – não compulsórias – acompanhadas de hierarquização de intervenções, levantamento de benefícios e estimativa de custos. Essa arquitetura constitui uma matriz decisória que auxilia a gestão a alocar recursos e a definir o que implantar no curto, médio e longo prazo, conforme a realidade operacional da unidade. O PII contempla, ainda, a previsão de um Programa de Acessibilidade, abrangendo capacitação da equipe e oferta de serviços e experiências acessíveis, para além das adaptações físicas.

Entre os resultados de maior alcance está o conjunto de diretrizes para a gestão da visitação, organizado em cinco eixos (Tabela 9): gestão geral, qualificação dos serviços de apoio, diversificação das atividades, monitoramento da visitação e equidade de gênero. As diretrizes de gênero merecem destaque por sua singularidade: preveem a busca de equilíbrio de gênero no quadro operacional, o letramento de gênero para toda a equipe, a criação de redes de serviços que viabilizem a visitação segura de mulheres, o acolhimento de demandas relacionadas à maternidade e a promoção de lideranças femininas, em consonância com as boas práticas de governança (GIZ, 2022; EIGE, 2016).

Tabela 9
Eixos de diretrizes para a gestão do uso público do PEBI

Eixo	Foco principal
Gestão geral da visitação	Acesso democrático, mínima intervenção e reversibilidade, segurança do visitante e ordenamento das atividades.
Qualificação dos serviços de apoio	Cadastro e capacitação de condutores, fortalecimento de parcerias e fomento ao ecoturismo.
Diversificação das atividades	Ampliação e aprimoramento das experiências e criação de roteiros de visitação.
Monitoramento da visitação	Técnicas de manejo, monitoramento participativo e revisão periódica dos instrumentos.
Equidade de gênero	Equilíbrio de gênero no quadro, letramento de gênero, visitação segura de mulheres e promoção de lideranças femininas.

Fonte: PLANTUC, 2025.

As diretrizes gerais, por sua vez, reafirmam princípios como a promoção democrática da visitação, com acesso de todos os segmentos sociais; a mínima intervenção nos ambientes naturais, privilegiando estruturas reversíveis; a segurança do visitante; o estímulo a modelos que valorizem a comunidade local; e a sensibilização de visitantes, moradores e prestadores de serviço por meio da interpretação ambiental (MMA, 2006; ICMBio, 2018b). Esse arcabouço fornece à gestão um repertório de orientação para a tomada de decisão cotidiana, sem o caráter impositivo de normas, em coerência com a natureza programática do plano.

Os ganhos para o parque, decorrentes desse processo, são tanto de natureza instrumental quanto de natureza política. Do ponto de vista instrumental, o PEBI passou a dispor de um diagnóstico atualizado, de uma base cartográfica organizada por setores, de uma classificação de oportunidades de visitação e de um conjunto de diretrizes e prioridades de investimento. Do ponto de vista político, o processo participativo fortaleceu a relação entre a gestão e os atores locais, aproximou universidades, poder público e empreendedores do turismo e legitimou socialmente as decisões, criando condições mais favoráveis à futura implementação.

Um ganho de natureza inclusiva merece registro à parte: a previsão de um Programa de Acessibilidade projeta o PEBI para além das adaptações físicas, incorporando a capacitação da equipe, a oferta de experiências sensoriais e inclusivas e o uso efetivo de dispositivos como a cadeira Julietti, até então subutilizada. Cabe esclarecer sua origem: o programa decorreu, sobretudo, da análise técnica – a partir da lacuna identificada no diagnóstico e da premissa de acessibilidade do Programa COPAÍBAS –, ainda que suas prioridades dialoguem com as demandas manifestadas na oficina. Trata-se de resposta a compromissos relativos aos direitos das pessoas com deficiência (ONU, 2006), cuja efetivação dependerá de investimentos e de continuidade institucional.

O PUP como instrumento de gestão e governança

Os resultados do plano também podem ser apreciados sob a ótica da gestão e da governança. O PUP foi concebido não como um documento isolado, mas como peça de um portfólio de

instrumentos complementares de gestão do uso público – que pode incluir projetos interpretativos, protocolos de segurança, planos de manejo de trilhas e modelos de delegação de serviços. Essa arquitetura confere ao plano um caráter de instrumento estruturante, capaz de orientar e articular ações futuras, ao mesmo tempo em que preserva a flexibilidade necessária à sua adaptação ao longo do tempo, em coerência com sua natureza programática e não normativa.

Entre os subsídios de governança oferecidos pelo plano, destaca-se o mapeamento das modalidades de delegação de serviços de apoio à visitação. O documento sistematiza alternativas como a concessão de uso, a concessão administrativa no formato de parceria público-privada, a autorização e a permissão de uso, o contrato de gestão com organizações sociais e os termos de colaboração e de fomento com organizações da sociedade civil, cada qual com seu marco legal específico (Brasil, 1995, 1998, 2004). Esse repertório amplia o leque de arranjos possíveis para a oferta de serviços, permitindo à gestão escolher modelos adequados à realidade da unidade e ao perfil de cada atrativo.

No caso do PEBI, a delegação de serviços insere-se no contexto do estudo de viabilidade de concessão conduzido no âmbito do Programa de Concessão em Parques Estaduais, com apoio do BNDES. O plano adota, nesse ponto, uma postura deliberadamente cautelosa: é específico quanto à temática do uso público, mas generalista quanto às recomendações sobre concessão, reservando a decisão final à equipe gestora. Essa opção preserva a autonomia da governança pública diante de um processo cujos desdobramentos ainda eram incertos no momento de elaboração do documento e cuja condução, como reiterado na oficina, deve passar pelo Conselho Consultivo e por consulta às comunidades.

Os ganhos de governança manifestam-se, ainda, na articulação multinível que o processo consolidou. A manutenção das estradas vicinais e a sinalização do Caminho dos Escravos, realizadas em parceria com a Prefeitura de Diamantina; o apoio à pesquisa científica, em cooperação com as universidades locais; e os investimentos viabilizados pelo Programa COPAÍBAS ao longo de cerca de cinco anos exemplificam como a governança em rede pode ampliar a capacidade de uma gestão operacionalmente limitada. O plano formaliza e potencializa essas articulações, conferindo-lhes direção estratégica e reduzindo a dependência de iniciativas isoladas.

A governança do monitoramento e a gestão adaptativa constituem outro resultado relevante. As diretrizes preveem a adoção de técnicas de manejo e de procedimentos de monitoramento da visitação, inclusive participativo, bem como a revisão periódica dos instrumentos de planejamento. Ao prever sua própria atualização – orientada por um ciclo de revisão de cerca de cinco anos –, o plano assume a natureza de um instrumento vivo, sujeito a aprendizado e ajuste contínuos, em coerência com a lógica da gestão adaptativa de áreas protegidas (ICMBio, 2011, 2019).

A institucionalização da equidade de gênero na governança figura entre as contribuições mais inovadoras do plano. Ao incorporar diretrizes específicas – o equilíbrio de gênero no quadro

operacional, o letramento de gênero para toda a equipe, a criação de grupos de afinidade e o reconhecimento público do compromisso com a equidade –, o documento transcende a dimensão da visitação e incide sobre a própria estrutura de gestão. Trata-se de um avanço que, embora dependente de implementação efetiva, inscreve a perspectiva de gênero no centro da governança da unidade (GIZ, 2022; EIGE, 2016).

Esses ganhos, contudo, convivem com desafios de governança de difícil equacionamento. A continuidade institucional é talvez o mais crítico: a efetividade do plano depende de estabilidade nas equipes, de previsibilidade orçamentária e da manutenção dos compromissos firmados, condições nem sempre asseguradas na administração pública. A dependência de recursos externos, como os do Programa COPAÍBAS, de duração finita, reforça a necessidade de internalizar capacidades e de diversificar fontes de financiamento, sob pena de descontinuidade das ações planejadas.

Os desafios de implementação, em síntese, são expressivos e foram reconhecidos ao longo do próprio processo. O mais imediato é a limitada capacidade operacional da unidade – uma equipe reduzida para administrar dezessete mil hectares –, que torna inviável executar isoladamente o conjunto de ações previstas e reforça a centralidade das parcerias e da apropriação comunitária. A multiplicidade de acessos não controlados, somada a pendências de regularização fundiária que ainda afetam o acesso a alguns atrativos, permanece como obstáculo ao ordenamento da visitação – embora seja justo reconhecer que boa parte do território já se encontra regularizada, o que circunscreve o problema a áreas específicas.

Soma-se a esses entraves o cenário de incerteza associado ao processo de concessão de serviços, em fase de estudo de viabilidade, que gerou expectativas e ansiedades entre os atores locais e demandou da gestão um compromisso explícito com a transparência e a participação. A poluição dos cursos d'água do entorno – com registro de impropriedade para banho em trechos do Ribeirão das Pedras – e a pressão da expansão urbana de Diamantina constituem ameaças adicionais que extrapolam os limites da unidade e exigem articulação intersetorial.

Diante desse quadro, os resultados do PUP devem ser lidos menos como um ponto de chegada e mais como um ponto de partida qualificado. O plano oferece à gestão um repertório técnico e político para orientar decisões, mas sua efetividade dependerá da continuidade do engajamento dos atores, da mobilização de recursos, da resolução das pendências fundiárias e da capacidade de converter diretrizes em ações concretas, monitoradas e periodicamente revisadas, conforme prevê o próprio documento.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo analisar o processo de elaboração do Plano de Uso Público do Parque Estadual do Biribiri, examinando os instrumentos técnicos empregados, a dinâmica

participativa adotada e a incorporação da perspectiva de equidade de gênero. Retomando a pergunta que orientou o estudo – de que modo a articulação entre análise técnica e construção coletiva contribuiu para os resultados alcançados –, a reconstituição do processo permite responder que essa articulação foi precisamente o que conferiu legitimidade e densidade ao plano: os instrumentos técnicos ofereceram a base analítica, a participação social a validou e a redirecionou, e a Tabela 7 tornou visível como cada produto do PUP combinou esses dois registros. Longe de se anularem, gestão técnica e engajamento social mostraram-se mutuamente dependentes.

Quanto ao primeiro eixo de análise – o processo participativo –, conclui-se que a combinação entre diagnóstico técnico, oficina de planejamento e escuta dirigida foi capaz de mobilizar uma diversidade significativa de atores e de converter o conhecimento territorial em decisões sobre setorização, visão de futuro, prioridades e diretrizes. A participação não funcionou como etapa protocolar, mas como mecanismo efetivo de qualificação das escolhas e de fortalecimento da governança da unidade.

Em relação ao segundo eixo – os instrumentos técnicos –, o Índice de Atratividade Turística e o Rol de Oportunidades de Visitação mostraram-se complementares e produtivos. O IAT ofereceu um retrato do estágio da oferta turística e de seu potencial, enquanto o ROVUC permitiu classificar os atrativos por experiência e orientar a diversificação das oportunidades e o manejo. A aplicação conjunta dessas ferramentas, em diálogo com a percepção dos gestores e da comunidade, evitou que o planejamento se reduzisse a um exercício abstrato.

No que tange ao terceiro eixo – a equidade de gênero –, a experiência do PEBI sugere que a incorporação dessa perspectiva como premissa, e não como apêndice, é viável e fértil. A escuta das mulheres revelou dimensões da visitação habitualmente invisibilizadas, como a segurança e o cuidado, e resultou em diretrizes específicas no documento final. Esse achado reforça o argumento de que a governança de áreas protegidas se beneficia de leituras sensíveis às relações de poder que atravessam o uso público.

Os resultados também indicam que os principais ganhos do processo residem tanto nos produtos técnicos – diagnóstico, cartografia setorizada, classificação de oportunidades, diretrizes e programa de infraestrutura – quanto no capital social construído ao longo do percurso, expresso no fortalecimento das relações entre gestão, comunidade e instituições. Esses dois planos, técnico e político, mostraram-se indissociáveis para a efetividade do planejamento da visitação.

Os limites de implementação, por sua vez, não decorrem prioritariamente da qualidade do plano, mas de condições estruturais que o extrapolam: a reduzida capacidade operacional da unidade, as pendências de regularização fundiária, a multiplicidade de acessos não controlados, as incertezas do processo de concessão e as pressões ambientais oriundas do entorno. Reconhecer esses limites é condição para uma leitura realista do alcance do instrumento e para o direcionamento de esforços futuros.

Como toda pesquisa, este estudo apresenta limitações que devem ser explicitadas. Por tratar-se de um estudo de caso único, suas conclusões não são diretamente generalizáveis, ainda que ofereçam subsídios transferíveis para contextos semelhantes. Ademais, o recorte temporal encerra-se na conclusão do documento, de modo que a efetiva implementação do plano e seus desdobramentos permanecem como objeto a ser investigado em pesquisas posteriores, idealmente de caráter longitudinal.

Sugere-se, nesse sentido, que estudos futuros acompanhem a execução do Plano de Uso Público do PEBI, avaliem a efetividade das diretrizes – em especial as de equidade de gênero e acessibilidade –, monitorem o perfil e a satisfação dos visitantes e analisem os eventuais efeitos de um processo de concessão sobre a comunidade do entorno. Tais investigações contribuiriam para consolidar um corpo de conhecimento sobre o planejamento participativo da visitação em unidades de conservação no Brasil, do qual a experiência do Biribiri constitui um caso ilustrativo e promissor.

Referências

- Agência Alemã de Cooperação Internacional. GIZ (2022). *Aplicação de princípios de equidade na governança e na gestão de unidades de conservação no Brasil*. SNUC/LifeWeb.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Borrini-Feyerabend, G., Dudley, N., Jaeger, T., Lassen, B., Pathak Broome, N., Phillips, A., & Sandwith, T. (2013). *Governance of protected areas: From understanding to action* (Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 20). IUCN.
- Brasil (1995). *Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995*. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18987cons.htm
- Brasil (1998). *Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998*. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm
- Brasil (2000). *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm
- Brasil (2004). *Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004*. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/11079.htm
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio (2011). *Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais*. ICMBio.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio (2018a). *Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC* (A. Crema & P. E. P. Faria, Orgs.). ICMBio.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio (2018b). *Boas práticas na gestão de unidades de conservação*, 3 ed. Ministério do Meio Ambiente.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio (2019). *Orientações metodológicas para elaboração de planos de uso público em unidades de conservação*. ICMBio.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBio (2021). *Portaria nº 289, de 3 de maio de 2021*. Estabelece diretrizes e procedimentos para o planejamento e a estruturação da visitação nas unidades de conservação federais. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/criacao-de-unidades-de-conservacao/legislacao/portaria_289_de_3_de_mairo_de_2021_planejamento.pdf
- Instituto Estadual de Florestas. IEF (2023a). *Plano de manejo do Parque Estadual do Biribiri*. IEF.

- Instituto Estadual de Florestas. IEF (2023b). *Relatório anual de gestão do Parque Estadual do Biribiri – 2023*. IEF.
- Instituto Europeu para a Igualdade de Género. EIGE (2016). *Equidade entre géneros*. https://eige.europa.eu/taxonomy/term/1262?language_content_entity=pt
- Loureiro, C. F. B., & Cunha, C. C. (2008). Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: Elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*, 11(2), 237-253.
- Ministério do Meio Ambiente. MMA (2006). *Diretrizes para visitação em unidades de conservação*. MMA.
- Organização das Nações Unidas. ONU (2006). *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. ONU.
- Palmieri, R., & Veríssimo, A. (2009). *Conselhos de unidades de conservação: Guia sobre sua criação e seu funcionamento*. Imaflora; Imazon.
- PLANTUC (2024a). *Diagnóstico do uso público – Parque Estadual do Biribiri (Produto 2)*. PLANTUC/FUNBIO/IEF.
- PLANTUC (2024b). *Oficina de planejamento do uso público – Parque Estadual do Biribiri (Produto 3)*. PLANTUC/FUNBIO/IEF.
- PLANTUC (2025). *Plano de uso público do Parque Estadual do Biribiri (Produto 4)*. PLANTUC/FUNBIO/IEF.
- Viveiros de Castro, E., Souza, T. V. S. B., & Thapa, B. (2017). *Índice de Atratividade Turística das Unidades de Conservação brasileiras*. PAPP/ICMBio.
- Zanello, V., & Costa e Silva, R. M. (2012). Saúde mental, gênero e violência estrutural. *Revista Bioética*, 20(2), 267-279.

Esse artigo apresenta resultados parciais de qualificação de doutorado em Geografia, realizado no Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.



A Memória Oral e os Atrativos Turísticos de Diamantina/MG como Prática Extensionista

Raquel Faria Scalco¹

Alberto Reis Neto²

Virginia Martins Fonseca³

Edmar das Graças Costa⁴

Submissão em: 03 mar. 2026

Aceite em: 10 jun. 2026

Resumo: O presente artigo é fruto de um projeto de extensão desenvolvido no âmbito do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), com o objetivo de resgatar e divulgar a cultura, as histórias e memórias associadas aos atrativos turísticos de Diamantina/MG, por meio da produção e difusão de minidocumentários. Esse projeto surgiu da problemática de compreender a relação entre cultura, memória e produção audiovisual, e retoma aspectos importantes de Diamantina, realizando um resgate das histórias, memórias e tradições locais, ligados aos saberes dos antepassados, que podem enriquecer a experiência do visitante. A metodologia utilizada abrangeu a seleção de roteiros e atrativos turísticos, pesquisa bibliográfica e documental, resgate de informações sobre tradições, lendas e histórias destes locais, bem como gravação e edição do material de vídeo, tendo um membro da comunidade como protagonista e narrador. Entre os resultados está a disponibilização de vídeos em plataformas digitais concretizando o registro e a difusão de conhecimentos populares, associados aos atrativos turísticos de Diamantina, contribuindo significativamente para a construção, difusão e perpetuação dessas narrativas para a atual e para as futuras gerações.

Palavras-chave: minidocumentários, extensão, Diamantina, atrativos turísticos.

Oral Memory and the Tourist Attractions of Diamantina/MG as an Extension Practice

Abstract: This article is the result of a community engagement project developed within the Tourism program at Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). It's main to recovering and disseminating the culture, stories, and memories associated with the tourist attractions of Diamantina, Minas Gerais, through the production and dissemination of mini-documentaries. The project emerged from an attempt to understand the relationship between culture, memory, and audiovisual production, revisiting important aspects of the history and culture of Diamantina by recovering local stories, memories, and traditions connected to ancestral knowledge that can enrich the visitor's experience. The methodology included the selection of scripts and tourist attractions, bibliographic and documentary research, the recovery of information on traditions, legends, and stories related to these places, as well as the recording and editing of video material, featuring a community member as both protagonist and narrator. Among the results is the publication of videos on digital platforms, enabling the recording and dissemination of popular knowledge associated with Diamantina's tourist attractions,

¹ Professora Associada do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: raquel.scalco@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2042-783X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1858387591943845>

² Discente do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: alberto.reis@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9054-9040> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9899870737823437>

³ Professora Associada do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: virginia.martins@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1629-8812> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0844500125867329>

⁴ Membro da comunidade e integrante da equipe do projeto de extensão. Endereço eletrônico: costaedmar79@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0822-6183>

significantly contributing to the construction, dissemination, and preservation of these narratives for present and future generations.

Keywords: mini-documentaries, university community engagement, Diamantina, tourist attractions.

Introdução

Com mais de três séculos de fundação, Diamantina é uma cidade rica em histórias e tradições, possuindo um expressivo patrimônio arquitetônico, cultural e natural. A formação do município está intrinsecamente ligada à exploração de ouro e diamantes, no final do século XVII, atraindo exploradores vindos, não só da capitania de Minas, como de alhures (Magnani, 2008), sendo que na primeira metade do século XVIII, foram descobertas grandes quantidades de diamantes na Bacia do Jequitinhonha.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, s.d.), as origens do famoso Arraial do Tijuco (ou Tejuco) - como era chamada Diamantina - remontam a 1713, com a atividade dos bandeirantes que permaneceram na região, sendo que no local denominado Burgalhau (atual Rua do Burgalhau, Rua do Espírito Santo e Beco das Beatas) fixaram-se os primeiros habitantes.

Em 1831, o Arraial foi elevado à condição de vila, por um decreto imperial, passando a contar com maior presença da Coroa Portuguesa, possibilitando um considerável desenvolvimento urbano e que esse se mantivesse como um polo gerador de rendas. Em 1838, a Vila de Diamantina foi elevada à condição de cidade com esse mesmo nome (Scalco et al., 2021, p.6).

A cidade de Diamantina teve seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico tombado pelo IPHAN, em 1938; e, em 1999, foi reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade. Atualmente, Diamantina se destaca no cenário turístico nacional, atraindo visitantes de várias partes do Brasil e do mundo, interessados em conhecer suas histórias, casarios coloniais, edificações históricas, igrejas seculares e a belíssima paisagem natural de seu entorno. Tudo isso, associado a uma forte tradição religiosa, manifestações folclóricas e populares e expressiva musicalidade, que conferem singularidade à cidade (Godinho, 2016).

Este artigo pretende trazer os resultados do desenvolvimento do projeto de extensão intitulado “Uma Viagem no Tempo: minidocumentário sobre histórias e memórias associadas aos atrativos turísticos de Diamantina/MG”, desenvolvido em 2024, por professores e alunos do curso de turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O projeto teve como objetivo principal fazer um resgate e divulgação da cultura, das histórias

e memórias associadas aos atrativos turísticos de Diamantina/MG e ligadas aos tropeiros, ferreiros, garimpeiros, pessoas escravizadas e outros, visando a compreensão dos nomes, lendas, histórias e memórias desses lugares. Além disso, objetivou-se, por meio de criação e disponibilização de minidocumentários nas mídias sociais e plataformas gratuitas de vídeo, compartilhar tais conhecimentos com a atual e as futuras gerações; contribuir para o desenvolvimento do turismo em Diamantina; para a formação discente; e para reforçar a importância da extensão universitária e do atendimento às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão (Brasil, FORPROEX, 2012).

Para tanto, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a seleção de roteiros e atrativos turísticos; a pesquisa bibliográfica e documental sobre esses locais; trabalhos de campo, com coleta de informações sobre tradições, lendas, histórias; gravação dos vídeos; edição do material para criação dos minidocumentários; e disponibilização na *web*.

Destaca-se que a proposta de apoiar a produção de minidocumentários sobre a história, lendas e tradições associadas aos atrativos turísticos de Diamantina surgiu de uma demanda de um membro da comunidade entrevistado no projeto de pesquisa intitulado “Colaboração para a Implementação do Memorial do Tropeiro e do Ferreiro de Diamantina/MG” (Scalco *et. al.*, 2020), desenvolvido pelo curso de turismo da UFVJM em parceria com a Prefeitura Municipal de Diamantina.

Este projeto de extensão foi desenvolvido entre dezembro de 2023 e dezembro de 2024, de forma voluntária e sem financiamento, por docentes e discentes do curso de Turismo da UFVJM, contando com a participação ativa de um membro da comunidade com grande conhecimento sobre a cultura popular de Diamantina e sua correlação com alguns atrativos turísticos da cidade. Abaixo, podem ser visualizadas algumas fotos (figuras 1 e 2) dos trabalhos de campo desenvolvidos para a coleta de vídeos para comporem os minidocumentários.

Figura 1

Foto de membros da equipe em trabalho de campo no distrito de Mendanha.



Fonte: Acervo do Projeto, 2024

Figura 2

Foto de membros da equipe em trabalho de campo na comunidade de Quartel do Indaiá.



Fonte: Acervo do Projeto, 2024

Como resultado, foram gravados e editados quatro minidocumentários, com cerca de 10 minutos de duração cada um, e foram disponibilizados no canal do YouTube Turismo ConsCiência. Acredita-se que este projeto atende às diretrizes da Política Nacional de Extensão, uma vez que promove a interação da universidade com a comunidade externa, contribui com a formação do discente envolvido e fortalece os princípios da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UFVJM (Brasil, FORPROEX, 2012). Ademais, esta ação contribui para o fortalecimento da missão institucional da UFVJM de:

Promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e sociocultural da sua região, por meio da construção, aplicação e compartilhamento do conhecimento, da responsabilidade socioambiental e da formação de profissionais inovadores e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e democrática. (UFVJM, 2023, p. 30-31).

Por fim, destaca-se a contribuição científica do projeto, ressaltando a originalidade do estudo, seu aprofundamento teórico, a contribuição para lacunas de conhecimento que articulem patrimônio, memória, conhecimentos populares e produção audiovisual, além de sua proposta metodológica inovadora, como poderá ser percebido ao longo do artigo.

Metodologia

A abordagem metodológica deste projeto baseou-se em metodologias participativas e inovadoras, visando a valorização dos saberes locais, promovendo a troca de saberes entre universidade e comunidade, com base na oralidade.

Foi utilizado o método qualitativo, aplicando o conhecimento adquirido na academia em ações práticas de valorização e difusão de conhecimentos, focando na compreensão dos fenômenos sociais, subjetividade e comportamentos. De acordo com Minayo (2001), este método:

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 6).

Assim, na pesquisa qualitativa não há a contabilização e análise quantitativa de dados, mas uma busca por informações que envolvem um fato ou fenômeno real, para ser reescrito e reinterpretado.

Ademais, foram utilizados métodos baseados na oralidade que se concentram na coleta, análise e interpretação de depoimentos orais, narrativas e memórias vividas por indivíduos ou grupos. Essas metodologias são essenciais nas ciências sociais e humanidades para valorizar experiências vividas, dar voz a grupos marginalizados e registrar tradições que não foram documentadas por escrito.

Para o desenvolvimento deste projeto de extensão foram desenvolvidos os procedimentos metodológicos descritos a seguir.

Primeiramente, foi realizada a seleção de rotas/atrativos turísticos a serem contemplados para a produção dos episódios, resgatando as histórias, as lendas e as tradições. Essa etapa foi desenvolvida com a participação de toda a equipe do projeto: coordenação, membros acadêmicos e comunidade.

Foi executada uma pesquisa bibliográfica e documental sobre os atrativos/rotas selecionados, pesquisando em livros, artigos, relatórios de pesquisa e extensão informações sobre os atrativos, nomes utilizados, usos pretéritos. Além disso, essa etapa também abrangeu um estudo sistemático sobre a história de Diamantina e os ofícios de garimpeiro, ferreiro, tropeiro e sobre pessoas escravizadas; além de temas relacionados à identidade, memória, oralidade e produção audiovisual.

Foram realizadas reuniões quinzenais da equipe do projeto para elaboração dos roteiros dos episódios, definição das informações a serem contempladas, para visualização dos vídeos, seleção dos materiais coletados e correções finais de edição.

As imagens que compõem os minidocumentários foram registradas em trabalhos de campo, com a participação do discente e de um membro da comunidade e, em alguns casos, contou-se com a participação de outros discentes e convidados da comunidade. Foi realizada,

então, a edição dos vídeos gravados e, a cada episódio, a equipe se reunia para sugerir melhorias e ajustar detalhes dos vídeos produzidos.

Por fim, os quatro episódios que compõem a série foram disponibilizados na plataforma *YouTube*, no canal Turismo ConsCiência⁵. A divulgação dos conteúdos foi realizada por meio das redes sociais dos integrantes do projeto e pelos canais institucionais de comunicação do curso de Turismo, de modo a assegurar ampla disseminação e alcance junto aos públicos de interesse.

Destaca-se que foram realizadas avaliações periódicas e processuais das atividades desenvolvidas pela equipe do projeto, além de uma avaliação final com toda a equipe refletindo sobre a proposta desenvolvida e uma autoavaliação do envolvimento e da dedicação de cada um ao projeto. Além disso, foi elaborado um relatório final do projeto, avaliando o cumprimento das metas, o alcance dos objetivos e o atendimento às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária.

Da Fundamentação Teórica para os Resultados Obtidos

Os Primeiros Ofícios e sua Importância Cultural para Diamantina/MG

A proposta de gravação, edição e disponibilização na *web* de minidocumentários resgatando memórias, lendas e histórias dos atrativos turísticos de Diamantina pretendeu reforçar a importância que os tropeiros, ferreiros, garimpeiros e pessoas escravizadas tiveram na constituição da cultura e identidade do município e região.

A economia diamantífera dessa cidade, nos séculos XVII e XVIII, foi profundamente alicerçada no trabalho de pessoas escravizadas. Com a descoberta de diamantes na região, a demanda por trabalhadores aumentou significativamente, resultando na utilização maciça dessas pessoas para atender às exigências das lavras. Esses trabalhadores eram fundamentais, não apenas na extração das pedras preciosas, mas também em atividades auxiliares essenciais, como o transporte de mercadorias, a produção de alimentos, os afazeres domésticos, dentre tantas outras (Machado Filho, 1980).

O fenômeno do transporte por tropas começou a aparecer no Brasil na segunda metade do século XVII e, possivelmente, teve a participação nas bandeiras que adentraram o interior brasileiro (Sathler, 2004, p. 20). Em Minas Gerais, essa atividade se intensificou no século XVIII e se manteve até por volta de 1950, sendo um agente central no desenvolvimento da

⁵ <https://www.youtube.com/@canalturismoconsciencia6900>

economia mineira por longo tempo. A figura dos tropeiros que realizavam o transporte de diversos tipos de mercadorias foi primordial para o desenvolvimento de Diamantina, tanto para a chegada de produtos que não eram produzidos na região, inclusive utensílios e ferramentas produzidos pelos ferreiros, como também para o escoamento de riquezas que eram retiradas daqui para serem levadas aos portos e de lá para a Europa (Oliveira et al., 2023).

Já o ofício do ferreiro passou a ter importância, em Minas Gerais, por volta do final do século XVIII, sendo o ferro produzido de forma isolada e informal, tendo se difundido com maior intensidade no início do século XIX, quando da vinda da Família Real para o Brasil e da abertura dos portos para as nações amigas (Britto, 2012). A partir do minério de ferro retirado das jazidas existentes em algumas localidades de Minas Gerais, foram produzidos trempes, ferraduras, enxadas, foices, machados, facas, fechaduras, balanças, colheres, candeeiros, pás, armas, cangalhas, arreios, pregos, entre outros utensílios e ferramentas que eram transportados e comercializados pelos tropeiros (Scalco et al., 2021).

De acordo com Machado Filho (1980), no primeiro quartel do século XVIII foram descobertas grandes quantidades de diamantes na região onde hoje está a cidade de Diamantina, primeiramente sob o regime de contratos⁶ e depois, com a criação da Real Extração de Diamantes⁷, que era uma frente geradora de empregos, sendo a maior fonte de renda para os moradores da região. Empregava grande número de homens livres e, ainda, cerca de cinco mil escravos.

Nesse sentido, os garimpeiros eram considerados homens livres que exerciam a atividade de garimpo de forma ilegal, isolada e autônoma, não estando vinculados a nenhum regime de contratos e nem à Real Extração. O garimpeiro era, então, aquele que vivia nas “grimpas”, escondido para realizar a prática do garimpo de forma ilegal, paralela e sem controle ou cobrança de impostos (Santos, 1976). A Real Extração foi extinta legalmente em 1832 (e na prática em 1841), o que tornou legítimo o comércio e o garimpo para qualquer pessoa na região de Diamantina, atraindo numerosos habitantes (Scalco et al., 2021).

Ainda de acordo com as autoras, com o fim da escravidão no Brasil, ainda nos anos finais do século XIX, muitos homens escravizados passaram a trabalhar nestes três ofícios: garimpo, tropeiro e ferreiro, que entraram em declínio em meados do século XX, devido à

⁶ No regime de contratos de diamantes, vigente entre 1739 e 1791, a Coroa Portuguesa concedia aos contratadores o direito exclusivo de extrair diamantes em determinada área demarcada (IPHAN, s.d./a).

⁷ Organização administrativa que controlava a forma de extração e comercialização do diamante, vigente entre 1771 e 1845, visando concentrar os serviços de mineração do Distrito Diamantino nas mãos da Coroa Portuguesa (IPHAN, s.d./b).

indústria automobilística, aos avanços na siderurgia e metalurgia e ao esgotamento quase completo dos veios diamantíferos.

Neste sentido, muitos locais, hoje apreciados pelos turistas, foram locais de trabalho de homens escravizados, tropeiros, garimpeiros e ferreiros, sendo que muitos atrativos turísticos de Diamantina possuem nomes ligados a esses ofícios ou às histórias, lendas e tradições ligadas ao seu cotidiano. Como exemplos, podemos citar: Lapa dos Tropeiros, Caminho dos Escravos, Cemitério dos Escravos, Lapa do Pombará, Inferno do Cabaço, Cachoeira dos Cristais, Cachoeira Lava Pé, Cachoeira da Sentinela, Funil, entre outras.

Esse projeto buscou, então, resgatar essas histórias e memórias e difundi-las para a atual e para as futuras gerações, uma vez que é “na memória que as comunidades reconhecem a sua identidade por meio da identificação, valoração, seleção e transmissão dos elementos que são próprios da sua história” (Scalco et al., 2021, p. 32). De acordo com Le Goff:

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff, 1990, p. 411).

A memória e a identidade cultural desempenham papéis fundamentais na formação e no desenvolvimento das comunidades, influenciando diretamente o turismo. A memória coletiva refere-se às lembranças compartilhadas por um grupo, enquanto a identidade cultural engloba os valores, crenças e tradições que definem esse grupo. Esses elementos são cruciais para a preservação do patrimônio cultural e para a promoção de práticas turísticas sustentáveis (Halbwachs, 1990).

O turismo cultural baseia-se na valorização e na divulgação do patrimônio histórico e cultural de uma região. Ao explorar a memória e a identidade cultural, o turismo pode proporcionar experiências autênticas aos visitantes, fortalecendo o sentimento de pertencimento da comunidade local e contribuindo para a preservação de suas tradições (Smith, 2006). Além disso, práticas vividas e a partilha de experiências em comum podem conduzir a uma compreensão mais ampla da ação coletiva e da valorização do patrimônio cultural (Nora, 1984).

A relação entre turismo e políticas de proteção do patrimônio cultural apresenta, assim, movimentos de aproximação e distanciamento ao longo do tempo. No entanto, é evidente que o turismo pode ser uma ferramenta poderosa para a valorização e conservação

do patrimônio cultural, desde que seja desenvolvido de maneira responsável e sustentável (Ashworth, 2011).

Em suma, a integração da memória e da identidade cultural nas práticas turísticas não apenas enriquece a experiência dos visitantes, mas também fortalece a coesão social e a valorização do patrimônio pelas comunidades locais. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento sustentável do turismo e para a preservação das culturas locais (Timothy & Boyd, 2003).

A Oralidade e a Produção Audiovisual: um diálogo necessário

Silva et al., (2025) argumentam que desde os primórdios da humanidade, a oralidade tem sido um recurso essencial para a construção de narrativas que expressam diferentes formas de ver o mundo, revelando aspectos singulares da realidade. Ao longo do tempo, as descobertas, mitos e dogmas de diversos povos contribuíram para a constituição da história da humanidade, compartilhada em meio a contextos de temores e incertezas.

Conforme Paulo Freire (1983), a extensão universitária deve ocorrer de forma dialógica, promovendo troca de saberes entre universidade e comunidade. Nesse contexto, a oralidade constitui importante instrumento de preservação da memória social e cultural. Já a produção audiovisual compreende processos comunicacionais que articulam som e imagem de maneira integrada (Machado, 1997). Tal designação refere-se tanto às produções resultantes dessa integração quanto aos dispositivos tecnológicos empregados na captação, edição e exibição sincronizada de som e imagem. Segundo o Manual de Produção Audiovisual do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais:

A produção audiovisual é entendida como o processo de desenvolvimento desses conteúdos, desde a sua concepção até a sua finalização, englobando o conjunto de todas as fases necessárias para a realização de um vídeo ou produto equivalente, e que requer organização e planejamento (IFSULDEMINAS, 2020, p. 2).

Dentre os diversos tipos de produção audiovisual, o documentário se destaca por seu caráter autoral e pela construção singular da realidade, como apontado por Melo:

Enquanto o jornalismo busca um efeito de objetividade ao transmitir as informações, no documentário predomina um efeito de subjetividade, evidenciado por uma maneira particular do autor/diretor contar a sua história. Por isso, dizemos que o documentário é um gênero essencialmente autoral (Melo, 2002, p. 27-28).

No contexto da era digital, a produção audiovisual, especialmente os documentários, assume papel central na mediação do conhecimento, na construção de memórias coletivas e

na mobilização social, como aponta Machado (1997). O avanço das tecnologias de informação e comunicação, aliado à democratização do acesso a dispositivos de gravação e plataformas de difusão, possibilita não apenas a ampliação da produção, mas também a diversificação de vozes e narrativas antes marginalizadas.

A produção de minidocumentários, neste projeto, se mostrou uma estratégia eficaz para registrar e compartilhar narrativas orais em um mundo cada vez mais digitalizado, garantindo que o conhecimento popular não se perca com o passar do tempo. No contexto dos atrativos turísticos de Diamantina e região, essa abordagem se torna ainda mais relevante, pois possibilita a documentação e valorização da memória dos tropeiros, ferreiros, garimpeiros e outros personagens históricos que moldaram a identidade local.

Os produtos do projeto reúnem depoimentos do membro da comunidade que testemunhou eventos históricos, ofícios tradicionais e personagens locais. Esse tipo de registro audiovisual não apenas fortalece a preservação da cultura regional, mas também contribui para a construção de uma memória coletiva compartilhada, dando voz a grupos sociais marginalizados. Segundo Halbwachs (1990, citado por Schmidt & Mahfoud, 1993, p. 291), "a memória coletiva é o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns".

A produção de minidocumentários desempenha um papel cada vez mais importante na educação patrimonial, pois facilita o acesso a informações sobre o passado e permite que novas gerações se conectem e se conscientizem sobre suas raízes culturais. No caso de Diamantina, os vídeos produzidos no projeto de extensão não apenas resgatam histórias e lendas locais, mas também promovem a reflexão sobre a importância da difusão da memória oral.

Além disso, esses vídeos são um meio eficaz de integrar diferentes públicos, desde turistas interessados na história da cidade até moradores locais que desejam conhecer mais sobre suas próprias origens. A disponibilização em plataformas *online* e com legendas em língua inglesa e portuguesa amplia o impacto da iniciativa, tornando a cultura da região acessível a um público ainda maior.

A produção de minidocumentários desempenha um papel importante no fortalecimento da identidade cultural local. Ao dar voz ao membro da comunidade e registrar suas memórias, esses vídeos contribuíram para a valorização do saber popular e da tradição oral. Por meio desse formato audiovisual, histórias sobre antigos tropeiros, ferreiros, garimpeiros e pessoas escravizadas ganham uma nova dimensão, sendo recontadas de forma

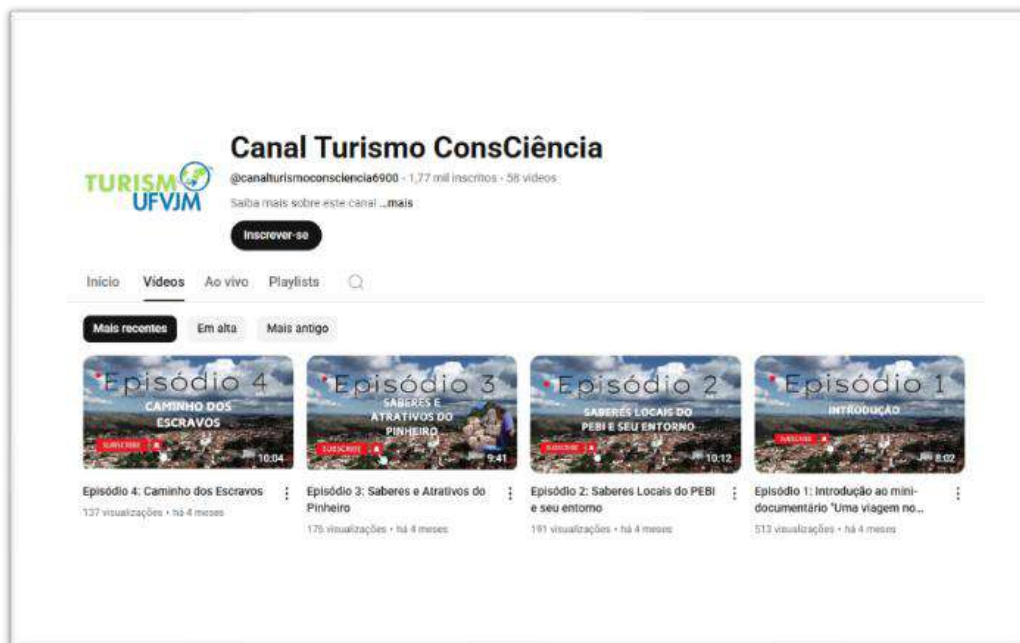
visual e imersiva. Desta maneira, o conhecimento tradicional não apenas se mantém vivo, mas também se adapta às novas formas de comunicação, garantindo sua relevância para as futuras gerações.

O Projeto de Extensão e as Diretrizes da Política Nacional de Extensão

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Brasil, FORPROEX, 2012, p.28), essa atividade universitária é conceituada da seguinte forma: “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. Ela deve ser indissociável do ensino e da pesquisa, garantindo a formação cidadã e o compromisso social da universidade. Sua importância se dá, principalmente, por promover uma interação que transforma a Universidade, os setores sociais com os quais ela interage, assim como a formação do discente extensionista.

O projeto de extensão denominado “Uma Viagem no Tempo: minidocumentário sobre histórias e memórias associadas aos atrativos turísticos de Diamantina/MG”, foi desenvolvido entre dezembro de 2023 e dezembro de 2024, pelo curso de turismo da UFVJM e foi registrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura dessa instituição. Neste período, foram produzidos e disponibilizados quatro episódios, com duração de cerca de 10 minutos cada, com as seguintes temáticas: Episódio 1: Introdução ao minidocumentário “Uma viagem no tempo” (8min01s), Episódio 2: Saberes Locais do PEBI e seu entorno (10min11s), Episódio 3: Saberes e Atrativos do Pinheiro (9min40s) e Episódio 4: Caminho dos Escravos (10min03s). Os vídeos foram divulgados no canal do YouTube Turismo ConsCiência e superou as expectativas iniciais, atingindo um público total de 1.017, 4 meses após a sua disponibilização, como pode ser visto na figura 3 abaixo. Após mais de um ano de disponibilização deles, chegamos a mais de 1.653 visualizações no total.

Figura 3
Print Screen das visualizações no canal Turismo ConsCiência



Fonte: <https://www.youtube.com/@canalturismoconsencia6900>, 2025.

O projeto contou com a participação ativa de duas professoras e um discente do curso de turismo da UFVJM, além de um membro da comunidade com grande conhecimento popular sobre as lendas e histórias associadas aos atrativos turísticos da região de Diamantina.

A proposta do projeto, desde a sua concepção, esteve alicerçada nas diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária (Brasil, FORPROEX, 2012), que ficou conhecida como os 5 Is, quais sejam: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; impacto na formação do estudante; e impacto e transformação social.

Para o FORPROEX (2012, p.32), a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão consiste em um princípio fundamental que orienta a universidade, reafirmando a extensão como um processo acadêmico, no qual as ações extensionistas contemplam maior eficácia quando vinculadas ao ensino e à pesquisa científica. Essa integração coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã, promovendo uma atuação transformadora voltada para os interesses e necessidades da sociedade.

Ressalta-se que a iniciativa de realização desse projeto, visando apoiar a produção de minidocumentários sobre as histórias, lendas e tradições associadas aos atrativos turísticos de Diamantina surgiu da demanda de um membro da comunidade. Ademais, promoveu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que os conhecimentos utilizados são fruto de outros projetos de pesquisa e extensão, assim como em atividades de

ensino. Foram utilizadas, para tanto, metodologias participativas, fomento à produção acadêmica e incentivo ao protagonismo do estudante e dos membros da comunidade.

Para o FORPROEX (2012, p.30), a interação dialógica é um processo de troca mútua de saberes entre a Universidade e a sociedade, visando à coprodução de conhecimento que contribua para a superação da desigualdade social e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao invés de um fluxo unidirecional de conhecimento da Universidade para a sociedade, a interação dialógica envolve uma ação de mão dupla, em que os saberes da sociedade também enriquecem a produção acadêmica. Para que seja eficaz, é necessária a utilização de metodologias participativas e a democratização da autoria, garantindo a participação ativa dos atores sociais no espaço acadêmico.

O projeto promoveu interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, pois foi desenvolvido a partir de uma demanda apresentada por um membro da comunidade de Diamantina. Durante a execução do projeto houve trocas de saberes entre os membros da equipe pertencentes à Universidade e membros da comunidade, para o resgate das tradições, histórias e lendas dos atrativos e roteiros contemplados na proposta, promovendo o conhecimento popular ao difundi-lo para a atual e para as futuras gerações.

A Política Nacional de Extensão Universitária (2012) define a interdisciplinaridade como a integração de conhecimentos, teorias, modelos e metodologias de diferentes disciplinas e áreas do saber, com o objetivo de abordar a complexidade dos fenômenos sociais de maneira mais abrangente, permitindo uma compreensão mais completa das realidades sociais.

Desta forma, o projeto contemplou a interdisciplinaridade entre conteúdos curriculares relacionados à temática do projeto no curso de turismo, tais como: Formatação de Produtos e Roteiros Turísticos; Teoria Geral do Turismo, Projetos Turísticos, *Marketing* de Destinos, Aspectos Culturais do Vale do Jequitinhonha, História, Cultura e Identidade Nacional, Antropologia e Turismo, Patrimônio e Turismo, Meio Ambiente e Turismo, Promoção e Tecnologias da Informação e Comunicação em Turismo, dentre outras.

Portanto, a proposta esteve baseada na interdisciplinaridade e no diálogo de saberes, uma vez que entendemos a necessidade de que as diversas áreas do conhecimento científico dialoguem entre si e estabeleçam também relações com outros tipos de saberes não hegemônicos. De acordo com Santos (2006), a nova racionalidade da ciência está no seu enriquecimento epistemológico que deverá se dar a partir da interpenetração da ciência no senso comum, nos saberes populares e tradicionais, ambos sendo valorizados e se

complementando. Desta forma, é possível uma maior valorização dos lugares e dos saberes locais, diminuindo progressivamente a hegemonia do conhecimento científico sobre as demais formas de saber, o que foi intensamente contemplado no projeto de extensão.

A interprofissionalidade, por sua vez, é definida como a colaboração e construção de alianças entre profissionais de diversas áreas e setores, com o intuito de trabalhar conjuntamente na resolução de problemas complexos, promovendo a troca de saberes e experiências e enriquecendo as ações, especialmente nas ações de Extensão Universitária.

No projeto, houve a participação de membros da comunidade com formações distintas, promovendo a interprofissionalidade. Atuou, também, no desenvolvimento da vida acadêmica e produção de conhecimento, visando à obtenção de competências necessárias à formação cidadã e à atuação profissional do estudante.

Já o impacto na formação do discente, conceituado pelo FORPROEX (2012, p.34) como a contribuição das atividades de Extensão Universitária para o aprimoramento acadêmico e pessoal do estudante, por meio da ampliação de seu universo de referência e do contato direto com questões sociais contemporâneas. Esse impacto resulta no enriquecimento teórico e metodológico da formação do discente, ao mesmo tempo em que promove a reafirmação dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública, alinhando-se aos princípios estabelecidos pela Constituição de 1988 e pela Política Nacional de Educação.

Esse aspecto foi bastante significativo no projeto, especialmente pelo contato direto com os atrativos turísticos e as comunidades localizadas dentro e nos arredores do Parque Estadual do Biribiri. Essa experiência foi de extrema importância para o desenvolvimento acadêmico e pessoal do discente, pois estimulou sua compreensão acerca da criação de unidades de conservação e seus desdobramentos sociais e ambientais. O contato com as histórias, lendas e tradições locais não só ampliou sua percepção sobre a interação entre cultura e meio ambiente, mas também possibilitou uma visão prática e integrada dos conhecimentos teóricos adquiridos, fortalecendo sua formação acadêmica e profissional, bem como ancorou o conhecimento técnico à realidade enquanto futuro turismólogo. Além disso, o projeto esteve comprometido com a formação discente, sendo que a sua participação ativa e protagonista no projeto permitiu uma experiência acadêmica complementar e maior conhecimento sobre a região, incentivando o pensamento crítico, enriquecendo sua formação acadêmica e profissional.

Segundo o FORPROEX (2012, p35), o impacto e a transformação social podem ser definidos como o papel da Extensão Universitária na promoção de uma atuação

transformadora, que visa atender às necessidades da sociedade, fomentar o desenvolvimento social e regional, e aprimorar as políticas públicas. Esse aspecto é caracterizado pela abordagem de questões complexas e pela efetividade das ações extensionistas em gerar mudanças significativas nas comunidades ou áreas afetadas. Além disso, envolve a transformação da própria universidade, que, por meio dessas práticas, integra ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento social e nacional.

O projeto contemplou esse quesito, uma vez que surgiu como demanda da própria comunidade e estabelece relação com setores da sociedade. O desenvolvimento do projeto contribui para promover o turismo em Diamantina, bem como sensibilizar membros da comunidade sobre a importância do resgate das tradições, lendas e histórias da cidade, bem como a difusão do conhecimento sobre a cultura, história e memória da região.

Ademais, pretendeu-se, com este projeto, formar profissionais com sólidos compromissos éticos e solidários, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e as necessidades da população e fortalecer, na UFVJM, a sua missão de contribuir para o desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas.

Nesse contexto, ressalta-se que a extensão universitária possibilita a construção de conhecimento por meio da atuação prática e da interação com a sociedade. Dentre seus principais benefícios estão a integração entre teoria e prática, permitindo que estudantes apliquem conhecimentos adquiridos em sala de aula, promovendo uma aprendizagem mais significativa (Freire, 2020); a responsabilidade social, contribuindo para a formação cidadã dos discentes, sensibilizando-os para as demandas sociais e incentivando soluções inovadoras (Brasil, FORPROEX, 2012); e o impacto na sociedade, ao desenvolver projetos que atendem às necessidades comunitárias, ampliando o acesso ao conhecimento e contribuindo para a redução das desigualdades sociais (Santos, 2021).

Assim, o projeto contribuiu para a difusão de memórias e histórias de tropeiros, ferreiros, garimpeiros e pessoas escravizadas, essenciais para a formação cultural e social de nossa região. Além disso, é uma forma de promover a cultura e o conhecimento popular na UFVJM e nas regiões de sua abrangência, por meio da interação entre saberes e linguagens, passado e presente, ciência e arte, valorizando a preservação do patrimônio cultural, histórico e natural da cidade, conforme preconiza a Política de Extensão da UFVJM (UFVJM, CONSEPE, 2009).

O projeto de extensão esteve ligado às seguintes áreas temáticas previstas no Regulamento de Extensão Universitária da UFVJM (UFVJM, CONSEPE, 2008, p.5):

comunicação, uma vez que houve a produção e difusão de material educativo; e cultura, já que tratou de temas relacionados à memória, patrimônio, tradições culturais e envolveu a produção cultural e artística de vídeos.

Já no que se refere às linhas de pesquisa previstas no Regulamento de Extensão Universitária da UFVJM (UFVJM, CONSEPE, 2008, p.5), o projeto esteve ligado às Artes Visuais, uma vez contou com ações de produção e divulgação de informações e conhecimentos sobre os atrativos turísticos de Diamantina, memória, produção e difusão cultural, por meio dos minidocumentários disponibilizados na *web*; Mídias, uma vez que visa a produção e difusão de informações e conhecimentos através de mídias eletrônicas. Ademais, o projeto também esteve vinculado à linha de pesquisa Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial, já que houve a promoção e difusão de informações sobre os tais patrimônios, através dos vídeos documentários abordando os conhecimentos populares sobre os atrativos da cidade, tradições culturais e populares; e Turismo e Desenvolvimento Sustentável, uma vez que a divulgação desses conteúdos podem ajudar a fomentar o turismo e enriquecer a experiência dos visitantes.

Por meio da avaliação processual e final do projeto ficou claro que a participação do discente foi considerada, por ele mesmo, como extremamente proveitosa, especialmente devido à imersão sociocultural possibilitada durante os trabalhos de campo, que permitiu a formação de um olhar mais humanizado e sensível sobre os desdobramentos sociais e culturais resultantes da criação do Parque Estadual do Biribiri. Essa vivência proporcionou ao discente, também, uma compreensão mais aprofundada da importância e da fragilidade da tradição oral local, além de permitir um contato direto com diversos aspectos da geografia regional, da biodiversidade e da cultura, como histórias, lendas e a relação das comunidades com seu território. O conhecimento de atrativos naturais pouco visitados, bem como a observação das dinâmicas que permeiam esses espaços, foram elementos cruciais para o desenvolvimento de uma visão mais ampla sobre as interações entre os seres humanos e o meio ambiente.

Houve algumas adversidades enfrentadas pelo discente ao longo do processo metodológico, em particular as dificuldades técnicas relacionadas ao desempenho de seu equipamento de edição, que resultaram em uma fase expressivamente mais lenta no desenvolvimento do projeto do que o inicialmente planejado. No entanto, tais desafios, longe de comprometer a continuidade do trabalho, serviram para desenvolver a habilidade do discente para lidar com imprevistos e buscar soluções internas por meio de parcerias com

laboratórios e setores da Universidade, como o Núcleo de Estudos em Turismo, o Laboratório de População e Ambiente (LPA - UFVJM) e o Laboratório de Laboratório de Produção de Conteúdos Educacionais (LAPROCE – UFVJM), o que permitiu o aprimoramento de suas competências técnicas na edição das imagens coletadas. Frisa-se, todavia, a necessidade de maior apoio da Universidade aos projetos desenvolvidos sem bolsas e de melhoria e ampliação dos equipamentos tecnológicos disponíveis para tal finalidade. Esse processo de superação e aprendizagem contribuiu, de forma significativa, para o aperfeiçoamento do projeto, com vistas à continuidade e evolução de suas atividades no ano de 2025.

Portanto, a participação do discente neste projeto é caracterizada como um marco importante em seu percurso acadêmico e profissional. A experiência vivenciada proporcionou-lhe um profundo enriquecimento tanto na compreensão das questões sociais e culturais envolvidas, quanto no desenvolvimento de habilidades técnicas, como a edição de imagens e de áudio. A superação das adversidades e a continuidade do trabalho evidenciam o compromisso e a capacidade de adaptação do discente, garantindo que o projeto avançasse de maneira sólida e enriquecedora.

O membro da comunidade protagonista desse projeto de extensão, também por meio de avaliação processual e final do projeto, relatou que, juntamente com os outros membros da equipe, foi possível realizar um trabalho que o encheu de orgulho e emoção, já que este projeto de extensão apresenta as histórias e culturas do passado do qual ele fez parte. Ele elucida o seu desejo de que as universidades e o público em geral tirem proveito das suas palavras e histórias. Segundo ele, tudo começou com uma experiência de vida marcada por desafios, sofrimento e trabalho árduo, mas sempre conduzida com amor.

De acordo com o membro da comunidade, a maior riqueza está na humildade e não na acumulação de bens. Ele também destaca que, seguindo esse ensinamento, aprendeu com seus ancestrais e sente-se fortalecido por, hoje, estar participando de tantos projetos universitários, podendo representar muitos que, no passado, não conseguiam sequer assinar seus próprios nomes. Afirma, ainda, ter usufruído desse passado e interagido com docentes e discentes, trocando experiências e executando projetos para manter vivas suas histórias. Ele espera que sua contribuição para o projeto possa servir de incentivo às futuras gerações e que seus resultados não sejam aproveitados apenas no meio acadêmico, mas, também, que cheguem às escolas públicas, transmitindo grandes valores históricos e culturais aos jovens. Além disso, expressa o seu desejo de que o projeto incentive as novas gerações a buscarem oportunidades no turismo, nas pesquisas científicas e em outras iniciativas que contribuam para o

desenvolvimento da sociedade. Por fim, o membro da comunidade expressa seu desejo de continuar contribuindo com a proposta e relata estar à disposição para elaborar e desenvolver novos projetos sobre temáticas correlatas.

Considerações Finais

De modo geral, os objetivos previstos para o projeto de extensão foram atingidos, com avanços significativos em várias frentes, sendo que com o desenvolvimento do mesmo foi possível resgatar e divulgar a cultura, as histórias e memórias associadas aos atrativos turísticos de Diamantina/MG. Ademais, espera-se ter contribuído para o desenvolvimento do turismo em Diamantina; para a capacitação dos membros da equipe e para o protagonismo e formação do discente que atuou na proposta, além de contemplar os princípios básicos estabelecidos pela Política Nacional de Extensão.

A proposta inicial de produzir pelo menos cinco minidocumentários foi parcialmente alcançada, resultando na produção de quatro episódios. Essa limitação ocorreu em razão de imprevistos pessoais dos membros da equipe, de dificuldades técnicas relacionadas ao desempenho do equipamento utilizado na edição e de não contar com quaisquer tipos de financiamento financeiro (logística para o trabalho de campo ou bolsa para o discente), sendo desenvolvido com recursos próprios dos membros da equipe.

A ideia de promover a integração entre os membros da equipe do projeto foi plenamente cumprida, evidenciada pela colaboração efetiva durante as gravações em campo, reuniões e demais atividades. A interdisciplinaridade, outro aspecto central da proposta, também foi contemplada, pois as atividades do projeto permitiram ao discente relacionar conhecimentos de diversas áreas, como sociologia do turismo, geografia do turismo, antropologia e teoria geral do turismo. Além disso, a meta de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão foi alcançada ao integrar práticas acadêmicas, atividades de campo e ações extensionistas, fortalecendo a relação entre essas dimensões e gerando impacto social positivo.

Por fim, o protagonismo discente foi efetivamente exercido, com o participante assumindo responsabilidades significativas em todas as etapas do projeto. O envolvimento ativo do discente possibilitou o desenvolvimento de habilidades técnicas e criativas, fortalecendo sua formação acadêmica e cidadã.

O projeto de extensão reafirma a relevância da oralidade como um dos principais vetores de difusão e preservação do patrimônio imaterial. A produção de minidocumentários viabilizou o registro e a divulgação de histórias, lendas e memórias associadas aos atrativos turísticos de Diamantina, contribuindo significativamente para a perpetuação dessas narrativas junto à atual e às futuras gerações. Essa iniciativa, ao estabelecer um diálogo entre saberes acadêmicos e conhecimentos populares, fortaleceu a interação entre a universidade e a comunidade, promovendo a valorização da cultura local.

Os resultados obtidos, até o momento, evidenciam o impacto positivo da iniciativa na sensibilização acerca da importância do patrimônio histórico-cultural da região. A captação e edição dos relatos, associadas à participação ativa do membro da comunidade no processo de construção das narrativas, reforçaram a relevância dos tropeiros, ferreiros, garimpeiros e demais personagens históricos na formação da identidade local. A disponibilização dos materiais em plataformas digitais e a inserção de legendas em inglês ampliaram o alcance dessas produções.

A continuidade do projeto, em 2025, reafirma o compromisso com a ampliação das ações de extensão, incluindo a seleção de novos roteiros de vídeos, o envolvimento de novos membros da comunidade, tendo como meta produzir outros seis episódios, um pouco mais curtos, com duração de aproximadamente três minutos cada um deles. Essas atividades consolidam o fortalecimento da memória coletiva, proporcionando uma abordagem inovadora e integrada à valorização do patrimônio cultural de Diamantina.

Ademais, além de sua contribuição para a preservação das tradições, o projeto teve um impacto significativo na formação acadêmica e humanística do discente participante. A imersão nas narrativas locais possibilitou o desenvolvimento de uma perspectiva mais sensível e crítica sobre o papel do turismólogo na salvaguarda da cultura, da memória e da história regional. O contato direto com os detentores do saber popular favoreceu a construção de uma postura ética e socialmente responsável, proporcionando ao estudante uma formação mais humanizada e alinhada às demandas de um turismo comprometido com a valorização identitária e o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, conclui-se que a integração entre oralidade e produção audiovisual constitui uma estratégia fundamental para a preservação e disseminação da memória, da história e da cultura. O uso de minidocumentários como ferramenta de registro e compartilhamento de saberes populares não apenas assegura a difusão das memórias e

conhecimentos populares de Diamantina e região, mas também reforça a centralidade da cultura como elemento estruturante da identidade e do desenvolvimento regional.

Referências

- Ashworth, G. J. (2011). Preservation, Conservation and Heritage: approaches to the Past in the Present through the Built Environment. In. *Asian Anthropology*, 10(1), 1-18.
- Brasil. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Forproex. (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. <https://proec.ufabc.edu.br/images/a-proex/referencias/Pol%C3%ADtica Nacional de Extens%C3%A3o Universit%C3%A1ria - 2012.pdf>
- Britto, M. S. G. (2012). O ferreiro e a forja no universo da escravidão: Experiências de homens de cor nas Minas do ferro escravistas. In: *Encontro Regional (ANPUH - MG), XVIII, Mariana - MG*. Artigo. ANPUH - MG, 1-24. http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/24/1340714778_ARQUIVO_Oferreiroaforjanouniversodaescravidao.pdf.
- Freire, P. (1983). *Extensão ou comunicação?* 7 ed. Paz e Terra.
- Freire, P. (2020). *Educação e transformação social*. 6 ed. Paz e Terra.
- Godinho, T. K. (2016). *Cidade Patrimônio da Humanidade e desenvolvimento turístico: Percepções sobre a realidade de Diamantina/MG*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Turismo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade Estadual de São Paulo (USP). https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100140/tde-27092016-205247/pt-br.html?utm_source=chatgpt.com
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. Vértice.
- IPHAN. Instituto Histórico do Patrimônio Artístico e Nacional. (s.d./a). *História*. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1489/#:~:text=As%20origens%20do%20famoso%20Arraial,se%20fixaram%20os%20primeiros%20povoadores>.
- IPHAN. Instituto Histórico do Patrimônio Artístico e Nacional (s.d.b). *Minas de Ouro e Diamantes*. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1647/>.
- IFSULDEMINAS. Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (2020). *Manual de Produção Audiovisual*. <https://portal.ifsulde Minas.edu.br/index.php/manual-de-programacao-visual>.
- Le Goff, J. (1990). *História e Memória*. Editora da Unicamp.
- Magnani, M. C. A. O. (2008). *Hospício da Diamantina: A loucura na cidade moderna*. Argumentum.
- Machado, A. (1997). *A arte do vídeo*. Brasiliense.
- Machado Filho, A. M. (1980). *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 3.ed. Belo Horizonte; Ed. Itatiaia. São Paulo; Editora da Universidade Estadual de São Paulo.
- Melo, C. T. V. (2002). O documentário como gênero audiovisual. *Comunicação & Informação*. Goiânia/GO.
- Minayo, M. C. S. (2001.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Vozes.
- Nora, P. (1984). *Les Lieux de Mémoire*. Gallimard.
- Oliveira, J. S., Pereira, V. J., Scalco, R. F., Heleno, C. T., & Magnani, M. C. A. O. (2023). Relato de experiência sobre Extensão em Educação Patrimonial com foco no Memorial do Tropeiro e do Ferreiro em Diamantina/MG. *Interfaces - Revista de Extensão da UFMG*, 11(2), 99-116. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/39881>
- Santos, B. S. (2006). *Um discurso sobre as ciências*. 4 ed. Cortez.
- Santos, J. F. (1976). *Memórias do distrito diamantino*. 4 ed. Itatiaia.
- Santos, M. (2021). *Extensão universitária e desenvolvimento social*. Sulina.
- Sathler, E. B. (2003). *Tropeiros & outros viajantes*. 1 ed. Edição Própria Autor.
- Silva, A. C., Bicalho, P. S. S., & Silva, W. M. S. (2025). *Dando voz à resistência: a importância da oralidade nos meios acadêmicos*. *Revista UFG*, 2-29. <https://doi.org/10.5216/revufg.v24.80368>
- Scalco, R. F., Magnani, M. C. O. A., Heleno, C. T., Pimentel, B. C., Oliveira, J. S., & Dias, A. P. S. (2020). *Colaboração para criação e implantação do Memorial do Tropeiro e do Ferreiro em Diamantina*. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
- Scalco, R. F., Magnani, M. C. O. A., Heleno, C. T., Pimentel, B. C., Oliveira, J. S., & Dias, A. P. S. (2021). A cultura tropeira como atrativo turístico e patrimônio cultural em Diamantina/MG. *Revista de Cultura e Turismo*, 15(1), 1-27. <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/2795>.
- Schmidt, M. L., & Mahfoud, M. (1993) Halbwachs: Memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, 4(1-2), 285-304.

- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Routledge.
- Timothy, D. J., & Boyd, S. W. (2003). *Heritage Tourism*. Harlow: Prentice Hall.
- UFVJM. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2023). *Plano de Desenvolvimento Institucional: 2024–2028*. <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-da-ufvjm-2024-2028>
- UFVJM, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. CONSEPE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (2008). *Política de Extensão da UFVJM*. <https://portal.ufvjm.edu.br/proexc/pro-reitoria-de-extensao-e-cultura/legislacoes/resolucao-n-24-consepe-de-17-de-outubro-de-2008/view>
- UFVJM, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. CONSEPE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (2009). *Regulamento das Ações de Extensão Universitária*. <https://antigo.ufvjm.edu.br/proexc/regulamentoacoes.html>

Este artigo apresenta resultados de projeto de extensão universitária, desenvolvido pelo curso de Turismo da UFVJM





Entre Limites Burocráticos e Ação Coletiva: a Reorganização Estudantil no Curso de Turismo como Prática Formativa

Rian Santos do Patrocinio Figueiró¹
Cinde Cristielle Carmo Souza²
Maria Laís Silva Pereira³
Hugo Rodrigues de Araujo⁴

Submissão em: 07 abr. 2026

Aceite em: 01 jul. 2026

Resumo: As organizações estudantis constituem espaços fundamentais de formação complementar no ensino superior, articulando dimensões acadêmicas, profissionais e políticas na trajetória universitária. Este relato de experiência analisa o processo de reorganização discente no curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), marcado pela transição da Empresa Júnior Travessia Júnior para a criação do Centro Acadêmico de Turismo (CATUR-UFVJM). Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório, fundamentado na participação direta dos autores no processo. São apresentadas as etapas da reorganização, bem como as ações desenvolvidas e os desafios enfrentados, dentre os quais se destacam os severos entraves burocráticos e financeiros para a regularização civil e municipal de uma empresa júnior, como exigências de alvarás e taxas, além de limitações institucionais. Evidenciam-se os aprendizados construídos na gestão coletiva, na resignificação dos espaços de representação discente e no fortalecimento do protagonismo estudantil. Observa-se que a experiência contribuiu para a consolidação da autonomia e para o fortalecimento da organização coletiva no ambiente universitário. Por fim, reflete-se sobre o potencial dessas organizações como espaços de aprendizagem ampliada no turismo.

Palavras-chave: ação coletiva, gestão estudantil, autonomia discente, educação superior.

Between Bureaucratic Limits and Collective Action: Student Reorganization in the Tourism Course as a Formative Practice

Abstract: Student organizations constitute fundamental spaces for complementary education in higher education, articulating academic, professional, and political dimensions in university trajectories. This experience report analyzes the process of student reorganization in the Tourism program at the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys (UFVJM), marked by the transition from the junior enterprise Travessia Júnior to the creation of the Academic Center of Tourism (CATUR-UFVJM). This study adopts a qualitative, descriptive, and exploratory approach, based on the direct participation of the authors. The main stages of the reorganization are presented, as well as the actions developed and the challenges faced, including severe bureaucratic and financial barriers for the corporate and municipal formalization of a junior

¹ Discente do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: rian.figueiro@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7960-9754> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7919686567088187>

² Discente do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: cinde.souza@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1417-2880> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5135138595373565>

³ Discente do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: maria-lais.silva@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3504-9564> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4633042315058659>

⁴ Professor Adjunto do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: hugo.araujo@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9371-4886> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9305503365859375>

enterprise, such as licensing and operational costs, alongside institutional limitations. The study highlights the learning outcomes achieved regarding collective management, the redefinition of student representation spaces, and the strengthening of student protagonist. Despite the difficulties, the experience contributed to the consolidation of student autonomy and collective organization within the university environment. Finally, it reflects on the potential of these organizations as spaces of expanded learning in tourism education.

Keywords: collective action, student governance, student autonomy, higher education.

Introdução

O curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) insere-se no contexto de expansão do ensino superior brasileiro e de consolidação do turismo como campo interdisciplinar. Nesse cenário, a formação proposta busca articular ensino, pesquisa e extensão, considerando as especificidades territoriais e socioculturais do Vale do Jequitinhonha, região marcada por forte diversidade cultural e histórica. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (UFVJM, 2019), tem-se como objetivo formar profissionais para atuarem de forma qualificada no mercado, desenvolvendo a capacidade de refletir criticamente sobre as dinâmicas do setor turístico em diferentes escalas. Esses profissionais devem ser capazes de agir com responsabilidade ética e contribuir para a transformação das realidades nas quais o turismo está inserido, tanto no âmbito local quanto no regional e global. A relevância desse direcionamento fático e pedagógico é ratificada na coletânea organizada por Scalco et al. (2023), que evidencia a valorização de abordagens interdisciplinares na formação em turismo, capazes de responder às demandas contemporâneas do campo.

Entretanto, a formação universitária não se limita ao currículo formal. Como destaca Moran (s.d.), a aprendizagem ocorre em múltiplos contextos e ultrapassa os limites da sala de aula, sendo construída a partir de experiências diversas que envolvem dimensões individuais, coletivas e orientadas. O estudante deve assumir papel ativo na construção de seu próprio percurso formativo. Nesse sentido, as organizações estudantis constituem espaços fundamentais de aprendizagem, na medida em que possibilitam o desenvolvimento de competências que extrapolam o ambiente formal de ensino. Fior e Mercuri (2009) ressaltam que tais atividades contribuem significativamente para a autonomia, a construção de identidade e a formação integral do estudante.

As organizações estudantis, como empresas juniores, centros acadêmicos, ligas e coletivos, configuram-se, portanto, como espaços de formação complementar, nos quais os estudantes desenvolvem habilidades relacionadas à gestão, à liderança, ao trabalho em equipe e à participação política. Estudos indicam que, na percepção dos discentes investigados, a participação nessas organizações impacta diretamente a formação acadêmica, profissional e

peçoal, ampliando suas experiências e contribuindo para sua inserção no mundo do trabalho (Silva, 2021). Além disso, tais espaços favorecem o engajamento coletivo e a construção de práticas participativas na academia.

Historicamente, essas organizações atuam como escolas de cidadania e formação crítica, dividindo-se em propostas pedagógicas distintas: enquanto os Centros Acadêmicos (CAs) configuram-se como entidades de base legítimas para a representação político-institucional e defesa dos direitos discentes (Fior & Mercuri, 2009), as Empresas Juniores (EJs) são associações civis orientadas à inserção prática e ao empreendedorismo de mercado, regulamentadas formalmente no país pela Lei nº 13.267 (Brasil, 2016). No campo do turismo brasileiro, o movimento de EJs tem se expandido significativamente; contudo, como apontam Araujo et al. (2021), essas entidades enfrentam severos desafios de consolidação burocrática e operacional. Apesar disso, exercem papel crucial ao aproximar os discentes das complexidades do mercado e das redes locais, gerando maturidade profissional.

No campo do turismo, essa dimensão torna-se ainda mais relevante, uma vez que a atuação profissional exige competências relacionadas à organização coletiva, à mediação de interesses e à atuação em contextos institucionais complexos. Assim, as organizações estudantis se consolidam como espaços privilegiados de experimentação prática, permitindo aos estudantes vivenciar situações próximas às demandas reais da profissão.

A partir disso, o presente trabalho busca apresentar os fatores que motivaram a transformação organizacional no curso de Turismo da UFVJM, por meio do relato da experiência de transição de uma EJ para um CA. Objetiva-se analisar as motivações que impulsionaram essa mudança, bem como seus impactos na organização estudantil e na formação dos discentes.

Diante desse contexto, o presente relato de experiência de natureza qualitativa apresenta o processo de reorganização estudantil, marcado pela transição de uma EJ para a criação de um CA. A partir da participação direta dos autores, descrevem-se as etapas, os desafios e os aprendizados envolvidos nesse processo, buscando refletir sobre suas contribuições para a formação em turismo e para o fortalecimento de práticas coletivas no ambiente universitário.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como um relato de experiência de natureza qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, desenvolvido a partir da participação direta dos autores no processo de reorganização estudantil do curso de Turismo da UFVJM.

Segundo Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal apresentar e detalhar as características de uma população ou de um fenômeno específico, além de analisar possíveis relações entre variáveis. Esse tipo de pesquisa abrange diferentes modalidades de estudo e se destaca pelo uso de métodos padronizados de coleta de dados. Já as pesquisas exploratórias têm como objetivo ampliar a compreensão sobre determinados temas, contribuindo para o refinamento de conceitos e para a construção de novas ideias. Elas auxiliam na definição de problemas mais delimitados e na formulação de hipóteses para investigações futuras. Em geral, apresentam um planejamento flexível e pouco estruturado.

No que se refere à pesquisa qualitativa, Zanella (2013) destaca que os pesquisadores costumam iniciar o estudo com questões mais amplas, que são progressivamente refinadas ao longo do processo investigativo. As categorias de análise não são previamente definidas de forma rígida, mas construídas gradualmente conforme a coleta e a análise dos dados ocorrem simultaneamente. De acordo com Gil (2002), especialmente quando não há um referencial teórico inicial bem definido, a pesquisa qualitativa envolve um movimento constante entre observação, reflexão e interpretação durante a análise dos dados, o que contribui para tornar sua organização lógica mais complexa.

Nesse sentido, o presente relato caracteriza-se como qualitativo, pois se inicia com questões amplas relacionadas aos fatores que motivaram a transformação organizacional e, à medida que os dados foram coletados e analisados, essas questões foram se tornando mais específicas, com o surgimento de novas categorias e compreensões que aprofundaram a análise.

Os dados deste estudo foram produzidos a partir das vivências dos autores no contexto da Empresa Júnior Travessia Júnior (UFVJM) e, posteriormente, na fundação do Centro Acadêmico de Turismo (CATUR-UFVJM). A coleta de dados ocorreu por meio da observação participante das atividades desenvolvidas nesses espaços, incluindo reuniões, assembleias, ações de organização estudantil e outras atividades institucionais. Os registros dessas experiências foram sistematizados e analisados, considerando as percepções dos autores e suas relações com os processos de mobilização e representação estudantil vivenciados ao longo do período analisado.

Além disso, foram analisados documentos produzidos ao longo do processo, como projetos, atas, editais, estatutos e registros institucionais, que forneceram informações complementares para a análise, somando-se a memória e a experiência pessoal dos autores.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, com ênfase na compreensão dos desafios enfrentados, estratégias adotadas e aprendizados construídos ao longo da experiência. Dessa forma, o estudo privilegia a reflexão crítica sobre a prática, destacando suas

contribuições tanto para a formação acadêmica em turismo quanto para a organização estudantil no ensino superior.

Resultados e Discussões

Esta seção apresenta e discute os principais resultados obtidos a partir da experiência analisada, buscando evidenciar seus aspectos mais relevantes e as contribuições geradas ao longo do processo. Para melhor compreensão, os resultados foram organizados em três eixos centrais: a trajetória da EJ, destacando seu desenvolvimento e desafios enfrentados; o processo de reorganização estudantil, com ênfase na criação do CA e nas dinâmicas envolvidas nessa transição; e, por fim, os aprendizados construídos ao longo do percurso, considerando as experiências vivenciadas, as reflexões geradas e os impactos para a formação dos envolvidos.

A experiência da Empresa Júnior

A experiência da EJ no curso de Turismo da UFVJM teve início em 19 de outubro de 2021, a partir de um projeto de extensão coordenado pelos professores Hugo Rodrigues de Araújo, Hebert Canela Salgado e Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão. O projeto teve origem em um processo seletivo para a escolha de um bolsista que coordenaria, junto aos professores, a construção da EJ. O estudante selecionado passou a desempenhar suas funções de 3 de janeiro de 2022 até 31 de dezembro do mesmo ano, com o objetivo de aproximar os discentes das práticas profissionais do mercado.

Sob a denominação de Travessia Júnior, as diretrizes estratégicas da organização foram consolidadas a partir de uma deliberação entre os membros em 18 de abril de 2024. Na ocasião, definiu-se que o portfólio de serviços abrangeria a prestação de consultoria e assessoria em marketing, gestão de eventos, elaboração de projetos e diagnóstico de meios de hospedagem (Travessia Jr. Empresa Júnior de Turismo, 2024). Dessa forma, a iniciativa buscou responder às demandas do trade turístico e de organizações locais de Diamantina por meio de soluções criativas e inovadoras.

A proposta consistia no desenvolvimento de estratégias e experiências voltadas ao impulsionamento dos negócios e ao fortalecimento do relacionamento entre as empresas e seus diferentes públicos. Além disso, a Travessia Júnior configurou-se como um espaço de formação prática, permitindo aos estudantes desenvolver competências em gestão, organização, trabalho em equipe e tomada de decisão.

A participação envolveu cerca de quinze discentes em duas gestões, regularmente matriculados no curso de Turismo, os quais atuaram diretamente na estruturação da entidade, no planejamento de atividades e na execução de ações voltadas tanto à comunidade acadêmica quanto ao público externo. Entre as principais iniciativas desenvolvidas, destaca-se a pesquisa sobre os meios de hospedagem do município de Santana do Riacho, nos distritos de Lapinha da Serra e Serra do Cipó, e na localidade do Alto Palácio, totalizando 368 estabelecimentos. Foram consideradas diferentes tipologias, como *campings*, casas, chácaras, chalés, *flats*, *hostels* e pousadas, pesquisa realizada via internet, utilizando plataformas como Airbnb, Booking, Google e Instagram.

O presente trabalho foi intermediado pela professora Cynthia Regina Fonte Boa Pinto durante a primeira gestão da empresa. No entanto, os autores não possuem muitas informações sobre como se deu a proposta inicial, pois a antiga gestão não mantinha uma boa comunicação com seus membros, o que gerou lacunas no acompanhamento do projeto. Durante uma visita técnica do curso de Turismo ao município e à Secretaria de Turismo, a gestão vigente à época tomou conhecimento do projeto e identificou que a pesquisa estava incompleta, sendo necessária sua reestruturação. Considerando a possibilidade de futuras parcerias e a importância da continuidade do trabalho, a pesquisa foi refeita.

Além disso, foram realizadas ações de captação de recursos, como rifas e campanhas internas, com o objetivo de angariar fundos para viabilizar os processos burocráticos de formalização da empresa. Destaca-se, também, a participação na organização, em parceria com a Atlética Turiloucos do curso, do Encontro Nacional de Estudantes de Turismo (ENATUR), sediado no ano de 2023 na cidade de Diamantina, evento que reuniu estudantes e profissionais da área (ver Figura 1).

Figura 1
Encontro Nacional de Estudantes de Turismo, 2023



Fonte: Ana Clara Santana, 2023

Entre outras atividades relevantes, destacam-se ações voltadas ao engajamento estudantil e à integração com a comunidade acadêmica, como assembleias do curso, campanhas de doação de sangue e produção de vídeos institucionais para divulgação e valorização do curso de Turismo e de sua formação profissional⁵. Além disso, a Travessia Jr. integrou as ações do curso no projeto "VemPraUFVJM", contribuindo para a divulgação da graduação em Turismo junto ao público visitante (ver Figura 2).

O evento consiste em uma mostra de profissões organizada pela UFVJM, voltada à aproximação de estudantes da rede pública de ensino com o ambiente universitário. A ação busca estreitar a relação entre a instituição e as escolas, oferecendo aos alunos da educação básica contato direto com o espaço físico da universidade, além de experiências práticas relacionadas aos cursos, palestras sobre formas de ingresso e permanência no ensino superior e atividades culturais e esportivas. O evento também promove a integração entre os participantes e a comunidade acadêmica, sendo realizado nos diferentes campi da UFVJM, localizados em Diamantina, Teófilo Otoni, Janaúba e Unaí (UFVJM, s.d.).

Figura 2
Participação no #VemPraUFVJM



Fonte: Hugo Araujo, 2025

No entanto, ao longo de sua trajetória, a empresa enfrentou desafios significativos que comprometeram sua consolidação. Dentre os principais entraves, destacam-se as dificuldades burocráticas para formalização da empresa junto à Prefeitura Municipal de Diamantina e à

⁵ Reels institucionais produzidos e divulgados pela Travessia JR.:
https://www.instagram.com/reel/DH_MVeBxy88/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA
https://www.instagram.com/reel/C74PPOrAXnS/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA
https://www.instagram.com/reel/DJZqWZ7xYX-/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA
https://www.instagram.com/reel/DEC-Ln0x2ki/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA

própria UFVJM. No âmbito institucional, o registro esbarrou na inexistência do alvará do Corpo de Bombeiros para o prédio da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), espaço planejado para ser a sede da entidade. A ausência desse documento impediu a emissão do alvará de licenciamento e funcionamento perante a prefeitura, travando o processo de regularização municipal. Além disso, somaram-se as limitações financeiras para arcar com os custos cartoriais de registro e com os honorários advocatícios necessários para a assinatura obrigatória do estatuto da EJ.

Mesmo sem a devida formalização jurídica, a empresa recebeu propostas para a realização de serviços remunerados. Contudo, tais atividades não puderam ser executadas em razão da ausência de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da falta de uma conta bancária empresarial para o recebimento dos valores.

Soma-se a isso a fragilidade estrutural interna, marcada pela rotatividade de membros, sobrecarga de atividades acadêmicas e dificuldades na continuidade das ações ao longo das gestões. Destaca-se, ainda, a sobrecarga emocional vivenciada pelos discentes envolvidos, especialmente em decorrência das exigências burocráticas relacionadas ao processo de formalização da empresa, como a tentativa de obtenção do CNPJ, que demandava tempo, conhecimento técnico e enfrentamento de entraves institucionais. Esse cenário gerou desgaste entre os membros, impactando diretamente a permanência e o engajamento no projeto.

Outro aspecto relevante refere-se ao baixo envolvimento de discentes e docentes do curso de Turismo com a Travessia, expresso na reduzida participação contínua nas atividades, na dificuldade de manutenção de uma equipe estável e na elevada rotatividade de membros. Esse cenário evidenciou fragilidades na consolidação de iniciativas estudantis no ambiente universitário, comprometendo sua continuidade e limitando a formação de uma base permanente de participação. Ainda que tenham sido realizadas tentativas de captação de recursos, com significativa mobilização e engajamento solidário, tais ações não foram suficientes para garantir a sustentabilidade financeira da empresa.

Diante desse conjunto de fatores, foi deliberado, em reunião realizada em 22 de agosto de 2025, o encerramento das atividades da Travessia Júnior, mesmo antes de sua formalização oficial, decisão aprovada por unanimidade pelos membros presentes (Travessia Jr. Empresa Júnior de Turismo, 2025a). A prestação de contas final evidenciou que, apesar dos esforços empreendidos, o cenário enfrentado impossibilitou a continuidade da entidade, resultando em seu encerramento formal (Travessia Jr. Empresa Júnior de Turismo, 2025b).

Por outro lado, a experiência revelou aspectos importantes sobre o potencial e os limites das organizações estudantis no contexto universitário. Ainda que a empresa não tenha se consolidado institucionalmente, seu percurso contribuiu significativamente para a formação dos estudantes envolvidos, além de evidenciar a necessidade de estruturas mais sólidas e de maior apoio institucional para a continuidade de iniciativas dessa natureza.

Nesse sentido, destaca-se que, durante o processo de encerramento da EJ, emergiu a proposta de transformação da EJ em um CA, compreendido como uma alternativa mais viável de organização estudantil, alinhada às demandas do curso e às condições estruturais existentes. Tal encaminhamento reforça o caráter dinâmico das organizações estudantis e sua capacidade de adaptação frente aos desafios enfrentados, evidenciando a continuidade do protagonismo discente, ainda que sob novas formas organizativas.

A reorganização estudantil: criação do Centro Acadêmico

O processo de reorganização estudantil teve início a partir da mobilização dos autores, com o objetivo de fortalecer a representação estudantil, construir um espaço coletivo de articulação política, acadêmica e social, e, simultaneamente, promover o fortalecimento do Curso de Turismo e apoiar suas ações. Sob a ótica de formalização, as exigências de ambos diferem substancialmente: a EJ demanda uma estrutura jurídica e administrativa mais complexa, exigindo inscrição no CNPJ, conta bancária empresarial, estatuto chancelado por advogado e alvarás municipais vinculados à sua sede física. Por outro lado, a constituição de um CA, embora demande a aprovação de um estatuto próprio em assembleia geral estudantil, possui um trâmite estritamente institucional e acadêmico, dispensando a necessidade de registro em cartório civil, obrigações fiscais mercantis ou licenciamentos urbanos para o exercício de sua representação.

Essa mobilização foi impulsionada pela necessidade de reestruturar as formas de representação existentes, especialmente após a descontinuidade da EJ do curso, que até então desempenhava papel relevante no apoio às atividades acadêmicas e na articulação entre discentes e o campo profissional. Nesse contexto, surgiu a proposta de criação do CATUR-UFVJM, como alternativa organizativa voltada à representação discente e ao fortalecimento das práticas coletivas no ambiente universitário.

No primeiro momento, foi comunicado aos discentes e docentes do curso de Turismo a decisão de transição da EJ para o CA, conforme os motivos já apresentados anteriormente, por meio de e-mail, mensagens em grupos de WhatsApp e na página do Instagram da Travessia Jr. Foram obtidos apoios do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFVJM, dos discentes e

docentes do curso de Turismo, com destaque para o professor Hugo Rodrigues de Araújo, que acompanhou e orientou todo o processo da Travessia Jr.. Simultaneamente, buscou-se compreender como se daria o processo de abertura do CA. Para viabilizar essa etapa, foi criado um grupo de trabalho, com a participação e o apoio do DCE, no qual foram discutidas a elaboração do estatuto da organização estudantil e o planejamento da assembleia de fundação, etapas essenciais para a criação oficial da entidade.

A convocação para a assembleia de fundação foi realizada por meio de edital público, divulgado por e-mail, mensagens em grupos de WhatsApp e na página do Instagram, convidando os(as) estudantes regularmente matriculados(as) no curso a participarem do processo de construção da entidade, destacando a importância da mobilização discente para o fortalecimento da representação e da organização coletiva. A assembleia ocorreu no dia 10 de novembro de 2025, de forma remota, reunindo cerca de quinze estudantes do curso em um espaço democrático de debate e deliberação (Centro Acadêmico de Turismo, 2025a).

Durante a assembleia, foram discutidas e aprovadas pautas fundamentais para a criação da entidade, incluindo a fundação do CA e a aprovação do estatuto que passaria a reger sua organização e funcionamento. O estatuto foi aprovado por ampla maioria dos presentes, consolidando as bases legais e organizacionais da entidade. Além disso, foi instituída uma Comissão Eleitoral responsável por conduzir o processo de escolha da primeira diretoria do CA.

A participação discente no processo mostrou-se fundamental para a identificação das necessidades e expectativas do coletivo, contando com o envolvimento de estudantes de diferentes períodos do curso, o que reforça o caráter coletivo e democrático da iniciativa. As deliberações realizadas foram aprovadas entre os votantes, evidenciando um consenso em torno da criação da entidade e o alinhamento dos discentes quanto à importância de sua institucionalização.

A estrutura organizacional do CA foi definida no estatuto aprovado em assembleia, o qual estabelece o CATUR-UFVJM como uma entidade representativa dos discentes do curso, de natureza civil, sem fins lucrativos, com caráter político, científico, cultural e social (Centro Acadêmico de Turismo, 2025b). Nesse contexto, o CA adotou a denominação “Travessia”, em reconhecimento à trajetória construída anteriormente pela EJ do curso, denominada Travessia Júnior. A escolha do nome busca preservar a identidade já consolidada entre os discentes, além de dar continuidade ao legado de engajamento, organização e protagonismo estudantil desenvolvido ao longo do processo.

O processo eleitoral foi conduzido pela Comissão Eleitoral própria, constituída em assembleia, culminando na eleição da chapa “Sempre Viva”, que assumiu a gestão 2025-2026 do CA. A posse da diretoria ocorreu em 22 de novembro de 2025, formalizando a atuação da nova gestão e marcando o início das atividades institucionais do CATUR-UFVJM.

As primeiras ações da entidade concentraram-se na organização interna, na consolidação de sua identidade institucional e na promoção de atividades destinadas a fortalecer a participação estudantil, como a recepção de calouros unificada do primeiro semestre de 2026 (ver Figura 3), organizada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), na qual o CA participou por meio de atividades de acolhimento, apresentação institucional da entidade aos ingressantes e divulgação de suas funções no contexto acadêmico. Destaca-se também a produção de vídeo institucional sobre o que é o CA⁶, que buscou informar e apresentar o que é a entidade e sua importância para a vida acadêmica, sendo divulgado no Instagram oficial do CATUR-UFVJM. Nesse sentido, a criação do CA representa não apenas uma reorganização administrativa, mas também um movimento de fortalecimento da autonomia estudantil.

Figura 3
Recepção de calouros unificada 2026/1



Fonte: Jhennifer Orielen, 2026.

Aprendizados e contribuições para a formação em Turismo

A experiência de reorganização estudantil no curso de Turismo da UFVJM possibilitou a construção de múltiplos aprendizados que ultrapassam os limites da formação técnica, evidenciando o papel das organizações estudantis como espaços formativos ampliados. Ao

⁶ Reels institucional sobre o que é o Centro Acadêmico: https://www.instagram.com/reel/DWgo9YtDTs5/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA

envolver os discentes em processos de mobilização, deliberação e gestão, a experiência contribuiu significativamente para o desenvolvimento de competências políticas, organizacionais e profissionais.

De acordo com Montelongo (2002, citado por Pazeti, 2018, p. 18):

As atividades extracurriculares à que os alunos têm acesso dentro das universidades pode ser chamada de “a outra educação”, visto que a participação em atividades desse tipo promovem oportunidades para que os alunos apliquem os conhecimentos vistos dentro da sala de aula em problemas reais e tangíveis.

No que se refere às aprendizagens políticas, destaca-se o exercício da participação ativa em processos coletivos de deliberação e a consolidação dos estudantes como atores legítimos nos espaços de tomada de decisão institucional, além do engajamento em assembleias, debates e construções coletivas. Tais experiências favoreceram a compreensão das dinâmicas de representação estudantil, do funcionamento de instâncias participativas e da importância do diálogo e da negociação na construção de consensos. Além disso, o envolvimento direto na criação do CA possibilitou aos discentes vivenciar práticas democráticas, como a realização de assembleias, a construção coletiva do estatuto da entidade e a tomada de decisões em grupo ao longo do processo de fundação, fortalecendo a autonomia estudantil e a consciência crítica sobre seu papel no ambiente universitário.

No âmbito da gestão e organização coletiva, a experiência demandou o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao planejamento, à divisão de tarefas, à organização de documentos e à condução de processos institucionais. A elaboração de estatuto, atas, editais e relatórios, bem como a organização de assembleias e processos eleitorais, evidenciam a complexidade envolvida na gestão de entidades estudantis. Nesse sentido, os discentes foram desafiados a lidar com responsabilidades administrativas, financeiras e comunicacionais, desenvolvendo competências essenciais para o trabalho em equipe, liderança e tomada de decisão.

Por fim, no que diz respeito à formação profissional em Turismo, a experiência contribui diretamente para o desenvolvimento de competências valorizadas no campo, como a capacidade de articulação entre diferentes atores, a organização de eventos, a gestão de projetos e a atuação em contextos institucionais diversos. A vivência em organizações estudantis aproxima os discentes de situações reais de planejamento e execução de atividades, semelhantes às encontradas no setor turístico, que envolve múltiplos agentes, relações e interdependências, configurando-se como um sistema complexo que demanda articulação e gestão entre diferentes atores (Beni, 2006). Além disso, a atuação em contextos coletivos e participativos reforça a

importância de habilidades socioemocionais, como comunicação, negociação e trabalho colaborativo, fundamentais para o exercício profissional no turismo.

Tais experiências dialogam com a compreensão de formação ampliada no ensino superior, na qual o estudante assume papel protagonista na construção de sua trajetória acadêmica (Moran, s.d.). Dessa forma, a experiência analisada evidencia que a participação em organizações estudantis não apenas complementa a formação acadêmica, mas também amplia as possibilidades de inserção crítica e qualificada dos estudantes no campo do turismo, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados para atuar em contextos complexos e dinâmicos.

Considerações finais

Em síntese, a transição da EJ para o CA foi impulsionada por desafios estruturais, organizacionais e institucionais que inviabilizaram a continuidade da primeira iniciativa, ao mesmo tempo em que evidenciaram a necessidade de fortalecimento da representação estudantil no curso de Turismo. Nesse processo, a criação do CATUR-UFVJM possibilitou a reorganização das formas de participação discente, ampliando o envolvimento dos estudantes em espaços deliberativos, na construção coletiva de normas institucionais e na articulação de ações acadêmicas. Além disso, a experiência contribuiu significativamente para a formação dos discentes, ao proporcionar vivências práticas de gestão, participação política e trabalho coletivo, consolidando aprendizagens fundamentais para sua atuação acadêmica e profissional.

O processo de transição da EJ para o CA evidenciou que é possível estimular e reorganizar a atuação estudantil no contexto universitário. Essas iniciativas fortalecem a participação discente e demonstram que, quando há engajamento coletivo, é possível criar, reinventar e consolidar organizações estudantis, mesmo diante de desafios institucionais e estruturais. Nesse sentido, experiências como a relatada tornam-se referência e inspiração para novos grupos, contribuindo para a promoção de cooperação, protagonismo e inovação no ambiente acadêmico.

Como perspectivas futuras, o CATUR-UFVJM pretende fortalecer sua atuação institucional por meio da ampliação do uso das redes sociais, especialmente o Instagram, como ferramenta de comunicação e divulgação de informações acadêmicas e ações do curso. Além disso, busca-se consolidar a representação estudantil já exercida pelos discentes vinculados à entidade junto ao colegiado do curso e à congregação da FIH, ampliando a participação discente

nos espaços deliberativos da universidade e fortalecendo a atuação institucional do curso de Turismo. Também se projeta o aprimoramento da integração entre os discentes por meio da continuidade das ações de divulgação e aproximação promovidas pela organização, como a retomada da Semana de Integração do curso, evento que não é realizado há três anos e que tradicionalmente contava com oficinas, palestras e outras atividades voltadas à formação acadêmica e profissional dos estudantes, além de favorecer a integração entre discentes, docentes e convidados. Sua retomada representa um importante momento de fortalecimento da comunidade acadêmica e de valorização das atividades extracurriculares, contribuindo para o fortalecimento da vida acadêmica.

As organizações estudantis, além de desempenharem um papel fundamental na formação acadêmica e profissional dos discentes, constituem também um espaço estratégico para o fortalecimento de laços de amizade e companheirismo. Isso se deve ao fato de que seus membros frequentemente se encontram em diferentes períodos da graduação e vivenciam trajetórias diversas, o que transforma esses coletivos em ambientes de troca, aprendizagem mútua e acolhimento.

No âmbito das projeções institucionais, destaca-se a necessidade de maior apoio institucional da universidade e do DCE às organizações estudantis, especialmente no que se refere à orientação administrativa e jurídica para sua formalização, ao suporte na organização de processos institucionais e ao incentivo a ações de permanência e continuidade das atividades. Nesse sentido, ressalta-se também a importância de uma articulação mais efetiva com essas instâncias, de modo a viabilizar o fortalecimento e a sustentabilidade das entidades estudantis ao longo do tempo, ampliando a participação discente de forma contínua.

Além disso, aponta-se como perspectiva a consolidação do CA como espaço de representação ativa, capaz de promover debates, atividades acadêmicas, culturais e políticas, estabelecer parcerias com projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como, com instituições externas à universidade, proporcionando contato profissional e, simultaneamente, um espaço de aprendizado. Também se evidencia o potencial de expansão dessas experiências para outros cursos, incentivando a criação ou reestruturação de organizações estudantis em diferentes contextos, fortalecendo, assim, a cultura de participação e organização coletiva no ensino superior.

Referências

- Araujo, H. R., Varajão, G. F. D. C., Salgado, H. C., Costa, S. M. G. da, & Teixeira, V. B. (2021). Panorama geral das empresas juniores de turismo no Brasil. In M. C. A. O. Magnani, M. de L. S. Ferreira, C. T. Heleno, G. F. D. C. Varajão, R. F. Scalco, & V. M. Fonseca (Orgs.), *Turismo ConsCiência: Diálogos em tempos de pandemia* (pp. 154-175). UFVJM.
- Beni, M. C. (2006). *Análise estrutural do turismo*. 11. ed. Senac.
- Brasil (2016). Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016. Disciplina a criação e a organização das empresas juniores no âmbito das instituições de ensino superior. *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13267.htm
- Centro Acadêmico de Turismo da UFVJM (2025a). *Ata de fundação do Centro Acadêmico de Turismo*. UFVJM.
- Centro Acadêmico de Turismo da UFVJM (2025b). *Estatuto do Centro Acadêmico de Turismo*. UFVJM.
- Fior, C. A., & Mercuri, E. (2009). Formação universitária e flexibilidade curricular: importância das atividades obrigatórias e não obrigatórias. *Psicologia da Educação*, (29), 191-215. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752009000200010&script=sci_abstract
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4th ed.). Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6th ed.). Atlas.
- Moran, J. (s.d.). *Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda*. https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf
- Pazeti, M. (2018). *Análise do desenvolvimento de competências transversais nas entidades estudantis e do grau de alinhamento destas com as expectativas do mercado de trabalho* (Monografia de bacharelado, Universidade de São Paulo). Repositório Institucional da USP.
- Scalco, R. F., Varajão, G. F. D. C., Heleno, C. T., & Fonseca, V. M. (Orgs.). (2023). *Perspectivas interdisciplinares em turismo: Debates na UFVJM*. UFVJM. <https://repositorio.ufvjm.edu.br/items/db2f65cd-6e03-4994-ad35-cbd0658fdf67>
- Silva, F. I. S. V. da. (2021). *A importância das organizações estudantis na formação do aluno de administração da UFRJ* (Monografia de bacharelado, Universidade Federal do Rio de Janeiro). <http://hdl.handle.net/11422/19615>
- Travessia Jr. Empresa Júnior de Turismo. (2024). *Ata da reunião de 18 de abril de 2024*. UFVJM.
- Travessia Jr. Empresa Júnior de Turismo. (2025a). *Ata de reunião final/Travessia Júnior*. UFVJM.
- Travessia Jr. Empresa Júnior de Turismo. (2025b). *Prestação de contas final / Travessia Júnior*. UFVJM.
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. (s.d.). *Mostra de Profissões #VemPraUFVJM*. Portal UFVJM. <https://portal.ufvjm.edu.br/dicom/eventos-institucionais/mostra-de-profissoes-vem-pra-ufvjm/>
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (2019). *Projeto pedagógico do curso de graduação em Turismo: Campi de Diamantina*. Pró-Reitoria de Graduação. <https://portal.ufvjm.edu.br/prograd/ensino/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos-periodo-normal/ca-mpi-de-diamantina/turismo-projeto-pedagogico-2019>
- Zanella, L. C. H. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. 2 ed. Departamento de Ciências da Administração/UFSC.

Relato de experiência do curso de Turismo da UFVJM sobre a reorganização estudantil vivenciada pelos autores.





Quando a Paisagem Ganha Voz: Uma leitura de *Solo da Cana*, de Izabel de Barros Stewart

Resenha de: Barros Stewart, I. de (2025). *Solo da Cana*. Numa.

Junia Lúcio de Castro Borges¹

Submissão em: 30 jun. 2026

Aceite em: 17 ago. 2026

Resumo

Solo da Cana, de Izabel de Barros Stewart, parte de uma inversão narrativa singular ao conceder voz à cana-de-açúcar para revisitar os legados da *plantation*, da escravidão e da colonialidade nas relações entre sociedade, natureza e território. A relevância da obra para os estudos do turismo decorre justamente da possibilidade de refletir sobre como paisagens e territórios são compreendidos e experienciados quando a natureza deixa de ser concebida apenas como cenário, recurso ou atrativo. A resenha tem como objetivo analisar essa contribuição, partindo da hipótese de que, ao transformar a paisagem em sujeito de memória e enunciação, a dramaturgia oferece uma perspectiva relevante para questionar a mercantilização dos territórios e ampliar as formas de interpretá-los no campo do turismo. Para isso, desenvolve uma leitura interpretativa da obra em diálogo com estudos sobre colonialidade, relações sociedade-natureza, paisagem e turismo. A análise demonstra que a peça ultrapassa a denúncia das permanências coloniais ao propor uma reeducação da sensibilidade fundada na escuta e no reconhecimento das relações entre humanos e não humanos. Conclui-se que *Solo da Cana* contribui para os estudos do turismo ao sugerir outras formas de habitar, visitar, interpretar e reencantar os territórios.

Uma leitura interpretativa da narrativa da paisagem

Publicado em 2025, *Solo da Cana*, de Izabel de Barros Stewart, é um monólogo teatral posteriormente organizado para publicação em livro, no qual a cana-de-açúcar assume a

¹ Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). **Endereço eletrônico:** junia.borges@ufma.br. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2641-8918>. **Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4636747172131633>

condição de narradora de sua própria história. Por meio de sua voz, emergem memórias, conflitos e permanências históricas que atravessam a formação do território brasileiro. Ao conferir centralidade a um ser vegetal, a obra questiona a tradição antropocêntrica que historicamente reduziu a natureza à condição de objeto e suscita uma questão relevante para os estudos do turismo: como compreender e experienciar os territórios quando a natureza deixa de ser concebida apenas como cenário, recurso ou atrativo e passa a participar das relações que constituem a paisagem? Parte-se da hipótese de que esse deslocamento oferece elementos para problematizar modelos de desenvolvimento turístico baseados no consumo da paisagem e na mercantilização dos territórios.

A partir do impacto provocado pela experiência no teatro e das leituras e discussões realizadas com turmas das disciplinas de Geografia do Turismo e Planejamento Turístico II, do Curso de Turismo do Centro de Ciências de São Bernardo da Universidade Federal do Maranhão, esta resenha desenvolve uma leitura interpretativa de *Solo da Cana*, analisando como essa escolha dramática permite aproximar *Solo da Cana* dos debates sobre paisagem, território e turismo. A hipótese que orienta a análise é que, ao questionar a redução da natureza e dos territórios à condição de recursos e mercadorias, a dramaturgia oferece elementos para problematizar modelos de desenvolvimento turístico baseados no consumo da paisagem e na mercantilização de culturas e lugares. Nesse sentido, a obra é compreendida não apenas como uma crítica à colonialidade e às permanências da *plantation*, mas também como um convite a refletir sobre outras formas de interpretar, habitar, visitar e experienciar os territórios.

A narrativa acompanha a cana como testemunha dos processos que conformaram o território brasileiro. Sua fala atravessa as memórias da escravidão e da colonização, alcança as formas contemporâneas de exploração da terra e evidencia a permanência de racionalidades que, sob novas linguagens e modelos de desenvolvimento, continuam subordinando a vida, os corpos e a natureza à lógica econômica. A própria linguagem da peça explicita essa tensão ao incorporar termos associados à *plantation*, ao mercado e à gestão empresarial, contrapondo a racionalidade econômica às memórias e relações inscritas no solo. A dramaturgia transforma, assim, a história da cana em uma crítica às continuidades históricas das formas de exploração.

Essa singularidade é reconhecida também nos textos que antecedem a obra. No prefácio, João Saldanha, diretor da peça teatral na qual Izabel de Barros Stewart interpreta a cana, identifica uma escrita construída a partir de “silêncios e escutas”, marcada por uma “argumentação gramatical/vegetal”, na qual se entrelaçam as dimensões artística,

dramatúrgica e ambiental. A Profa. Dra. Aza Njeri, por sua vez, interpreta *Solo da Cana* como uma dramaturgia ecopedagógica em que a cana, simultaneamente planta e mulher, assume a condição de corpo político capaz de circunscrever memórias da escravidão, da colonização e da desumanização, convocando à reconstrução dos vínculos com a Terra. A obra propõe, assim, uma outra forma de escutar e interpretar as relações entre sociedade, natureza e paisagem.

A principal força de *Solo da Cana* reside na escolha de sua narradora. Ao conceder voz à cana-de-açúcar, a autora redefine o centro da narrativa e permite que a história da colonização brasileira seja recontada a partir de um sujeito tradicionalmente reduzido à condição de recurso econômico. A cana deixa de representar apenas uma cultura agrícola para tornar-se testemunha das sucessivas formas de exploração que marcaram a constituição do território brasileiro. Sua fala atravessa o passado escravocrata, alcança as formas contemporâneas de exploração da terra e do agronegócio e evidencia que as racionalidades que sustentaram o sistema de *plantation* permanecem atualizadas sob novas linguagens e modelos de desenvolvimento.

Essa crítica não é construída apenas pelo conteúdo do texto, mas também pela própria linguagem dramatúrgica. Izabel de Barros Stewart incorpora ao monólogo conceitos historicamente associados à exploração colonial, como *plantation*, e expressões oriundas do universo empresarial e financeiro, como *commodity*, *brokering and sales*, *input production*, *rentability*, *business plan* e ESG. Inseridos em uma narrativa poética, esses termos produzem estranhamento e evidenciam a naturalização de um vocabulário que reduz a terra, os corpos e a biodiversidade a indicadores de produtividade e rentabilidade. A autora subverte essa lógica ao tensionar os sentidos dessas palavras, revelando as contradições do discurso econômico e questionando a aparente neutralidade das categorias de mercado. Essa crítica também pode ser compreendida à luz da abordagem antiutilitarista discutida por Gerhard e colaboradores (2022), que rejeitam a compreensão do ser humano e da natureza como entidades orientadas exclusivamente pela racionalidade econômica. Para os autores, a perspectiva antiutilitarista opõe-se tanto à hegemonia da natureza econômica do sujeito quanto à racionalidade estritamente instrumental, que reduz o valor das pessoas, dos seres e das coisas à sua utilidade para atingir determinados fins. *Solo da Cana* rompe essa lógica ao restituir à cana, ao solo e à paisagem dimensões históricas, éticas, afetivas e políticas que escapam à lógica da produção e do consumo. Além disso, as notas de rodapé ampliam a crítica da peça ao explicitar as conexões entre exploração ambiental, escravidão e acumulação de riqueza, revelando que

violência social e degradação ambiental constituem expressões de uma mesma racionalidade histórica.

Essa permanência da colonialidade também se manifesta nas práticas de organização e apropriação dos territórios turísticos. Ao analisar o Turismo de Base Comunitária no Brasil, Costa da Silva (2023) demonstra que formas contemporâneas de planejamento e gestão podem reproduzir relações assimétricas de poder, mantendo comunidades e seus modos próprios de organização em posições periféricas. Embora partam de objetos distintos, a dramaturgia de Izabel de Barros Stewart e a análise de Costa da Silva convergem ao evidenciar que a colonialidade não constitui apenas um episódio histórico, mas uma racionalidade que continua organizando formas de apropriação dos territórios, de exploração da natureza e de invisibilização de outros modos de existência. Nessa mesma direção, Souza Junior e Gonçalves (2025) mostram que a mercantilização dos saberes tradicionais pode esvaziar seus significados originais ao recontextualizá-los segundo a lógica do mercado.

Nesse contexto, *Solo da Cana* não apresenta a *plantation* apenas como um sistema agrícola do passado. A obra a revela como uma matriz de pensamento que persiste na transformação da terra em mercadoria, da biodiversidade em ativo econômico e da diversidade de modos de vida em monoculturas materiais e simbólicas. Essa racionalidade também opera no plano epistemológico, ao invisibilizar outras formas de produzir conhecimento, organizar discursos e compreender as relações entre sociedade e natureza, como evidencia Costa da Silva (2023).

Se a primeira inflexão de *Solo da Cana* consiste em denunciar as permanências da lógica colonial, a segunda reside na possibilidade de imaginar outras formas de relação entre humanos e natureza. A dramaturgia de Izabel de Barros Stewart não se limita a expor a violência da *plantation* ou a mercantilização da vida; ela propõe uma mudança mais profunda, de natureza epistemológica e sensível. Ao permitir que a cana fale, recorde, questione e convide ao diálogo, a autora reposiciona a natureza da condição de objeto para a de sujeito, rompendo com a tradição moderna que a reduz a recurso disponível ao uso humano. Gomes e Braga (2024) reforçam essa ideia ao afirmar: "profundas alterações com relação ao tratamento dado à natureza, que deixou de ser coisa para receber sentido relacional, de caráter ecossistêmico e feição intangível".

Essa proposta aproxima a obra de debates contemporâneos que questionam os dualismos modernos entre natureza e cultura, humano e não humano. Em abordagem multiespécies, Leite e Fantinel (2024) defendem que a superação da racionalidade

antropocêntrica exige reconhecer a agência dos seres “mais-que-humanos” e construir formas de organização capazes de incorporar outras existências e temporalidades. Nessa direção, Gomes e Braga (2024) discutem uma compreensão da natureza que deixa de tratá-la como coisa para reconhecê-la em seu sentido relacional e ecossistêmico. Embora Isabel de Barros Stewart não utilize esses vocabulários teóricos, sua dramaturgia realiza, no plano artístico, movimento semelhante: a cana deixa de ser paisagem ou matéria-prima para tornar-se sujeito de memória, linguagem e ação.

Essa mudança também redefine a própria compreensão da paisagem. Em *Solo da Cana*, o solo deixa de representar apenas um suporte físico para a produção agrícola e passa a condensar histórias, violências, afetos e possibilidades de regeneração. A paisagem emerge como expressão das relações construídas entre humanos e não humanos ao longo do tempo, incorporando tanto as marcas da exploração quanto o potencial de transformação. A crítica à monocultura, recorrente na obra, ultrapassa a dimensão agrícola e alcança os modos de pensar, sentir e habitar o mundo. Ao denunciar o "achatamento" da diversidade produzido pela racionalidade colonial, a autora evidencia que a crise contemporânea não é apenas ecológica ou climática, mas também uma crise de sensibilidade.

Embora *Solo da Cana* não trate diretamente do turismo, sua contribuição para esse campo torna-se evidente quando a obra é lida a partir das relações entre paisagem, territorialidades e modos de habitar. Ao denunciar a redução da natureza à condição de mercadoria, a autora interpela modelos de desenvolvimento que transformam territórios, culturas e ecossistemas em ativos econômicos destinados ao consumo. Essa crítica ultrapassa o universo do agronegócio e alcança diferentes formas de apropriação contemporânea da natureza, entre elas aquelas mediadas pelo turismo. Nesse sentido, Lobo (2018), ao analisar o turismo em Cabo Verde, demonstra que a produção de imagens paradisíacas dos destinos pode apoiar-se na construção de “simulacros” que simplificam paisagens e culturas para atender ao imaginário turístico, mercantilizando identidades e reproduzindo assimetrias herdadas da colonialidade. Assim como em *Solo da Cana*, a diversidade territorial é comprimida para tornar-se economicamente consumível.

A contribuição da obra não se limita à crítica. Ao substituir a lógica da exploração pelo convite ao diálogo com a natureza, *Solo da Cana* aponta para possibilidades de reconstrução da experiência territorial. Nesse aspecto, aproxima-se das reflexões de Sant'Anna e Frattucci (2024), para quem o fortalecimento do apego ao lugar depende da valorização das histórias, memórias e vínculos afetivos construídos entre pessoas e territórios.

A obra de Izabel de Barros Stewart amplia essa perspectiva ao sugerir que tais vínculos não se restringem às relações entre seres humanos, mas podem incluir demais seres que constituem a paisagem, reconhecendo-lhes memória, agência e capacidade de afetar a experiência humana.

Essa compreensão desloca a própria ideia de paisagem. Em vez de concebê-la como cenário destinado à contemplação ou ao consumo, *Solo da Cana* apresenta a paisagem como uma construção relacional, produzida pelas interações históricas, culturais, ecológicas e afetivas entre humanos e não humanos. Essa perspectiva encontra ressonância em abordagens que compreendem o turismo para além de uma atividade de serviços, reconhecendo-o como fenômeno cultural e histórico enraizado na diversidade ambiental e nas relações sociais (Ferreira & Heleno, 2025). Em consonância com Simmel (2009), para quem a paisagem resulta de uma elaboração cultural da natureza, *Solo da Cana* transforma o olhar e, consequentemente, a própria paisagem: aquilo que antes era percebido como recurso econômico passa a assumir a condição de sujeito de memória e experiência. A peça também materializa a compreensão de Berque (1994) de que a paisagem é, simultaneamente, marca e matriz das sociedades: marca por inscrever as cicatrizes da *plantation*, da escravidão e da colonialidade; e matriz por continuar moldando as formas contemporâneas de perceber, conceber, habitar, visitar e agir sobre o território. *Solo da Cana* oferece, ainda, uma provocação que se aproxima dos debates sobre planejamento e gestão participativa do território desenvolvidos por Borges (2018). Se, nesse campo, a ampliação da participação busca incorporar diferentes sujeitos e perspectivas à interpretação e à construção das decisões sobre o território, a dramaturgia radicaliza a própria pergunta sobre quem pode falar sobre a paisagem: ao conceder voz à cana-de-açúcar, inclui simbolicamente na narrativa uma existência historicamente reduzida à condição de recurso. A obra propõe, assim, a escuta da paisagem, que se torna capaz de narrar sua própria história e interpelar eticamente o leitor.

Solo da Cana distingue-se por articular dramaturgia, crítica socioambiental e reflexão política em uma obra que desafia as formas convencionais de compreender as relações entre sociedade e natureza. Ao conferir voz à cana-de-açúcar, Izabel de Barros Stewart não apenas denuncia as permanências da colonialidade, da *plantation* e da mercantilização da vida, mas promove um deslocamento epistemológico: a natureza deixa de ocupar o lugar de objeto da história para tornar-se sujeito de memória, linguagem e interpretação.

Ao longo desta leitura, buscou-se demonstrar que a principal contribuição da obra ultrapassa a crítica ao modelo colonial de exploração dos territórios. Sua força reside na capacidade de reeducar a sensibilidade do leitor por meio da arte, convidando-o a reconstruir

sua relação com a paisagem. Nesse sentido, Izabel de Barros Stewart materializa uma compreensão relacional da paisagem, na qual solo, vegetação, memória, cultura e história deixam de constituir elementos dissociados para formar uma trama viva de relações entre humanos e não humanos. Essa perspectiva amplia significativamente o diálogo da obra com os estudos do turismo. Em um contexto em que destinos, culturas e paisagens frequentemente são reduzidos a produtos, experiências e imagens para consumo, *Solo da Cana* recorda que os territórios não são apenas recursos econômicos ou cenários de visitação. São espaços de memória, de conflito, de pertencimento e de vida. Mais do que defender um turismo sustentável, a obra sugere a necessidade de um turismo capaz de reencantar os territórios, substituindo a lógica da exploração pela ética da escuta, do reconhecimento e do cuidado.

Talvez seja essa a maior contribuição de Izabel de Barros Stewart para os estudos da paisagem: mostrar que interpretar um território não significa apenas descrevê-lo ou analisá-lo, mas aprender a escutá-lo. Ao fazer a paisagem falar, *Solo da Cana* revela dimensões históricas, ecológicas e afetivas que permanecem invisíveis quando o território é observado apenas sob a ótica da produtividade ou do consumo. A peça converte-se, assim, em uma forma de interpretação da paisagem, ampliando o horizonte crítico tanto das artes quanto dos estudos do turismo.

Ao final da obra, permanece o convite formulado pela própria autora: "Nossa relação ainda pode dar caldo. Então vem. Cria outro clima. Encanta-se. Canta-te". Não se trata apenas de uma convocação poética, mas de um chamado ético para reconstruir as formas de habitar, visitar, interpretar e compartilhar a Terra. Por essa razão, *Solo da Cana* constitui uma leitura relevante não apenas para pesquisadores das artes cênicas e das humanidades ambientais, mas também para estudiosos da paisagem, das territorialidades e do turismo. Ao fazer a paisagem narrar sua própria história, Izabel de Barros Stewart transforma a dramaturgia em uma forma de interpretação da paisagem. Mais do que representar um território, a obra ensina uma maneira de lê-lo, escutá-lo e, assim, abrir caminho para seu reencantamento.

Referências

- Barros Stewart, I. de (2025). *Solo da Cana*. Numa.
- Berque, A. (1994). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Éditions Champ Vallon.
- Borges, J. L. de C. (2018). *Democracia online em planejamento e gestão do território: Midia social e ferramentas de planejamento participativo*. Autor.
- Costa da Silva, F. (2023). Turismo de Base Comunitária no Brasil e sua condição de periferia (re)produzida pelo Estado. *REVISPATTUR*, 1(1), 4-19.

- Ferreira, G. A., & Heleno, C. T. (2025). Condições de trabalho em restaurantes de Diamantina/MG: Entrevistas com trabalhadores/as informais. *REVISPATTUR*, 3(1), 48–72.
- Gerhard, F., Freitas, A. A. F., & Graf, R. (2022). Anti-utilitarian market approach: an essay on collaborative consumption. *Brazilian Journal of Marketing*, 21(2), 651-672.
- Gomes, M., & Braga, S. (2024). A caracterização dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente dos municípios do território da APA Delta do Parnaíba. *REVISPATTUR*, 2(1), 30-56.
- Leite, M. C. O., & Fantinel, L. D. (2024). Organizing in the ruins: Contributions of multispecies approaches in Administration. *Revista de Administração Contemporânea*, 28(1), e230243.
- Lobo, A. (2018). África... mas não muito! Turismo e africanidade em Cabo Verde. *Mana*, 24(3), 941-972.
- Sant'Anna, E. S., & Fratucci, A. C. (2024). O papel do apego de residentes ao lugar no design de experiências turísticas no espaço rural. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 18, e-2953.
- Souza Junior, F. A. S., & Gonçalves, M. F. (2025). O ofício dos abridores de letras da Amazônia: entre proteção e exploração cultural. *REVISPATTUR*, 3(1), 4-28.
- Simmel, G. (2009). *A filosofia da paisagem*. Universidade da Beira Interior. http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georg_filosofia_da_paisagem.pdf acesso em jun. de 2026.



Grafite, Turismo e Ressignificação dos Territórios Urbanos Periféricos: Entrevista com Fernando Morais (VIELAS – Espaço Cultural)

Ernani Viana ¹

Submissão em: 04 mar. 2026

Aceite em: 11 jun. 2026

Apresentação

O material a seguir apresenta o relato de Fernando Morais, morador do bairro Eusébio Beltrão de Queiroz, na cidade de Caxias do Sul, desde que nasceu. É presidente da Associação de Moradores, criador de ações de desenvolvimento humano e social e presidente do VIELAS². É também idealizador do Museu de Arte Regina Rodrigues Machado³ (MARM), reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do percurso educativo Graffitour⁴, vencedor do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 2025 (IPHAN).



Fernando Morais, na sede do VIELAS – Espaço Cultural, 08 de janeiro de 2024.

Fonte: Samir Tuffy (2024)

Define-se como *cria* do lugar, assim como sua família. Esta conversa percorre sua trajetória, os desafios de uma criança preta, em uma cidade de origem colonial italiana, e o início de seu ofício como liderança territorial. Fernando detalha, também, o surgimento do "Mosaico na Quebrada": o que começou com a proposta de "colorir a quebrada" por meio de grafites transformou-se em um movimento mais amplo de atendimento às necessidades dos moradores, utilizando um espaço da família como ponto de referência comunitário. Discute ainda os primeiros passos do Graffitour, os planos de profissionalização turística e a

¹ Doutorando em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (PPGTurH/UCS). Mestre em Turismo (PPGTurH/UCS). Consultor em Turismo, Cultura e Patrimônio. Endereço eletrônico: ernaniviana@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6629-3828> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3774936945702244>

² Saiba mais sobre o projeto Vielas no site do Mapa da Cultura [aqui](#).

³ Catálogo de Obras do Museu de Arte Regina Rodrigues Machado (MARM) disponível [aqui](#).

⁴ Graffitour: Roteiro interativo em mapa digital disponível [aqui](#).

instalação de *QR Codes* para referenciar obras e autores e a sua participação na "Expo Favela" em São Paulo. Por fim, projeta seus planos para o futuro, incluindo o desejo de transformar o Beltrão de Queiróz em um polo cultural e turístico com a instalação de um *hostel*.

O bairro Euzébio Beltrão de Queiróz, conhecido como "Zona do Cemitério", entremeia-se pelo Cemitério Municipal e pelo estádio Centenário, destaca-se por ter originado figuras importantes do esporte e da cultura local. É sede da Escola de Samba XV de Novembro e berço do sambista Tio Micaio, criador do grupo Seresteiros do Luar. No pós-pandemia, um grupo formado por artistas, produtores culturais e lideranças comunitárias, entre eles o *rapper* Chiquinho Divilas, a arquiteta Jessica De Carli, o grafiteiro Andriago Martins e o líder comunitário Fernando Moraes, deu vida ao projeto "Mosaico na Quebrada" e propôs ao "VIELAS-Espaço Cultural".

Entrevista

Entrevistador: Quem é o Fernando Moraes?

Fernando Moraes: Sou uma cria, como se diz, daqui do bairro Euzébio Beltrão de Queiróz. Nasci e me criei aqui. Hoje tenho 42 anos, então... boa parte da minha vida foi aqui dentro do bairro, sempre morei aqui, minha família, também, sempre morou aqui. Meus pais, meus irmãos, vieram já no início do bairro, então, praticamente, a família toda morou e cresceu dentro do Beltrão de Queiróz.



Ernani Viana e Fernando Moraes, na sede do VIELAS – Espaço Cultural, 08 de janeiro de 2024
Fonte: Samir Tuffy (2024)

Entrevistador: Me fala da tua vida escolar e de vivências especiais que te caracterizaram enquanto morador daqui do bairro.

Fernando Moraes: Bom... dentro do bairro, na minha época de infância, era muito complicado, mas mesmo assim a gente achava meios, na própria comunidade, de se divertir. Jogar futebol, jogar taco, coisas que qualquer criança, qualquer menino, faz. Então, crescer aqui no bairro foi um grande aprendizado, uma grande escola. Nasci e me criei aqui, estudei

aqui próximo. Passei por uma escola particular, onde não tive uma boa aceitação, por questão social, mesmo. Onde é que um aluno da periferia, preto, pode estudar numa escola particular? Foi bem complicado para mim. Depois estudei numa escola estadual, aqui próximo, no Cristóvão, onde estudei um bom tempo ali. Daí teve um meio tempo que eu parei de estudar, fiz o supletivo, fiz um vestibular, daí passei no vestibular. Iniciei um estudo numa faculdade, mas não tive condições de prosseguir, e por aí, parei. Hoje em dia estou trabalhando diretamente nessas demandas do próprio bairro.

Entrevistador: Quais são elas?

Fernando Moraes: A gente faz de tudo um pouco. A gente iniciou um trabalho aqui no bairro com a ideia que iniciou com um rapaz lá da zona norte. Ele tinha a ideia de um projeto que iniciou várias coisas. Daí acabou que a gente desenvolveu uma ideia aqui no Beltrão de Queiróz. Através desse projeto a gente conseguiu, eu como linha de frente, fazendo as coisas acontecerem aqui na comunidade, a gente conseguiu ganhar algumas demandas. O que eu pude perceber é que o que a gente estava fazendo como projeto, a gente sempre vinha fazendo na comunidade. A comunidade sempre teve esse intuito de união. A gente nunca trabalha sozinho, a comunidade, mesmo, sempre se ajuda. Então, a gente acabou percebendo que o que a gente vinha fazendo, as pessoas que vinham de fora acabaram percebendo, que o que a gente fazia aqui dentro na comunidade, através do projeto, sempre aconteceu. Eu me vi numa cena que eu já fazia a vida toda, que era o de estar junto dos líderes comunitários, desde a minha infância e adolescência, e eu mesmo tomar a iniciativa dentro da comunidade.

Entrevistador: Qual foi o projeto da zona norte que influenciou aqui?

Fernando Moraes: A ideia do rapaz que eu mencionei da Zona Norte foi o “Mosaico na Quebrada”, sabe? Era a respeito de um rapaz que o nome dele é Andriago Martins, e ele teve essa ideia. A ideia desse projeto na zona norte, só que aconteceram algumas coisas e ele não conseguiu desenvolver essa ideia lá. Então, depois de um tempo, eu não estava morando em Caxias no momento e, então, entraram em contato comigo para ver se eu conseguia, de uma certa forma à longa distância. Até, então, o bairro era muito mal visto e muita coisa que não acontece mais há muitos anos, um folclore que foi criado de uma parte negativa da comunidade e, às vezes, não é tudo isso que as pessoas pensam, né? A princípio, eu tentei fazer essa ajuda à distância, mas o pessoal foi meio relutante em fazer. Muito fruto da falta de assistência, sabe? O pessoal já descredita quando vem uma pessoa que diz “Bah, quero ajudar vocês”, e tal. Por que as pessoas vêm, tiram o proveito necessário e depois saem fora.

Ou a gente, mesmo, tá sempre lutando para fazer algo acontecer, e o pessoal não estava querendo aceitar o início deste projeto por causa de todas essas questões. Eu já estava para voltar de onde estava morando e vim para iniciar a conversa com o pessoal do bairro. Daí, foi onde a gente desenvolveu todo o trabalho do “Mosaico na Quebrada”. O “Mosaico na Quebrada” é um projeto daqui do bairro e a gente começou a desenvolver tudo isso. Como a gente desenvolveu aqui, sentimos que necessitaríamos de um espaço onde pudéssemos sentar, conversar, tratar de estratégias, novos projetos, e tal. E a gente tinha este espaço aqui, que é um espaço da minha família, era um espaço que estava totalmente abandonado. Um tempo foi... eu emprestei por um tempo para Escola de Samba para guardar os instrumentos aqui.

Entrevistador: Aqui era a sede da Escola de Samba XV de Novembro?

Fernando Moraes: Não era a sede, era unicamente para guardar os instrumentos, era um depósito. A sede fica em outro lugar daqui do bairro. A sede é lá no “Dão”, no Instituto Adão Borges da Rosa. Então, viemos para cá e começamos a fazer uma reforma no intuito de realizar eventos e receber o pessoal. Então, a princípio, era para ser um lugar de conversas rápidas e depósitos. A gente viu que as demandas do bairro começaram a acontecer e o pessoal começou a vir aqui como um ponto de atendimento de suas necessidades. Então, a gente viu que esse ponto aqui virou um ponto de referência de todo o bairro. Estou quase todo dia aqui e o pessoal vem quando precisa. Tomou uma proporção que a gente não imaginava.

Entrevistador: Por que encher de cores o Beltrão de Queiróz?

Fernando Moraes: Como te falei, essa ideia surgiu com este rapaz, ele já tinha a ideia. A ideia que ele tinha sugerido era “Colorindo a Quebrada”. Quando o projeto estava iniciando, eu não sabia que o projeto tinha vindo deste rapaz. Então, um dia, ele me procurou junto com outras pessoas que fizeram parte do projeto e outras que ainda fazem, para nós conversarmos e ele me explicou como que tinha acontecido. Aí, ele veio e disse “muito legal o que vocês estão fazendo, vim dar uma ajuda aqui para vocês. O que precisarem de mim, estarei aqui”. Então, essa história do colorido, da arte, do graffiti, vem do alicerce deste projeto do Andrigo. Ele é um artista, faz caricatura, faz arte, o graffiti, ele já tem toda uma relação com isso e começamos a seguir. Mas, além disso, aqui no bairro, o que é que a gente precisava? Além da pintura, muitas casas precisavam de uma certa estrutura, uma precisava de janela, outra precisava de telhado. Tinha lugares que a gente precisava desenvolver uma escadaria, reformar um lugar que estava cheio de entulho, reformar uma praça, fazer um mirante e um outro espaço ali, conseguimos verba para ajudar uma cadeirante. A gente viu que não era só o

colorir, realmente precisávamos ajudar as pessoas nas necessidades do dia a dia delas. Foi nesse ponto que a gente começou a focar.

Entrevistador: Como se deu a passagem da ideia para sua concretização? Quais foram os primeiros parceiros e como estão estas relações hoje em dia?

Fernando Moraes: A gente sempre trabalhou com as leis de incentivo à cultura, a LIC, né, tanto a estadual como a municipal. A gente conseguiu fazer isso só através das LIC's. A gente não tem nenhuma ajuda direta. Infelizmente, em Caxias do Sul é bem complicado. Eu vejo que não é só complicado, por exemplo, de tu chegar numa empresa e das pessoas acreditarem que o teu trabalho seja um trabalho sério. É um trabalho que mexe com a vida de toda uma comunidade, muda a realidade de crianças. E o nosso início foi assim, todo através da lei de incentivo à cultura. Então, como a gente tinha um espaço, um CNPJ novo, ainda. Nem MEI a gente tinha, não sabíamos que MEI⁵ poderia captar, fazer as coisas acontecerem. Hoje a gente vê que a gente pode ter acesso a essas ajudas e incentivos na nossa comunidade. É bem complicado, por ser uma periferia pequena, não é uma periferia grande, com um grande histórico em várias situações, mas muito deixada de lado. Estamos, praticamente, no centro. Mas tem situações que a gente não consegue resolver como nos demais bairros. Para nós é muito complicado quando queima a luz de um poste. Mesmo a gente procurando o poder público, nossa! É muito complicado, demora muito.

Entrevistador: Voltando um pouco para o projeto “Mosaico da Quebrada”, como se dá a relação de vocês com os artistas e como se iniciou o “guiamento” para mostrar os trabalhos na fachada das casas aqui no bairro?

Fernando Moraes: A gente faz toda uma curadoria. No início a gente procurou um artista para nos ajudar a ter uma direção. Elaboramos edital e chamamos alguns artistas para se inscreverem. Fomos chamando as pessoas que tivessem mais a ver com a nossa realidade. Então, a gente chamou os 20 e poucos artistas escolhidos. Eles vieram para cá, conheceram o bairro, daí, eu os apresentava para os moradores. Eles tinham um diálogo direto com os moradores para elaborarem as artes. A pessoa falava “Olha, na minha residência eu gostaria de fazer assim, algo nesse tema, algo nessas cores...”. No início, quando eu comecei a fazer a conversas com a população aqui do bairro sobre o que era o projeto, a maioria não quis, não aceitou. Eles associavam o graffiti com o pixo. As pessoas falavam “Bah, a gente já mora

⁵ O Microempreendedor Individual (MEI) é um regime simplificado de formalização para quem trabalha por conta própria, permitindo obter CNPJ, emitir notas fiscais e ter benefícios previdenciários (Lei nº 128, 2008).

aqui no bairro, um bairro escuro, muito feio, e ainda vão pixar o muro da minha casa, bah! Não quero”. E daí a gente teve um diálogo, mostrando fotos e algumas pessoas começaram a aceitar. Foi essa a primeira etapa do projeto. Vieram esses 20 artistas e fizeram a arte e o bairro começou a ver o que era.

Entrevistador: Isso foi quando?

Fernando Moraes: Há dois anos atrás, 2021-2022, por aí. Hoje tem fila de espera para fazer, sabe? O pessoal viu que deu outro visual. O pessoal começou a cuidar da frente da sua casa, começaram a ficar na porta de casa, começaram a achar sua casa bonita. A gente vê que transformou, não só uma parede, mas a vida das pessoas.

Entrevistador: O passeio do Aldeia Sesc, em novembro de 2022, foi o primeiro a ser organizado?

Fernando Moraes: Aquele foi um dos primeiros, aquele que tu participaste, foi um dos primeiros. Em Caxias, todo mundo falava sobre o bairro “Bah! Ali é perigoso de entrar” e tal. Aí começamos a trazer o pessoal de fora para saber a realidade, do que acontece de verdade aqui dentro. Acontecem algumas coisas negativas? Acontecem! Como em qualquer outro bairro, aqui no centro, em qualquer outro lugar. As pessoas começaram a vir e vivenciar. Perceberam que o bairro é acolhedor com as pessoas. Então, nós fizemos estes primeiros passeios e a gente pensa em fazer alguma coisa a respeito disso. Profissionalizar isso. Esse turismo, digamos assim, dentro de uma comunidade, coisa que já existe em grandes cidades, né? O pessoal sai daqui do Rio Grande do Sul pra ir pro Rio de Janeiro fazer um Turismo de periferia, sendo que aqui em Caxias tem um trabalho sendo realizado dentro de uma. Então, a gente pensa, futuramente, em fazer um curso mesmo. Pegar um jovem da comunidade e fazer toda essa rota turística, pretendemos fazer alguma coisa nos murais. Colocar algum descritivo nos murais, algum tipo de *QR Code* para a pessoa poder acessar, ver a história do artista, ver a história do morador da casa, ver um depoimento do morador da casa. Isso aí a gente já está pensando em desenvolver um projeto assim, para futuramente a gente conseguir trazer mais pessoas para cá, movimentar o bairro que é o que o bairro quer, as pessoas querem isso. Voltar a ser o que o bairro era, movimentado, receber pessoas.



Passeio Cultural Guiado: “Projeto Vuelas” na programação da 9ª edição do festival de cultura Aldeia Sesc – Caxias do Sul (12 de novembro de 2022)
Fonte: Deplay Produtora (2022).

Entrevistador: O graffiti é um dos braços do hip-hop, não é? Para além dele, quais são as outras vias artísticas que o Vuelas busca se vincular?

Fernando Moraes: É isso aí. Na realidade... a gente começou com um trabalho de arte de graffiti, mas não quer dizer que a gente tenha só esse segmento, sabe? Tipo “Ah, somos Hip-Hop e só vamos atuar com isso aí”. Não! A gente quer desenvolver, como um espaço cultural, algo abrangente a todas as culturas existentes em Caxias. A gente não quer ficar preso somente neste segmento do Hip-Hop. A gente tem uma ideia de fazer um projeto pro pessoal que tem deficiência visual, a gente tem várias ideias. Eu quero transformar totalmente o bairro Beltrão de Queiroz. Quero trabalhar, fazer feira na rua... tem muita coisa para acontecer. Nosso carnaval foi perdido, a gente quer resgatar isso, a gente quer fazer o samba na rua, que fazer a feira com as mulheres do clube de mães, a gente quer trazer o povo LGBTQIAP+ para dentro do bairro para desenvolver um trabalho. A gente vê que a falta de informação é a barreira de muitas coisas. Então, a gente pretende fazer muitas coisas, não só voltada para o Hip-Hop, para o graffiti, mas a gente quer fazer, realmente, do Beltrão de Queiróz um bairro cultural. Estarmos inseridos no mapa do turismo de Caxias do Sul “Olha, tem um lugar lá que dá para visitar”. A gente pensa em fazer, aqui no bairro, o primeiro *Hostel* numa periferia da cidade de Caxias. Nós já temos o espaço, e estamos pensando em fazer deste local mais um ponto de transformação do bairro. Temos outro espaço que queremos fazer dele um centro de

convivência diferente, do pessoal ir e comer alguma coisa, ter um momento de lazer junto com o pessoal da comunidade que poderá usar este espaço do mesmo modo.

Entrevistador: O bairro tem muitas personalidades ligadas ao futebol, ao samba, as artes e a cultura, ao que tu atribuis isso?

Fernando Moraes: Eu vejo... não é só no Beltrão, né? Mas eu vejo que toda comunidade... é algo que as pessoas sempre estão se superando, dia após dia. Porque é uma luta diária para se poder chegar a certos espaços. No samba, a escola de samba Acadêmicos do XV de Novembro foi uma das primeiras escolas de Caxias. Várias outras surgiram depois do XV. Eu lembro que eu sempre desfilei no XV, na bateria, éramos crianças e a gente sempre via toda aquela correria do “Dão” de ceder instrumentos para outras escolas poderem desfilar. Então, sempre teve isso. Teve momentos em que a própria bateria da escola de samba desfilava em outras escolas. Essa ajuda sempre criou laços com outras comunidades. As pessoas que moraram aqui e, posteriormente, foram para outros bairros mantinham o elo, mantinham o vínculo com a comunidade aqui. No esporte, também, tem vários times que não disputam o circuito oficial, mas jogam entre os bairros, também. O Cezinha, que é daqui, para mim, é o melhor percussionista da cidade. Ele iniciou aqui na comunidade. Éramos crianças e, no contraturno escolar, nós íamos no São Carlos aqui, onde chamávamos “As irmãs” ali, a gente ia ali. Foi num espaço assim que a gente aprendeu e hoje em dia ele é um excelente profissional. Quando as pessoas falam que “A favela é potência”, é porque tem muitas pessoas com potência dentro da comunidade, só estão procurando um espaço para se colocarem e pôr para fora toda a criatividade que têm dentro delas.

Entrevistador: Como foi expor o *case* do Vielas na Expo Favela?

Fernando Moraes: Aconteceu muita coisa neste pouco tempo, muita coisa aconteceu muito rápido, sabe? A gente iniciou ali e em poucos anos teve uma repercussão muito grande. Até porque a sociedade não acreditava que tivesse algo de bom para sair daqui de dentro. Desde os relatos das mídias, nos jornais, tudo. A gente nunca via algo de positivo, era muito pouco. Então, a gente começou a alcançar e a repercutir e as pessoas começaram a vir no bairro. Viam que eram bem recebidas, isso deu mais impulso na repercussão. Eu mesmo não acreditava. Um ano antes, eu fui a São Paulo, convidado por um grupo de pessoas somente para assistir às palestras do pessoal das favelas de São Paulo. No ano seguinte, eu fui um dos convidados a palestrar na mesa de conversas. Eu não paro para pensar porque nunca imaginei “Bah, eu quero estar ali!”. Não tinha isso como objetivo. Meu objetivo sempre foi mudar o

meu bairro, mudar a realidade dos que nasceram na comunidade junto comigo. Foi muito gratificante, me deixou muito feliz. Foi um convite assim... A Secretaria de Cultura de Caxias foi fazer esse passeio lá na Expo Favela, e nós com este projeto de Caxias do Sul, não sei se eles se ligaram de nos convidar para ir, eu não sei, eu fiquei meio assim... né? “Bah, vai ser em Porto Alegre, será que vão descer pra lá, algo assim”. Estava desacreditado de ir, para mim tanto faz, mas estava conformado já que estava fazendo acontecer aqui dentro. Quando eu recebi uma mensagem no meu *WhatsApp* do governo do estado, daí o pessoal de Porto Alegre a visão de *sacar* que tem um pessoal de Caxias fazendo o trabalho dentro de uma comunidade e pensaram de nos chamar para participar, foi, tipo assim, a Expo Favela aconteceria num final de semana e na metade da mesma semana o pessoal do *RS Criativo* nos convida para pautar uma mesa de debate junto com eles. Para mim foi muito legal, sabe? Às vezes, as pessoas que estão, assim, do teu lado, que veem todo teu esforço, toda tua correria para fazer algo acontecer, e daí as pessoas que estão de longe te valorizam mais.

Entrevistador: Quais são teus planos próximos e futuros para o VIELAS e se tem algo que eu não perguntei e queiras falar, podes pontuar também.

Fernando Moraes: Olha, eu participei de uma conversa, que também me chamaram para participar e foi feita uma pergunta semelhante, sabe? O que eu quero conseguir, eu sei, mas não sei ainda como. Não sei como transformar, literalmente, o Beltrão de Queiróz. Trazer o comércio aqui para dentro. Trazer esse *Hostel*. Tenho outras ideias, que eu também não sei como acontecer, mas eu sei que vão acontecer, entende? O que eu penso para o futuro aqui do bairro, do VIELAS, do centro cultural, do próprio Instituto Adão Borges da Rosa é a gente se unir e mudar este bairro. Nenhum outro bairro da cidade tem tantos meios como este nosso. O ponto de vista geográfico ajuda demais, mas aqui é diferente de todas as demais. Botar o Beltrão de Queiróz na rota turística da cidade e do estado. A gente tem potencial para isso, precisamos nos profissionalizar e ter os meios e os acessos. Agora que estamos sabendo de como ter acesso aos editais, como escrever um projeto, temos muita dificuldade, principalmente para nós que viemos da periferia e que não entende muito da linguagem exigida, não tem acesso à internet, não cresceu num ambiente com computador. Então, a gente está muitos anos atrás de gente que tem tudo. O que a gente está fazendo tem relevância, o bairro tem relevância para cidade, a gente tirar uma criança ou um adolescente de um caminho que ele poderia ser uma ferramenta de desgraça para a própria cidade e a gente conseguir reverter isso, não tem preço que pague um negócio desses. A gente quer

mostrar para as pessoas, principalmente para os jovens do Beltrão de Queiróz, que existem outros meios de serem bem-sucedidos na vida, entende? Estamos nesta luta e em conjunto.



Fernando Moraes com Ernani Viana em um dos mirantes do Beltrão de Queiróz. Estádio Centenário (SER Caxias) ao fundo (08 de janeiro de 2024)
Fonte: Samir Tuffy (2024)

Entrevistador: Valeu demais, meu amigo!

Fernando Moraes: “Tâmo” junto!

Entrevista realizada presencialmente, na sede do VIELAS – Espaço Cultural em 08 de janeiro de 2024.

